



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - ILA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DA LINGUAGEM**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ARIADNE SIQUEIRA

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TERMO *FAKE NEWS* NA CAMPANHA
POLÍTICA DOS CANDIDATOS IVO SARTORI E EDUARDO LEITE AO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Rio Grande

2021

ARIADNE SIQUEIRA

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TERMO *FAKE NEWS* NA CAMPANHA
POLÍTICA DOS CANDIDATOS IVO SARTORI E EDUARDO LEITE AO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada à banca
examinadora como requisito para
obtenção do título de Mestre em Letras
pelo Programa de Pós-Graduação em
Letras da Universidade Federal do Rio
Grande - FURG.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Rosely Diniz da
Silva Machado

Rio Grande

2021

Ficha Catalográfica

S618f Siqueira, Ariadne.

O funcionamento discursivo do termo *Fake news* na campanha política dos candidatos Ivo Sartori e Eduardo Leite ao governo do estado do Rio Grande do Sul / Ariadne Siqueira. – 2021.

102 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio Grande/RS, 2021.

Orientadora: Dra. Rosely Diniz da Silva Machado.

1. Discurso Político 2. *Fake news* 3. Verdade I. Machado, Rosely Diniz da Silva II. Título.

CDU 81'42:32

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

ARIADNE SIQUEIRA

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TERMO *FAKE NEWS* NA CAMPANHA
POLÍTICA DOS CANDIDATOS IVO SARTORI E EDUARDO LEITE AO GOVERNO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Banca Examinadora:

Rosely Diniz da Silva Machado
Doutora – Universidade Federal do Rio Grande

Aracy Graça Ernst
Doutora – Universidade Federal do Rio Grande

Márcia Dresch
Doutora – Universidade Federal de Pelotas

AGRADECIMENTOS

Com um sentimento agridoce, começo meus agradecimentos. Com esta dissertação, encerro um ciclo do qual me orgulho muito! Um trabalho dentro da Análise do Discurso sempre é um desafio bem-vindo para quem deseja repensar as estruturas que estão enraizadas de forma tão profunda em nossos inconscientes. Agradeço, primeiramente, então, a quem me ajudou e me auxiliou durante toda essa trajetória, minha orientadora querida, Prof^a Dr^a Rosely Diniz da Silva Machado. Não existem palavras que descrevam sua paciência, atenção, tampouco que retratem seu compromisso com minha pesquisa e comigo.

Agradeço, hoje e sempre, aos meus pais, pelo apoio, amor e carinho incondicionais durante toda minha vida. Agradeço por terem me ensinado todos os valores certos e por terem me apoiado e se orgulhado de mim, mesmo quando não estavam de acordo com minhas decisões. Agradeço, também, às minhas irmãs, Valentina e Carolina, por torcerem por mim sempre. Por vocês, sempre tentarei ser uma pessoa melhor.

Agradeço ao meu noivo, por todos os momentos em que se manteve comigo, mesmo quando eu não era uma companhia agradável. Sou eternamente grata por todo carinho, amor e suporte de todos os dias. Agradeço, também, ao meu amigo de todas as horas, meu cachorrinho Bacon, que é a companhia mais fiel de meus dias.

Agradeço aos queridos professores do mestrado em Letras, da Universidade Federal de Rio Grande, da área de concentração em Estudos da Linguagem, por tudo que me ensinaram. Agradeço, também, aos meus colegas, em especial a minha amiga, Jéssica Nunes, por todas as tardes compartilhadas, todas as conversas e inseguranças divididas. As aulas do mestrado não teriam sido as mesmas sem sua companhia.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram, mas não foram citados diretamente.

Determinados pela história, pegos pela necessidade da língua, pela ideologia, estamos condenados, mesmo se não nos damos conta, à relação com a ética e com o político: na posição de responsabilidade em relação aos seus sentidos, o sujeito tem de “assinar” o que diz, assumir sua interpretação. Uma relação em que se articulam causa e consequência, dominados pela importância que, nossa cultura, damos à não-contradição, atrás das palavras tem de haver verdade. E a questão é justamente esse “atrás”. Ele nos faz ver que as palavras não são apenas o que parecem, não só presença. São presença e ausência. São o que parecem e o que não parecem, são o que dizem e o que não dizem. Não são evidentes. Não ficam paradas no mesmo lugar. Movimentam-se, deslocam-se, rompem espaços de sentidos fixados. Tentamos o solo firme único e, no território das palavras, nos defrontamos sempre com múltiplas versões.

(Eni Orlandi)

RESUMO

Esta Dissertação tem por objetivo analisar o funcionamento discursivo do termo *fake news* na campanha política dos candidatos Ivo Sartori e Eduardo Leite ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Tal pesquisa se alicerça no aporte teórico da Análise de Discurso de linha francesa, como forma de compreender, na materialidade do *corpus* coletado, como se mobilizam discursivamente processos de identificação com saberes cristalizados para sustentar um posicionamento político, elegendo a dicotomia falso/verdadeiro, para referir o termo *fake news*. Para a análise, foi delimitado um espaço temporal que engloba a eleição para governador do Estado do Rio Grande do Sul, de 2018, cujo protagonismo foi relativo a dois candidatos, Eduardo Leite e Ivo Sartori, os quais disputaram o primeiro e o segundo turno. As sequências discursivas coletadas foram publicadas de forma impressa ou através de vídeos, entre os dias 5 de julho e 28 de outubro, período permitido para realização de campanha política legal. A fim de compreendermos, discursivamente, de que modo se manifestaram as formações discursivas, ideológicas e imaginárias sobre o que se espera de um político em relação à prática política, à noção de lei, de verdade, entre outras, estudamos, para além da teoria de Michel Pêcheux, a filosofia de Aristóteles e também de Foucault. Para melhor organizarmos o *corpus* e procedermos as análises, separamos os discursos dos candidatos e mobilizamos os gestos de interpretação das sequências discursivas. Verificamos, então, que nos discursos dos candidatos, ressoam os saberes mencionados sobre como se comporta um bom político e sobre a forma como a verdade opera no discurso dos políticos, como uma estratégia de persuasão. Mesmo que durante um embate esperemos que os candidatos estejam em lados opostos, pelas sequências discursivas analisadas, percebemos que ambos os candidatos estão identificados com a mesma formação discursiva conservadora.

Palavras-chave: Discurso Político. *Fake news*. Verdade.

**THE DISCURSIVE FUNCTIONING OF THE TERM *FAKE NEWS* IN THE
POLITICAL CAMPAIGN OF THE CANDIDATES IVO SARTORI AND
EDUARDO LEITE TO THE GOVERNMENT OF THE STATE OF RIO GRANDE
DO SUL**

ABSTRACT

This dissertation aims at analyzing the discursive functioning of the term *fake news* in the political campaign of the candidates Ivo Sartori and Eduardo Leite to the government of the State of Rio Grande do Sul. This research is based on the theoretical framework of the French Discourse Analysis, to understand the materiality of the corpus collected, how processes of identification with crystallized knowledge are discursively mobilized to sustain a political position by choosing the false/true dichotomy to refer to the term *fake news*. For the analysis, we delimited a temporal space, which covers the election for governor in the State of Rio Grande do Sul, in 2018, when the protagonists were two candidates, Eduardo Leite and Ivo Sartori, who ran for the first and second rounds. The collected discursive sequences were published in print or through videos between July 5th and October 28th, the legal period allowed for political campaigning. In order to comprehend, discursively, how the discursive, ideologic, and imaginary formations manifested over what is expected of a politician concerning the political practice, the notion of the law, of truth, among others, we studied, beyond the theory of Michel Pêcheux, the philosophy of Aristotle and also of Foucault. To better organize the *corpus* and proceed with the analyses, we separated the discourse of the candidates and mobilized the gestures of interpretation of the discursive sequences. Then, we verified that within the discourse of the candidates resonates not only the mentioned knowledge about how a good politician behaves and but also the way which the truth operates in the discourse of the politicians, as a strategy of persuasion. Even if during a confrontation we expect candidates to be on opposite sides, by the analyzed discursive sequences, we realize that both candidates are identified by the same conservative discursive formation.

Keywords: Political Discourse. *Fake news*. Verity

LISTA DE SIGLAS

- AD – Análise do Discurso de linha francesa de Michel Pêcheux;
- AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado;
- ARE – Aparelho Repressivo de Estado;
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil
- FD – Formação Discursiva;
- MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro;
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PRP – Partido Republicano Popular
- PSD – Partido Social Democrático
- PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira;
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- SD – Sequência Discursiva;
- SDL – Sequência Discursiva Candidato Eduardo Leite;
- SDS – Sequência Discursiva Candidato Ivo Sartori;
- UND – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1 A POLÍTICA E A ÉTICA EM ARISTÓTELES	16
1.1 A FINALIDADE DA VIDA POLÍTICA	18
1.2 OS TRÊS PILARES DA EDUCAÇÃO EM ARISTÓTELES.....	20
1.3 O HOMEM POLÍTICO E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO	21
1.4 A VIRTUDE E A VERDADE NA VIDA POLÍTICA	23
2 VERDADE OU MENTIRA: DO QUE É FEITO UM SOBERANO	27
3 A HISTÓRIA DA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL	32
3.1 DE MODELO A TODA A TERRA	32
3.2 OS PARTIDOS NO RIO GRANDE DO SUL	33
3.3 MDB E PSDB: FUNDAÇÃO E PERSPECTIVAS	38
4 A LINGUAGEM E SUA NÃO-TRANSPARÊNCIA: A ANÁLISE DO DISCURSO	41
5 ANÁLISE DO DISCURSO: TEORIA E MÉTODO	51
6 O OBJETO DA ANÁLISE.....	54
6.1 SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDL) REFERENTES AOS DISCURSOS DO CANDI-DATO EDUARDO LEITE	57
6.2 A ‘VERDADE’ CONTRA A ‘MENTIRA’: ANÁLISE DAS SEQUÊNCIAS	58
6.3 SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDS) REFERENTES AOS DISCURSOS DO CANDI-DATO IVO SARTORI	68
6.4 A ‘EXPERIÊNCIA’ VERSUS ‘IMATURIDADE’: ANÁLISE DAS SEQUÊNCIAS	69
7 UM EFEITO DE CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	87

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A polarização de pensamentos sempre esteve presente em nossas vidas. As ideias antagônicas de certo e errado, verdade ou mentira, direita e esquerda, termos que delimitam nossas escolhas e nossos caminhos, não têm sentidos tão claros ou evidentes, tampouco transparentes. É isso que a Análise do Discurso de linha francesa (AD) defende: não há unicidade de sentidos nas palavras, não somos simples decodificadores de um código comum, somos atravessados pela ideologia e a ideologia é o excesso, é tudo o que já foi dito, ela é concebida como o processo de produzir evidência.

Em uma sociedade cada vez mais polarizada e mais resistente a novas ideias, as *fake news* encontraram o palco ideal para aparecimento e consolidação em meio às notícias jornalísticas. Elas misturam, na estrutura das reportagens, distorções, mentiras, omissões, trazem fatos que não são reais, relacionam discursos a pessoas que nunca os disseram, atuam como potenciais armas de manipulação para aqueles que acreditam nelas ou, então, preferem acreditar. De acordo com Recuero (2019), o conceito de *fake news* não dispõe somente sobre verdade ou mentira, mas sobre desinformação com objetivos específicos: “a *fake news*, assim, não se trata apenas de uma informação pela metade ou mal apurada, mas de uma informação falsa intencionalmente divulgada, para atingir interesses de indivíduos ou grupos” (RECUERO, 2019, p. 32).

As notícias falsas circulam nos mais variados meios de comunicação, às vezes por uma apuração malfeita das informações, outras por uma conduta duvidosa de alguns jornais, mas ver “inverdades” como pautas, também de reportagens, não é algo novo. Conforme vemos em Dresch (2007), nem mesmo as notícias que são elaboradas como uma tentativa de descrição fidedigna ao que aconteceu, conseguem, de fato, trazer uma notícia que pode ser definida, dentro da Análise do Discurso, como verdadeira. De acordo com a AD somos levados a interpretar em todas as situações, portanto, o que os jornalistas apresentam em suas matérias é um “efeito de verdade” (DRESCH, 2007, p. 34):

Daí falarmos em efeito de sentidos e, no caso do jornal, de efeito de verdade que se constrói nesse processo de enunciação. Isso quer dizer que o fato em si pode ter sido maior ou menor do que a referência que pudemos construir com base nos elementos que foram propostos na mídia. Essa projeção da violência, porque passa pelo filtro da interpretação duplamente, pelo jornalista e pelo leitor, não se confunde com a realidade. A relação possível com os fatos se dá pela via da significação.

Contudo, nunca na história houve tanta desconfiança das pessoas pelos veículos de comunicação tradicionais. De acordo com pesquisa global publicada em 2018¹, pelo *Edelman Trust Barometer*, os brasileiros, junto dos indianos e norte-americanos, lideraram o ranking de países com menos credibilidade dos veículos de comunicação. As notícias falsas contribuem para essa realidade, uma vez que, frequentemente, causam um impacto maior do que as tradicionais, por abordarem assuntos polêmicos ou de forma mais sensacionalista.

A problemática que gira em torno desse tema é fundamentada na sensação de insegurança e vulnerabilidade diante de conteúdos a que os internautas são expostos e, por mais que se tenha conhecimento acerca da existência do tema *fake news*, o reconhecimento de se estar perante uma delas ainda é nebuloso, uma vez que estas copiam as formas de gêneros textuais que são utilizados para transmitir informações, como o gênero reportagem, por exemplo. O despreparo dos sujeitos para encontrarem inconsistências nessas notícias surte um impacto sobre o mundo real, porque, muitas vezes, há o envolvimento de pessoas públicas, que são subjugadas e difamadas. Em muitos casos, mesmo depois de serem consideradas *fake news*, essas notícias continuam sendo compartilhadas de modo rápido e abrangente.

Essas notícias, por vezes, corroboram argumentos e pontos comumente discutidos na sociedade sobre figuras ou eventos específicos, como os candidatos ao governo do Estado, por exemplo. Entretanto, nem sempre atuam de forma acusatória, o processo oposto também é identificado nas *fake news*. As notícias falsas são feitas para produzirem sentidos, mas como todos os discursos na Análise do Discurso, elas passam pelo processo interpretativo dos sujeitos e podem, ou não, atingir seus objetivos. Nenhum discurso, nenhuma “palavra, expressão, proposição” (PÊCHEUX, 1995, p. 160) têm um sentido já preestabelecido. Os sentidos “mudam segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Segundo Pêcheux (1997, p. 77), todos os discursos são respostas a outros discursos, podendo ser de maneira direta ou indireta. As *fake news* são, em geral, respostas diretas a outros discursos, uma vez que são

¹ Segundo novos dados publicados em 2020, o percentual de confiança dos brasileiros nos veículos de comunicação aumentou devido à pandemia do COVID-19. De acordo com as novas informações, atualmente os brasileiros são classificados como “neutros” dentro da organização – situação que não acontecia desde 2016. Ainda que confiem nas notícias, os brasileiros, conforme informação do site, ainda não confiam nos veículos de comunicação.

elaboradas para alterarem os efeitos de sentidos de determinados acontecimentos. De acordo com Pêcheux:

[...] o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

A *fake news*, então, é um elemento dentro da disputa de sentidos que, baseando-se em polêmicas e sensacionalismo, desperta o interesse e a paixão em seus leitores. De acordo com Weber (2013), o ato de governar, de estar no poder, desde o início dos tempos, envolveu a espetacularização. O processo envolto em rituais, cerimônias, palanques, tronos, palácios, constantemente rendeu ao soberano um espaço de destaque que lhe concede adutores e críticos. A política, de forma geral, como diz a autora, é capaz de despertar sentimentos intensos em seus espectadores.

Entende-se que a partir de acontecimentos de impacto desencadeados por questões institucionais, éticas ou por fatos extraordinários, imprevisíveis, a política se apresenta em todas as suas dimensões simbólicas, ou seja, permite que as mídias, sujeitos e instituições, sociedade e indivíduos se manifestem, vociferem, adulem, enquanto os meios de comunicação midiática se transformam em arenas discursivas onde é possível identificar a construção, o funcionamento e a partição do espetáculo político-midiático (WEBER, 2013, p. 199).

Dentro da mídia tradicional, entretanto, existe uma mediação pela qual essas notícias passam, um processo de apuração dos fatos, o que não acontece quando são divulgadas diretamente nas redes sociais. Conforme a autora, são nesses espaços de discussão que a lógica abre espaço para paixão – e, justamente, essa que é determinante para elencar qual sentido se sobreporá aos outros.

De acordo com a revista Forbes, o Brasil é o terceiro colocado na lista dos países com mais exposição a notícias falsas do mundo. No Brasil, outro dado preocupante é a falta de garantia de punição para quem dissemina *fake news*, intencionalmente, na legislação brasileira. Ainda que existam sanções para divulgação desse tipo de conteúdo em jornais televisivos ou em emissoras de rádio, não há nada que preveja essa mesma aplicação nas mídias *on-line*. Apesar do lado em que a pessoa atingida se encontra, é possível perceber que esse tipo de notícia privilegia um determinado grupo e é dotada de carga ideológica, que pode ou não ser percebida por quem a lê.

Principalmente no meio político, independentemente da situação, a simples menção do termo *fake news* já causa bastante desconforto por parte dos sujeitos envolvidos ou dos que foram enganados pelo conteúdo. De acordo com Aristóteles, um dos autores que serão abordados neste trabalho, uma das principais características exigidas para os políticos é a honradez. Além disso, a verdade, na concepção aristotélica, está relacionada ao bom comportamento dos bons políticos. O bom político precisa ter virtude, ser honrado, ser dotado de boas intenções para servir como exemplo para a sociedade. A associação do nome de um político, por exemplo, com a disseminação de *fake news*, certamente, macula essa imagem, que é supostamente ilibada, que é fundamental de ser passada para seus eleitores.

Com base nisso, esta pesquisa busca compreender, na trama desses discursos antagônicos, entre fatos e *fakes*, o funcionamento discursivo do termo *fake news* produzido pelos candidatos Eduardo Leite e Ivo Sartori, durante a campanha eleitoral para o cargo de governador do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2018.

Por meio do aporte teórico da Análise de Discurso de linha francesa, para responder ao objetivo da pesquisa, buscar-se-á analisar o funcionamento dos efeitos de sentido presentes na materialidade do *corpus* coletado, quando se mobilizam discursivamente processos de identificação com saberes cristalizados para sustentar um posicionamento político, elegendo a dicotomia falso/verdadeiro para referir-se ao termo *fake news*. Cabe destacar que o objetivo dessa pesquisa não é determinar o que é fato ou o que é *fake*, uma vez que, dentro da Análise do Discurso, ambos são efeitos de sentidos que estão em jogo.

Para tornar viável o desenvolvimento desta Dissertação, foi delimitado um espaço temporal para análise das *fake news* dentro do campo político, que engloba a eleição para governador do Estado do Rio Grande do Sul, de 2018, cujo protagonismo foi relativo aos dois referidos candidatos, que disputaram o primeiro e o segundo turno. Nessa eleição, as *fake news* se tornaram protagonistas de grandes embates políticos. Durante o período eleitoral, os candidatos foram alvo de diversas informações falsas, sobretudo o candidato filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (doravante PSDB), Eduardo Leite. O Rio Grande do Sul foi escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa, pois o debate acerca das notícias fraudulentas foi significativo, de forma a levar os órgãos de fiscalização eleitoral e judicial, como o Tribunal Regional Eleitoral e a Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul, a desenvolverem cursos de aperfeiçoamento que instrumentalizassem os magistrados a lidarem com esses crimes virtuais.

Para darmos início a nossa discussão, abordaremos alguns dos conceitos filosóficos de Aristóteles. Dentro da Análise do Discurso é possível retomar e ressignificar, ainda que de forma inconsciente, os discursos e estruturas que já foram elaborados em algum momento anterior – essa nossa capacidade nos ajuda a antecipar as situações e o que se espera delas. A visão de Aristóteles contribui, nesta pesquisa, para a retomada dos conceitos que ajudaram na construção desse imaginário social sobre o que é esperado de um político, portanto, aquilo que os políticos devem demonstrar, discursivamente, que são. Buscamos o pensamento aristotélico sobre ética, honra e virtude, características que, segundo o filósofo, são essenciais para um bom governante. Para Aristóteles, além de ser bom, é preciso *demonstrar* essa habilidade; e este é um dos tópicos frequentemente observado no discurso dos políticos, inclusive dos candidatos aqui analisados, os quais buscam expor suas habilidades para demonstrar capacidade para ocupar determinada posição de poder.

Aristóteles divide os homens políticos dos homens vulgares, pois, para ele, há uma diferença crucial na forma como esses dois tipos de homens veem a vida: os últimos se preocupam somente com a felicidade momentânea; os primeiros, entretanto, veem no bem comum a felicidade máxima e são destinados à vida política. O “sumo bem”, conforme aponta o filósofo, na vida política, é a prosperidade da comunidade e das famílias e o alinhamento desse grupo com as leis e regras de convívio. Um bom político, segundo Aristóteles, deve ser um modelo a ser seguido, deve ser capaz de levar a sociedade ao sucesso e de elaborar as leis de convívio.

Essa perspectiva aristotélica converge com o pensamento foucaultiano, pois Foucault também se preocupou em estudar a ética e a moral. No capítulo Verdade ou Mentira: do que é feito um soberano, em que abordaremos a verdade na perspectiva foucaultiana, veremos que, para o autor, a moral é algo mais geral, da composição de leis e dos preceitos que devem ser seguidos por todos, enquanto a ética seria o desempenho individual dos sujeitos ao executarem suas ações. De acordo com Foucault, a política é regida por três pilares, a saber, poder, direito e verdade; o da verdade e o do poder são codependentes para o autor, uma vez que, segundo Foucault o poder só pode ser exercido através da verdade. O discurso da lei é o discurso da verdade e, com base em Aristóteles, quem governa produz a lei, portanto, dentro dessa perspectiva, esse governante tem o poder de ter o discurso da verdade.

Para conseguirmos situar historicamente o Rio Grande do Sul, seus políticos e sua história com a política, traremos um capítulo com esses saberes. A história dos partidos MDB e PSDB, que foram originados de uma mesma vertente ideológica, será também

exposta nesse capítulo, para nortear a forma como os seus respectivos representantes, Ivo Sartori e Eduardo Leite, articulam seus discursos e dispõem de seus argumentos. Cada um dos candidatos, como é sabido na política, ao se tornar o “rosto” do partido, precisa, também, demonstrar alinhamento claro com o que é defendido internamente, no seu partido.

Cabe retomar que, na pesquisa, especialmente por estar fundamentada na teoria de Análise do Discurso Pecheutiana, não pretendemos classificar discursos e/ou notícias como verdadeiras ou falsas, visto que buscamos problematizar, nas análises do *corpus* referido, a (pre)tensa univocidade atribuída à interpretação do leitor, quando se aciona um sentido reducionista/transparente para representar o termo *fake news*.

1 A POLÍTICA E A ÉTICA EM ARISTÓTELES

De acordo com a Análise do Discurso de linha francesa, teoria que fundamenta a reflexão sobre o tema deste trabalho, somos levados a repetir estruturas anteriores em nossos discursos, pois não há ineditismo na língua, todas as palavras já foram ditas anteriormente. Essas estruturas nos ajudam a significar as situações e discursos aos quais somos expostos e, mesmo sem nunca refletir sobre os conceitos de ética ou política, de verdades ou de mentiras, temos representações imaginárias sobre as mesmas, que podem aparecer, de forma não proposital, em nossos dizeres – a mesma representação existe para o imaginário que temos sobre o que deve ser um político ou uma *fake news*.

Conforme mencionado na introdução desse capítulo, abordo a construção imaginária que gira em torno do sistema político e ético, partindo da teoria vista em Aristóteles e que permanece atual, sobre o que faz e como deve ser um político. Cabe dizer que Aristóteles aparece nesse trabalho por ter sido um dos primeiros autores a trazer a questão da política para a luz da filosofia. Dentro da discussão proposta, utilizaremos a visão do autor para refletir sobre os discursos que ressoam sobre a política através dos anos. Dentre as definições de política e ética presentes nos dicionários DICIO, (2009), há somente dois pontos de concordância: tratam-se, ambas, de substantivos femininos e as duas afetam a vida dos sujeitos, individual ou coletivamente. Em razão da grande divergência que circunda os temas, é necessário um ponto de partida para as considerações teóricas que virão a seguir.

Nascido em Estagira, Aristóteles cursou a Escola Platônica, em 367 a. C., instituição que influenciou diretamente os estudos do filósofo, ainda que alguns escritores o considerem um “discípulo rebelde” (TIERNO, 2008, p. 13) do mestre da escola, Platão, em razão das críticas lançadas contra ao professor ao longo de sua vida acadêmica.

De acordo com Chauí (2000), ambos partem de uma perspectiva filosófica sobre a ciência ser de origem Oriental, construída a partir do conhecimento dos gregos em suas viagens. Conforme a autora, vários povos contribuíram para seus estudos: a agrimensura dos egípcios, que dentro da abordagem grega ramificou-se em duas áreas, a aritmética e a geometria; a astrologia vinda dos caldeus e babilônicos, que dentro da abordagem grega dividiu-se em astronomia e meteorologia; inspirados pelos persas, os estudos sobre genealogia transformaram-se em história; e os estudos sobre mistérios religiosos, vindos de alguns rituais orientais, embasaram estudos da filosofia sobre a natureza e vida após morte. Esses conhecimentos, juntos, principiaram os estudos em Filosofia.

A Filosofia, como ciência grega, é dividida em três períodos: o primeiro e o segundo têm como referência o filósofo Sócrates, tendo as duas primeiras fases sendo separadas por antes e depois do mesmo. No primeiro, a ciência era conhecida como Cosmologia e os pensadores tinham grande preocupação com a origem do mundo e das coisas, eles negavam a “criação” do mundo como conhecemos. A segunda fase foi a época de maior florescimento da democracia em Atenas. Durante este período, Platão fez seus estudos e Aristóteles foi seu pupilo. Naquela época, a cidade era considerada centro econômico e social, os cidadãos eram livres para expressar suas opiniões, desde que não fossem crianças, idosos, mulheres ou pessoas escravizadas.

De acordo com Chasin (2007), Aristóteles só pode realizar seus estudos em uma academia respeitável como a platônica, em razão deste momento de expansão em que a cidade vivia. Filho de médico, ele não fazia parte da nobreza, mas, com a democratização da educação, os cidadãos reconhecidos como de direito, no cenário homens adultos e brancos, tiveram essa oportunidade. Nesta academia, Aristóteles ficou 20 anos sob a influência de Platão e, de acordo com Tierno (2008, p. 4), 20 anos “sob a sombra de seu mestre”. Os estudos da fase jovem de Aristóteles, ainda que boa parte da produção desta época não tenha sido recuperada, demonstram forte influência de seu professor, conforme diz Chasin (2007). Neste período, o enfoque era em estudos das questões humanas, conforme cita Chauí (2000), em áreas como ética e política, ambos conceitos que serão discutidos, também, nos estudos de Aristóteles.

Mesmo que o tempo junto a Platão tenha refletido no trabalho de Aristóteles, de uma forma, conforme aponta Tierno (2008, p. 7), “de influência doutrinária que na história da Filosofia talvez não tenha paralelo”, foi a fase madura de Aristóteles, longe de Platão, que rendeu mais frutos e, posteriormente, inspirou uma terceira fase da filosofia grega: o período Sistemático, onde os estudos aristotélicos foram os que estiveram em maior evidência. Nesta fase, Aristóteles reconsiderou os conceitos analisados anteriormente:

Aristóteles apresenta, nesse período, uma verdadeira enciclopédia de todo o saber que foi produzido e acumulado pelos gregos em todos os ramos do pensamento e da prática considerando essa totalidade de saberes como sendo a Filosofia. Esta, portanto, não é um saber específico sobre algum assunto, mas uma forma de conhecer todas as coisas, possuindo procedimentos diferentes para cada campo de coisas que conhece (CHAUI, 2000, p. 48).

Embora mentorado por tantos anos, Aristóteles, em vários momentos, se mostra contrário às conclusões teóricas de seu professor. Na produção aristotélica da fase adulta, é

possível observar uma série de objeções pontuais ao trabalho de Platão, como no que diz respeito ao conceito de ética, que passaremos a contemplar na sequência deste capítulo.

1.1 A FINALIDADE DA VIDA POLÍTICA

Para Aristóteles, *ethos* pode significar “o temperamento natural de uma espécie animal ou de indivíduo, mas também a maneira habitual de ele se comportar” (VERGNIÈRES, 1998, p. 5). De acordo com ele, o princípio básico de toda ação humana é buscar um fim, sendo este um bem; como existem várias áreas de atuação humana existem, portanto, vários fins. O filósofo ressalta, entretanto, que o bem particular é menos importante do que o sumo bem, que é mais geral e proporcionado pelo Estado.

Dessa forma, como assinala o próprio Aristóteles, “todo conhecimento, todo trabalho, visa um fim” (1991, I, p. 4). O fim, o maior, nas palavras do autor, o “mais alto bem” que os homens de cultura superior buscam, ou seja, o fim, seria a felicidade, termo que é apontado pelos homens como uma prescrição para ser feliz e adquirido através do *bem viver e bem agir*. Existem, porém, discordâncias entre os homens quanto ao conceito de *felicidade*. Conforme Aristóteles, a felicidade não é igual para todos os homens, uma vez que, para cada um deles, existe uma visão do que a felicidade é. Para explicar este conceito, o filósofo separa os homens em dois grupos, os vulgares e os sábios.

O primeiro grupo, dos homens vulgares, relaciona a felicidade com o prazer momentâneo, como a saúde, quando se está doente, ou como a riqueza, quando se é pobre. Aristóteles defende que, para este grupo, a felicidade é resumida a algo muito mais simples do que realmente é e que não tem uma forma em si, mas tem o aspecto da necessidade maior do indivíduo no momento. Os homens do segundo grupo, que teriam “grande refinamento e índole ativa” (ARISTÓTELES, 1991, I, p. 5), relacionam a felicidade com honra, a qual seria o princípio da vida política. O filósofo, entretanto, tem suas ressalvas quanto a alguns homens que buscam a honra: primeiramente, porque alguns a procuram para convencerem a si mesmos de que são bons; e, secundamente, porque a honra é mais dependente de *quem* confere um homem como honrado do que, de fato, dependente do *que faz* um homem honrado. Isto se dá, porque, segundo o autor, o bem seria algo inerente ao ser humano para lhe ser arrebatado.

Essa característica referente ao homem da vida política, mesmo após tantos anos da escrita do texto aristotélico, aparece nos discursos que serão analisados neste trabalho, como,

por exemplo, neste recorte do dizer do candidato Sartori: “Sou daqueles que entende que a boa política é falar a verdade, ter coerência, conhecer os números como eu conheço e não fazer demagogia” (SARTORI, 2018). O candidato, ao reforçar os valores da boa política e, também, se colocar como um conhecedor desta, faz um esforço para se alinhar ao que parece ser esperado dos políticos e, portanto, segundo a perspectiva aristotélica, ser reconhecido como tal –, porque somente ser não é suficiente.

Para o filósofo, se um homem é bom, mesmo que não seja honrado, no sentido aqui descrito, continuará sendo bom. A bondade é própria dele, portanto não deve ser relacionada à honra e à felicidade. Desta forma, a felicidade deve ser algo adquirido, absoluto e incondicional, buscado em si mesmo e não como subterfúgio de outras coisas. Questionando o conceito, Aristóteles chega à conclusão de que o sumo bem, a felicidade, é um objetivo, também, do Estado:

A resposta à pergunta que estamos fazendo é também evidente pela definição da felicidade, porque quando dissemos que ela é uma atividade virtuosa da alma, de certa espécie. Dos demais bens, alguns devem necessariamente estar presentes como condições prévias da felicidade, e outros são naturalmente cooperantes e úteis como instrumentos. E isto, como é de ver concorda com o que dissemos no princípio, isto é, que o objetivo da vida política é o melhor dos fins, e essa ciência dedica o melhor de seus esforços a fazer com que os cidadãos sejam bons e capazes de nobres ações (ARISTÓTELES, 1991, I, p. 9).

Maior que a honra e mais aplicável ao que o filósofo tenta entender é a virtude. Para ele, esta característica é a finalidade da vida política, uma vez que, conforme já visto, a vida política é o melhor dos fins. É o Estado, preocupado com o bem geral, que determina quais ciências devem ser estudadas, uma vez que é através da educação que os cidadãos aprendem a lei, a socialização e politização. Aristóteles defende que os homens precisam viver em sociedade, porque são naturalmente compelidos a viver em grupos para satisfazerem suas necessidades.

O conceito de *ethos* é ligado, aqui, ao de “bem viver e bom temperamento”, a educação é dada a esses indivíduos para que eles consigam conviver dentro desta sociedade, sendo bons e capazes de ações nobres, conforme cita Aristóteles (1991). Mesmo dentro dessa perspectiva, é importante destacar que todos os indivíduos são entendidos como seres diferentes, portanto não reagem da mesma forma à educação que lhes é dada, segundo aponta Vergnières (1998). Veremos, a seguir, como se dá a influência da educação e o papel da família na perpetuação da ordem.

1.2 OS TRÊS PILARES DA EDUCAÇÃO EM ARISTÓTELES

A autora aponta três mediações pelas quais a educação passa até chegar aos estudantes, todas fundamentais: a família, a escola e a lei. A família é o primeiro pilar, sendo responsável por apresentar os valores à criança. Desde muito cedo, “mostra-se a ela, através dos exemplos, o que é justo e o que não é, de modo que ela se conforme às normas em curso na cidade” (VERGNIÈRES, 1998, p. 29).

O pilar familiar como detentor de valores, passados de geração para geração, permanece forte mesmo nos dias de hoje. No discurso de Leite, por exemplo, o âmbito familiar é apresentado como algo que deve ser preservado e mantido imaculado: “*Uma foto de família vira uma fake news de baixo nível e preconceituosa*”. Esse discurso constitui-se numa tentativa de demonstrar o alinhamento desse político com os fundamentos apresentados por Vergnières sobre educação: ele não só compreende a família dentro de seu papel educacional, como mantém os valores repassados.

De acordo com a autora, a escola atua nesta teoria como uma continuação da família, com o objetivo de formar o aluno em um futuro cidadão. A lei, por sua vez, trata de tolher o indivíduo de forma que se encaixe aos padrões já estabelecidos no “texto da lei”, de modo que, aquele que não se encaixar, deverá ser punido (VERGNIÈRES, 1998, p. 29). Isso acontece, segundo a autora, devido à particularidade de cada indivíduo. O processo de aprendizagem é diferente e pode ter falhas ou resistência e Aristóteles defende que isso se dá, não só por erros materiais durante a educação, mas, também, por pertencimento a uma linhagem má.

De acordo com Vergnières (1998), Aristóteles defende a existência de naturezas individuais, sendo esses traços que passam de pais para filhos, como a capacidade de correr ou lutar. Tais características fazem parte da “constituição natural destes indivíduos”, que representam o “bom comportamento” (VERGNIÈRES, 1998, p. 80). Entretanto, como o homem, na obra de Aristóteles, é diferenciado dos homens no que tange a comportamentos naturais, Vergnières assinala que o “temperamento psicológico que é a causa do comportamento animal é, no homem, só matéria do caráter adquirido” (VERGNIÈRES, 1998, p. 80), como não é inerente, pode ser ensinado e moldado através da educação.

1.3 O HOMEM POLÍTICO E SUA RELAÇÃO COMO O ESTADO

Percebemos, através do que foi visto até aqui, que Aristóteles faz uma diferenciação entre os homens, separando-os entre vulgares e sábios, sendo este segundo grupo de homens o que têm vocação para a vida política. De acordo com Aristóteles, “o homem verdadeiramente político também goza a reputação de haver estudado a virtude acima de todas as coisas, pois que ele deseja fazer com que os seus concidadãos sejam bons e obedientes às leis” (ARISTÓTELES, 1991, I, p. 13).

Aristóteles (1991) diz que o objetivo da vida política é o melhor dos fins, ou seja, desenvolver os cidadãos para que sejam bons e capazes de ações nobres. Como um animal político social, os homens precisam viver em sociedade para viver bem de forma colaborativa. De acordo com Vergnières (1998, p. 149), “a cidade é, por seu gênero, comunidade natural; nela se exprime, como em toda comunidade natural, o impulso que empurra os homens uns em direção aos outros e que caracteriza sua sociabilidade natural”.

Para viver bem em sociedade, entretanto, os homens precisam seguir algumas “regras” de bem viver, determinadas pelo Estado, uma vez que este é o responsável maior pela vida em sociedade, é o Estado que tem o melhor bem. Para Aristóteles:

[...] os legisladores tornam bons os cidadãos por meio de hábitos que lhes inculcem. Esse é o propósito de todo legislador, e quem não logra tal desiderato falha no desempenho da sua missão. Nisso, precisamente, reside a diferença entre as boas e as más constituições (ARISTÓTELES, 1991, II, p. 1).

Dito isto, Aristóteles aponta dois tipos de virtudes como essenciais para a vida em sociedade. A primeira é a intelectual, expandida e melhorada através do ensino, portanto, ela é ensinada, precisando de tempo e experiências para se desenvolver. Aristóteles, inclusive, ressalta que as experiências, por vezes, não são relacionadas à idade, uma vez que, sendo expostas a variadas situações, pode-se adquirir conhecimentos que pessoas de mais idade não têm quando não o são.

A segunda modalidade de virtude é adquirida por hábito, trata-se da moral. Esta moral não é conquistada por meio de atribuição genética nos seres humanos, tampouco o é indiferente à natureza. Uma pedra, de acordo com Aristóteles, não pode adquirir o hábito de mover-se para cima, sendo ela fisicamente impelida de tal comportamento. O ser humano, sem ter o hábito de ser virtuoso, muito menos o é. De acordo com Aristóteles, “somos

adaptados por natureza a recebê-las (virtudes) e nos tornamos perfeitos pelo hábito” (ARISTÓTELES, 1991, II, p. 1).

A virtude não pode ser resumida a somente abstenção de alguns atos considerados imorais, como assassinato, roubo ou violência. Um homem virtuoso reconhece, mesmo em situações não previstas por lei, a moralidade e permanece fiel ao que lhe foi ensinado – “a virtude define-se pela constância graças às quais o indivíduo realiza, de maneira concreta, a essência humana” (VERGNIÈRES, 1998, p. 144). Desta forma, este princípio também permite inferir a submissão de cada indivíduo às regras, medido pela forma com que se sujeita e se conforma com as regras.

A virtude ética faz que o indivíduo se torne apto a resistir às pressões do outro, aos caprichos da sorte, aos desejos rebeldes: atinge, pois, na sua conduta, uma constância tanto mais firme quanto a contenção de si dá lugar à felicidade de fazer o que se faz, de ser o que se é (VERGNIÈRES, 1998, p. 144).

A política é colocada como pivô nesta relação, uma vez que é o Estado que se preocupa com a moral coletiva, estipulando quais são as normas que devem ser seguidas para que prevaleça o bem coletivo. Depois da doutrina exposta, em forma de lei, os cidadãos têm como objetivo, para serem morais e éticos, subjugarem-se às mesmas, para que se mantenha o bem viver social.

De acordo com Vergnières (1998), a condição principal para o *ethos*, tanto individual quanto coletivo, é o discurso (*logos*), uma vez que a lei é transmitida através deste código, a interpretação da mesma será pela educação na sociedade, a lei aqui aparece como “veículo privilegiado da politização do *ethos*” (VERGNIÈRES, 1998, p. 162). É preciso ressaltar que a lei não é seguida por todos os homens, somente aqueles que vivem sob sua autoridade, mulheres, crianças e pessoas escravizadas, por exemplo, precisam atender e respeitar os homens brancos aos quais são subordinados, eles não têm existência política e não podem colaborar com suas ideias na “democracia”.

Efetivamente, a lei nos manda praticar todas as virtudes e nos proíbe de praticar qualquer vício. E as coisas que tendem a produzir a virtude considerada como um todo são aqueles atos prescritos pela lei tendo em vista a educação para o bem comum (ARISTÓTELES, 1991, V, p. 3).

De acordo com Fiorindo (2012), o *ethos* aristotélico também apresenta um caráter particular: ele é mediado pelo discurso, então, o que é dito, para convencimento de outros

de que o sujeito falante é ético, não tem ligação direta com a identidade do falante, pois se trata de uma imagem discursiva. A ideia de um *ethos* mediado pelo discurso, em Aristóteles, pode ser relacionada ao fato de que, ao escolher uma palavra e não outra, o sujeito pretende mostrar uma imagem e não outra (MAINGUENEAU, 2005), dessa forma, ao escolher comportar-se de acordo com as leis estabelecidas em contrato social, o sujeito está dizendo que se afina com a virtude, que é virtuoso e ético.

Uma vez que o Estado é quem tem o melhor dos fins e é ele quem tem como objetivo guiar os cidadãos a adquirirem o sumo bem, o político precisa dedicar o melhor de seus esforços, segundo Aristóteles, para que os cidadãos sejam bons e capazes de coisas boas. E, considerando que cabe a ele direcionar os estudos e a conduta destes cidadãos, ele mesmo, como político e representante do povo, deve ser um sujeito virtuoso e moral. De acordo com Aristóteles (1991, I, p. 10), “o homem verdadeiramente político também goza a reputação de haver estudado a virtude acima de todas as coisas, pois que ele deseja fazer com que os seus concidadãos sejam bons e obedientes às leis”, o político, portanto, deve saber e ter conhecimento reconhecido do que exige de seus cidadãos.

Esse comportamento do bom político ressoa nos discursos que serão analisados nesta pesquisa, nos quais os candidatos buscam demonstrar, por meio de seus dizeres, que estão de acordo e que possuem essas características mencionadas por Aristóteles. No discurso do candidato Sartori, esses saberes são constantemente mencionados por ele, como já mencionado em: “Sou daqueles que entende que a boa política é falar a verdade, ter coerência, conhecer os números como eu conheço e não fazer demagogia” (SARTORI, 2018). Esse reforço que os candidatos fazem para demonstrar, dentro dos discursos, os saberes que existem sobre o que define ser um bom político não é por acaso, é um eco do que se constrói historicamente sobre a posição-sujeito dos políticos.

1.4 A VIRTUDE E A VERDADE NA VIDA POLÍTICA

No que tange à virtude, Aristóteles diz que, por vezes, a justiça é a maior de todas elas, o conceito de justiça não se basta por si mesmo, ele está sempre em relação entre cidadãos. O legislador, enquanto ser não só responsável pelo seguimento das leis, mas também por sua criação, deve ser uma pessoa justa, independentemente de assuntos particulares, uma vez que o que se aplica para uma pessoa, em teoria, deve ser aplicado a

todas elas, sem ter em conta a posição ocupada. Cabe ao legislador, também, o papel de decidir o que é justo ou não, atribuindo penalidades e punições quando necessário.

Um político, ainda seguindo o raciocínio de Aristóteles, deve ser aberto ao ideal do outro, uma vez que, de acordo com ele, o homem, como ser político, compelido a viver em sociedade, precisa fazer parte e contribuir com a mesma, não somente tirar vantagens materiais. Por sua vez, o legislador precisa estar aberto para este tipo de diálogo, uma vez que, sendo representante do povo, deve saber quais são suas demandas e ideias. Retornando à virtude, Aristóteles (1991) defende que esta característica é essencial em um governante, pois servirá de incentivo aos outros homens, guiados ao bem, que é o sumo final.

Dessa forma, uma vez que a verdade faz parte do bem, o político deve ser honesto e verdadeiro para que possa ser virtuoso e honrado, características essas que Aristóteles reitera serem a finalidade da vida política. Aqui, o filósofo questiona a inocência desta honradez, levando em conta que os homens podem escolher o caminho da honra não para serem justos e virtuosos, mas para se sentirem bem consigo mesmos. Isto, evidentemente, cabe a todos os homens, não somente aos vulgares, mas aos representantes também. Seriam eles realmente honrados ou buscam somente promoção pessoal? E, retomando o *ethos* como representação imagética discursiva, eles são o que eles falam ou eles somente falam para parecerem que são?

Existe, ainda, outro ponto que precisa ser destacado: as leis, sendo escritas por sujeitos para sujeitos, passam pelo processo de interpretação inúmeras vezes, sendo ressignificadas e alteradas em cada uma delas. Este processo não é particular do discurso da constituição, mas faz parte de qualquer processo discursivo.

Na briga, quando alguém chama o outro de mentiroso porque não estaria dizendo os fatos exatamente como aconteceram, está presente a nossa crença de que há diferença entre verdade e mentira. A primeira diz as coisas tais como são, enquanto a segunda faz exatamente o contrário, distorcendo a realidade. No entanto, consideramos a mentira diferente do sonho, da loucura e do erro porque o sonhador, o louco e o que erra se iludem involuntariamente, enquanto o mentiroso decide voluntariamente deformar a realidade e os fatos. Com isso, acreditamos que o erro e a mentira são falsidades, mas diferentes porque somente na mentira há a decisão de falsear. Ao diferenciarmos erro de mentira, considerando o primeiro uma ilusão ou um engano involuntário e a segunda uma decisão voluntária, manifestamos silenciosamente a crença de que somos seres dotados de vontade e que dela depende dizer a verdade ou a mentira (CHAUI, 2000, p. 7).

Com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, entretanto, os sujeitos supostamente acreditam estar no controle da verdade de seus dizeres, “esquecendo” que

estão submetidos aos efeitos do assujeitamento ideológico, atrelados às formações imaginárias, acionadas nos mecanismos de produção dos processos discursivos com as quais estão alinhados. Podemos dizer, então, que existem formações imaginárias e discursivas em curso, que atuam sob diferentes formas na (ex)tensa rede de produção de sentidos. Quando falam que a lei não é a mesma para todos, mesmo que, neste sentido, esteja, possivelmente, representando uma insatisfação pessoal com o sistema judiciário. Isso está ligado não só ao que está escrito, mas à discrepância entre as interpretações dos sujeitos sobre o fato.

A questão de verdade ou mentira, recuperando a citação de Chauí (2000), também está relacionada com a leitura de uma situação. Quando em um campo de futebol existem duas visões diferentes sobre um passe e é gerada uma polêmica a respeito da interpretação do árbitro, este pode estar isento da culpa, uma vez que não observou a situação pelo mesmo ângulo que os jogadores. Resgato o que foi dito pela autora, esse erro de interpretação seria involuntário, o árbitro tem um ponto de vista diferente dos demais e erra sem intenção de agir de má fé – se fosse um erro voluntário, com intenção de enganar, seria uma mentira.

Seguindo essa linha proposta por Chauí (2000), onde existem duas formas de faltar com a verdade, a voluntária e a involuntária, podemos pensar sobre as *fake news* nos discursos que compõem o *corpus* desta pesquisa. É possível identificar que existem dois sujeitos que serão relacionados a ela, cuja interação com seu conteúdo pode ser intencional ou não. Trata-se de uma tentativa de manipulação que, por vezes, dá certo, ainda que os sujeitos leitores saibam que não se trata de uma situação verdadeira. Podem ocorrer erros em razão da ingenuidade alheia, entretanto, neste processo, a mentira é proposital, ou seja, um fato é criado e misturado a outros para que se pareça verdadeiro, enquanto não o é.

Discursivamente, como já referido, há uma abordagem diferente daquela vista em Chauí. Para a AD, uma vez que todos os sujeitos, desde o momento do nascimento, são assujeitados à ideologia, não é possível assegurar o sentido do que se intenciona dizer. Tudo que é feito por eles é encoberto pelo véu desse assujeitamento, sob o qual se cria um efeito de sentido que os performam fontes do seu dizer, quando, na verdade, não o são. O sujeito é descentrado na teoria pecheutiana e atravessado pela linguagem, sendo constituído pelas posições-sujeito que ocupa, ele não é origem do que diz, tampouco é livre para fazer escolhas intencionais.

Retomando a questão sobre o objetivo da política sob a perspectiva de Vergnieres (1998), a política tem como objetivo o bem do homem e, conseqüentemente, o bem da cidade. Os políticos devem ter excelência moral, conforme a autora aponta, porém, como

lidar em uma era de desinformação, cuja principal causa é política? Ou quando usam da desinformação em prol da política? Os políticos são, também, homens, por isso estão sujeitos a falhas de moral e ética, assim como quaisquer cidadãos; suas falhas, entretanto, repercutem e atingem diretamente a população que os elegeu representante.

2 VERDADE OU MENTIRA: DO QUE É FEITO UM SOBERANO

Quando pensamos na última eleição para Governador do Estado, uma das palavras de maior destaque é “verdade”. Esse termo foi amplamente explorado pelos candidatos e está constantemente associado aos seus discursos, tanto para promoção própria quanto para agressão do concorrente, quando este é acusado de “faltar com a verdade”. O conceito de verdade é ligado ao discurso político, pois, conforme vimos em Aristóteles, o homem político goza de boa reputação (ARISTÓTELES, 1, 1991) e verdade e honestidade são adjetivos que dizem respeito a boas intenções.

Uma vez que um político não só obedece às leis, mas também as cria, ele deve ter seus princípios alinhados à ética e à moral, conforme diz Aristóteles. O político age dentro da teoria do filósofo como um líder que guia o povo sob sua responsabilidade para o caminho do bem e do bem viver. Dentro de uma democracia, portanto, onde o povo escolhe quais serão seus representantes, os políticos precisam demonstrar que estão cientes de sua capacidade para gerir um determinado grupo.

Foucault, de acordo com Birman (2010), em seus trabalhos, buscou explorar as diferenças entre a moral e a ética; a primeira, de acordo com Birman (2010), sempre seria o código de valores, compartilhado pelo todo, enquanto a ética seria a forma como o indivíduo executaria suas ações e “produziria ativamente as práticas de constituição de si” (BIRMAN, 2010, p. 186). Segundo Birman (2010, p. 186):

Nesta perspectiva, as práticas de si se fundariam efetivamente na liberdade, não se configurando, pois, como modalidades de sujeição. Enfim, a singularidade do sujeito se constituiria por esses atos de liberdade e de produção de si, por onde se evidenciaria, então, a questão da verdade.

Quando pensamos no conceito de verdade, entretanto, nos deparamos com uma problemática semântica bastante complexa: O que significa verdade? Se pensarmos que vivemos em um mundo gerido e governado ideologicamente e que todos nós temos critérios interpretativos particulares quando nos deparamos com as palavras, conforme é apontado em AD, a linguagem é opaca, portanto os termos têm sentidos próprios para cada pessoa, tudo é interpretação. Ao falar em verdade, em estar agindo de acordo com a verdade ou que o outro está faltando com a verdade, os candidatos partem do pressuposto de que a palavra *verdade* carrega um significado literal e inequívoco, preso, impossível de ter dúvidas interpretações. Em síntese, nenhuma palavra tem esse privilégio, os sentidos podem e irão

mudar dependendo da interpretação dos sujeitos, não se tem controle sobre o que é dito, os sentidos sempre podem ser outros.

Ao analisar o sistema político, Foucault, em seus estudos, acredita que este é gerido por três conceitos fundamentais, poder, direito e verdade. O discurso de verdade, para o autor, é necessário para a política, porque ela e o poder são codependentes. Foucault (1979, p. 179-180) diz que “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade”. Portanto, governar, para ele, implica em controlar uma variedade de “verdade” que serão produzidas dentro dos discursos e necessárias para a manutenção do poder. Segundo Foucault (1979), somos submetidos à verdade, uma vez que:

No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder (FOUCAULT, 1979, p. 189).

O discurso verdadeiro, então, é o discurso da lei, da moral, da ética, o discurso que é aceito e reproduzido pelas pessoas de bem². Por isso esse deve ser o discurso das pessoas que almejam cargos políticos, uma vez que estes devem ser, conforme diz Aristóteles, exemplos de ética e moral e como essas são características reconhecidas como necessárias para um representante, os candidatos buscam reforçar essa imagem frente à população que detém o poder de voto. É o discurso da verdade, da lei, do direito, que assegura o poder nos dias de hoje, por vivermos em um regime democrático.

O significado de verdade não é o mesmo para todos. Pensando nisso, Foucault (1979) considera um novo questionamento: qual verdade tem mais força? Entramos novamente na questão do poder, real e simbólico, que rege não só a lei jurídica, mas cria condutas disciplinares que devem ser seguidas em prol do bem viver.

As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra "natural", quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização; referir-se-ão a um

² Dito isso, é interessante explicar sobre pessoas de bem e qual garantia de democracia que está sendo citada nessa abordagem. Apesar de o uso do termo “pessoas de bem” ressoar discursos diversos, aqui, diz respeito às pessoas que estão em conformidade com suas obrigações legais e seguem as regras da sociedade. E a garantia do regime democrático, para Foucault, é eleição de candidatos com base em votos da população. Fato que obriga os candidatos a elaborarem discursos que atinjam esse objetivo através do convencimento.

horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito, mas o domínio das ciências humanas; a sua jurisprudência será a de um saber clínico (FOUCAULT, 1979, p. 189, grifos do autor).

De acordo com Foucault, é dentro desse jogo heterogêneo que se dá o processo de dominação, que é muito mais complexa do que a existente antes do século XVII. Na época do feudalismo, por exemplo, conforme cita Foucault (1979), as relações de poder eram muito mais evidentes que as atuais, existiam os senhores feudais, donos das terras, soberanos em suas terras e doutrinadores do poder real. Estes senhores, por serem detentores do poder, extraíam de seus subordinados suas riquezas. Conforme afirma Foucault:

Em outras palavras, a relação de soberania, quer no sentido amplo quer no restrito, recobria a totalidade do corpo social. Com efeito, o modo como o poder era exercido podia ser transcrito, ao menos no essencial, nos termos da relação soberano-súdito (FOUCAULT, 1979, p. 187).

Depois do século XVII, com a Revolução Francesa, houve, segundo o autor, uma mudança drástica nos mecanismos de poder, tornando o funcionamento deste mais implícito: agora domina quem tem dinheiro e é dominado quem oferece mão de obra. Os donos das empresas não extraem mais riquezas de seus subordinados, mas tempo e trabalho. Mesmo dentro desse regime movido por máquinas, um representante de Estado ainda é necessário, conforme aponta Foucault. Porém a arte de governar não é transparente, existe uma pluralidade de governos e todos eles se misturam na sociedade e é preciso decidir qual se aplica melhor ao todo. Foucault (1979) diz que existem três tipos de governo:

O governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia; a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política (FOUCAULT, 1979, p. 281).

O autor defende que os “pais de família” sabem gerir suas famílias economicamente quando um Estado é bem governado, portanto esse grupo se comportará como deve. E, da mesma forma, um governante deve gerir o Estado do mesmo modo que administraria sua família: atendendo suas demandas, suprimindo suas necessidades e com igualdade de oportunidades para todos os seus membros. Dentro dessa perspectiva de Foucault (1979), é apontado que existem múltiplas formas de governo, dos grupos mais específicos, como a família e crianças, já citados anteriormente como os mais abrangentes, uma província ou um Estado, para todas essas opções o verbo governar é usado. De acordo com o autor, isso não

é um debate “simplesmente terminológico, mas têm implicações políticas importantes” (FOUCAULT, 1979, p. 280).

Essa perspectiva abordada por Foucault acaba sendo vista nos discursos de candidatos durante as eleições, demonstrada por meio do funcionamento desses saberes, que ressoam nos discursos através dos tempos. Usando como exemplo o objeto de análise desta investigação, nos discursos proferidos dentro da disputa pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, é perceptível a contestação da capacidade entre os dois candidatos analisados, Leite e Sartori. Em seus discursos, por meio de recursos variados, os candidatos buscam descredibilizar os discursos do oponente, seja pela defesa da sua proposta de governo ou do ataque do projeto do outro. Na Análise do Discurso, em resposta a tudo que é dito, há o que poderia ser dito e não foi. Dessa forma, ao dizer que se deve, por exemplo, “conhecer número como eu conheço”, está sinalizado que sabe melhor ou que o outro nada sabe, logo, sua proposta é fundamentada, enquanto a do outro não.

De acordo com Foucault (1979), um “soberano” deve governar para um “fim conveniente”, ele deve conduzir o Estado para o bem comum – e não deve ter nenhum benefício próprio, se não o de beneficiar o Estado. O fim conveniente, entretanto, conforme aponta o autor, é a obediência à lei, o bem proposto pela soberania é que todos sejam submissos a ela (FOUCAULT, 1979, p 282). O autor usa a metáfora de um navio para explicar como funciona um governo, uma vez que não são só as pessoas ou terras ou bens que devem ser geridos pelo governador, mas o conjunto de todas essas coisas. O comandante de um navio, por exemplo, além do bem-estar dos marinheiros, deve se preocupar com os ventos, os recifes, as tempestades, enfim, além de elementos internos, elementos externos que podem prejudicar o andamento do todo.

Voltando ao tópico da verdade, Foucault acredita que esse foi o elemento que ajudou a construir a democracia grega e também o que ajudou a destruí-la. Isso, pois o “falar franco” foi substituído pelo “falar por falar”, então a convicção usada em frases que transmitiam verdades passou a ser usada para qualquer locução que os governantes quisessem que parecesse real, que posteriormente seria usada somente para persuasão (BIRMAN, 2010, p. 196). O franco falar, segundo Birman, é bastante arriscado. O sujeito poderia colocar em risco sua própria vida, uma vez que não é possível antecipar os efeitos que virão com essas palavras.

Portanto, no franco falar como prática discursiva não estaria em pauta apenas a formulação de um enunciado verdadeiro, mas a assunção efetiva de quem fala tal

enunciado, que correria assim o risco de vida, pela verdade que pronunciaria e sustentaria. Não se trataria então de uma simples performance discursiva, pois implicaria a convicção do falante, com seus eventuais riscos. A possibilidade de morrer efetivamente seria, assim, um dos riscos maiores colocados para o sujeito no exercício do franco falar. Sócrates pagou com a vida pelo exercício do dizer verdadeiro e constituiu, com o seu gesto eloquente do dizer verdadeiro, a filosofia moral. Na tradição helenística, os cínicos foram os representantes maiores desta prática do franco falar, quando esta prática discursiva atingiu então o limiar efetivo do escárnio e do escândalo (BIRMAN, 2010, p. 197).

Os efeitos de quem fala a verdade nos dias de hoje, entretanto, não são tão graves quanto a morte, mas, dependendo de qual for a verdade, trazem implicações sérias na vida dos sujeitos. Ao mesmo tempo, precisam comprovar que estão falando a verdade, para passar credibilidade ao eleitorado. De acordo com Birman (2010), dentro do dispositivo analítico, dizer a verdade, o que ele chama de coragem de verdade, acarreta três possibilidades: a primeira delas, já citada, é a possibilidade de morte, seja essa possibilidade real ou simbólica.

O autor defende, entretanto, que essa possibilidade de morte seria imediatamente negada pelo imperativo narcísico, existente tanto no analista quanto no analisado, uma vez que é uma situação normalizada pela experiência, então não teria essa consequência. E por último que nunca falamos a verdade completa, somente uma versão parcial e essa versão editada “impossibilitaria então a radicalidade assumida pela coragem da verdade presente no franco falar” (BIRMAN, 2010, p. 199).

Principalmente o último tópico citado, é constantemente visto nos discursos políticos, no qual é passado um dado parcial, que não é posto dentro de seu contexto, para embasar argumentos. Falar a verdade, mais do que realmente trazer à luz a essência dos fatos, é trazer uma interpretação completamente parcial do que é desejado dizer. Isso acontece por interferência de uma série de fatores, inconscientes ou não, que agem de forma a manipular o interlocutor, de forma proposital ou não.

Tudo o que é dito é dito com alguma finalidade, dentro de um debate político, a finalidade é a eleição, então diversas armas são evocadas para que esse fim seja concretizado, dependendo do desempenho do sujeito candidato, o sucesso pode ou não ser alcançado. O político ideal é, ainda, aquela figura honesta. Pensando no contexto histórico nacional em que aconteceu a última eleição para o governo do estado do Rio Grande do sul, no qual o país vinha passando por diversos escândalos envolvendo corrupção e golpes, afirmar para os eleitores que estariam elegendo mentirosos ou corruptos era um dos objetivos principais dos candidatos, buscando, no discurso da verdade, transparência e da honestidade, argumentos para sustentar seus ideais.

3 A HISTÓRIA DA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL

A ideia do gaúcho como povo orgulhoso de suas conquistas e sua terra ecoa até os dias atuais em discursos que são, por vezes, separatistas ou que apontam para a supremacia gaúcha em relação ao resto do Brasil, como exemplo da *hashtag* bastante disseminada nas redes sociais “#rsmelhoremtudo”. Por esta Dissertação, fundamentada na Análise do Discurso, realizar uma análise dos discursos de dois candidatos que concorreram ao pleito para governo do estado do Rio Grande do Sul em 2018, é imprescindível a retomada da história do Estado, uma vez que o materialismo histórico e a forma como ele se manifesta no discurso é um dos preceitos basilares para a teoria pecheutiana. Este capítulo servirá para situar a história que precede a disputa. Com partidos que se ramificaram, mas partiram de uma mesma raiz, a história do MDB e PSDB, ainda que de modo sucinto, também será descrita no capítulo.

3.1 DE MODELO A TODA TERRA

Desde quando os portugueses vieram se instalar no Rio Grande do Sul, o território é palco de muitos conflitos. Terra de muitos estrangeiros, o povo gaúcho vivia também sob constantes guerras civis, o que despertou nestes uma “forte politização” (LUZIVOTTO, 2009, p. 26), uma vez que o local tinha vários conflitos políticos e ideológicos, a primeira delas e a mais longa guerra civil brasileira, foi a Revolução Farroupilha, liderada por Bento Gonçalves. Entre os anos de 1835 e 1845 surgiu um movimento contrário ao império brasileiro, buscando a independência da República Rio-grandense.

Após a guerra dos Farrapos, ocorreu a Revolução Federalista, em 1893 e foi uma das guerras civis mais violentas da história do Rio Grande do Sul. Esta disputa se deu entre os Republicanos (Pica-Paus), que segundo Luzivotto (2009, p. 27) defendiam uma “ditadura positivista, ligada ao presidencialismo”, e os Federalistas (Maragatos), que buscavam um regime parlamentarista – esta disputa só teve fim em 1895, com a assinatura de um tratado entre as duas frentes, reconhecimento da vitória aos republicanos e dando anistia aos maragatos.

Depois de 1900 houve outros conflitos, um deles em 1923, ano em que ocorreu mais uma revolução, desta vez entre chimangos e maragatos – os primeiros defendendo Borges de Medeiros e o segundo grupo em prol de Assis Brasil. Quando Borges de Medeiros foi eleito, houve uma grande revolta por parte dos apoiadores de Assis Brasil e instaurou-se uma

nova guerra civil, que perdurou até dezembro daquele mesmo ano. Também, o conflito liderado por Brizola, que, de acordo com Luzivotto (2009), era de caráter ideológico-partidário, e durou quase 20 anos, entre 1945 até 1964. Estes conflitos não eram totalmente regionais, mas demonstram o caráter bipartidário do Estado que é defendido por alguns pesquisadores.

De acordo com Luzivotto (2009), este pensamento aparece no discurso de vários pesquisadores, uma vez que o período vivido pelos gaúchos em guerras políticas influenciou a população:

[...] a constância dos combates fez que a exigência da politização da população fosse sempre muito intensa, o que acirrou ainda mais os enfrentamentos partidários, criou uma hostilidade entre os partidos, quase sempre polarizados em duas correntes pouco dispostas à conciliação, e gerou um clima propício à guerra civil (LUZIVOTTO, 2009, p. 27).

De acordo com Oliveira (2018), é comumente escolhido o período de redemocratização após o Estado Novo como o início da trajetória político/partidária no Rio Grande do Sul. O Estado Novo representou para o país um momento de transição: a agroexportação abriu caminho para a industrialização. O Estado ficou responsável pela produção de alimentos de baixo custo para os trabalhadores, nesta época, também, conforme diz Oliveira (2018), o governo criou uma estrutura rodoviária para facilitar a integração do mercado entre as cidades gaúchas.

Este período é adotado como divisor de águas porque antes do Estado Novo não se poderiam considerar os partidos políticos existentes como realmente nacionais, uma vez que, segundo argumenta Oliveira (2018), estes partidos não ultrapassavam os limites dos estados federativos antes disto e, somado a isto, ainda havia as irregularidades nas eleições político-democráticas, uma vez que os critérios adotados eram questionáveis.

3.2 OS PARTIDOS NO RIO GRANDE DO SUL

Para dar início ao aprofundamento desta discussão sobre os partidos no Rio Grande do Sul, primeiramente é necessário abrir espaço para definição de dois termos que são de fundamental importância dentro deste cenário político a ser analisado nesta pesquisa: democracia e partido. Nos dicionários, o conceito de democracia é associado ao exercício do poder por governantes eleitos pelo povo e estão dispostos a atender às demandas do

mesmo, por se tratar de um sistema que atenta para “ideia de liberdade e de soberania popular; regime em que não existem desigualdades e/ou privilégios de classes: a democracia, em oposição à ditadura, permite que os cidadãos se expressem livremente.

Portanto, para um país ter um regime democrático, são necessárias algumas características básicas, conforme aponta Dahl (1997), uma delas é a participação de qualquer pessoa que faz parte do corpo político de forma igualitária no processo político e a segunda é a possibilidade de o governante manifestar suas próprias ideias, inclusive quando estas vão de encontro aos ideais do povo, para qualquer uma das pessoas incluídas no sistema – ou seja, que as informações não sejam privilegiadas, que seja um governo transparente.

De acordo com Oliveira (2018), a competição entre os partidos políticos pelo voto dos eleitores é uma das principais formas de democracia, este voto representaria uma conexão entre os interesses e as opiniões dos cidadãos e o governo de políticas públicas. A competição entre os partidos, entretanto, precisa ser justa e com oportunidades iguais, uma vez que “uma eleição pode não ser realmente concorrida dada superioridade de recursos de uma agremiação sobre as outras” (OLIVEIRA, 2018, p. 95). Nesta lógica, podemos inferir que o sistema democrático prevê também a multiplicidade de partidos políticos, uma vez que deve existir a possibilidade de escolha entre eles.

Ao buscar a definição de partido, é possível encontrar no dicionário a definição de um grupo de pessoas que estão juntas em razão da mesma opinião, interesse ou ideologia, ou, então, convicção sobre algo. De acordo com Oliveira (2018), as possibilidades de sistemas partidários são múltiplas, sendo quatro as possibilidades:

Sistema de um partido predominante (a), que governa sozinho com base em maiorias eleitorais. O sistema bipartidário (b), no qual dois partidos competem com possibilidade factível de alternância no poder. Os sistemas pluripartidários, caracterizados pela necessidade de coalizões de partidos para formar maiorias, seja limitado (c), devido à baixa fragmentação partidária, ou extremado (d), com elevada fragmentação. O sistema pluripartidário pode ser moderado, caso os partidos relevantes estejam abertos para formar coalizões de governo (competição centrípeta); ou polarizado, caso os partidos se excluam mutuamente (competição centrífuga). Sartori aponta, ainda, para a possibilidade de atomização com a radical fragmentação partidária, situação na qual a competição partidária deixa de ser um elemento estruturador da vida política (OLIVEIRA, 2018, p. 97).

A política no Rio Grande do Sul, devido aos conflitos militares e ao local ser um ambiente de constante disputa territorial, tornou os habitantes do Estado engajados politicamente e fervorosos na defesa de seus ideais. Os primeiros partidos existentes no

Brasil, em nível nacional, foram fundados em 1837. Nomeados Partido Liberal (farroupilha) e Partido Conservador (saquarema), ambos defendiam interesses conflitantes: o primeiro visava atender às demandas de profissionais urbanos e a agricultura de mercado interno; o segundo, por sua vez, era uma aliança entre burocratas e os grandes comércios e lavouras de exportação, conforme diz Carvalho (1996). Os partidos desta época não possuíam unicidade interna, o que causava, por vezes, enfraquecimento de seus filiados. Estes dois partidos estiveram em conflito durante quase trinta anos, neste período os Conservadores adquiriram muito prestígio político por atuarem em defesa da Coroa à medida que os Liberais eram malvistas e responsabilizados por diversas guerras e revoltas civis. De acordo com dados do site Memória Da Administração Pública Brasileira (MAPA), do Governo Federal:

Dessa forma, durante o reinado de D. Pedro II, o imperador atuava como um árbitro entre os dois partidos, não permitindo a perpetuação de um ou outro à frente dos ministérios, num regime de alternância que contou com 37 gabinetes em 49 anos, o que nos dá uma média de pouco mais de um ano de duração para cada composição. Quando o monarca oferecia os cargos ministeriais do gabinete a determinado partido, cabia a este conformar sua maioria na Câmara. Não havendo consonância, restava àquele dissolver a Câmara e convocar novas eleições, ou dissolver o ministério e conformar um novo.

Em 1864, entretanto, juntam-se alguns “conservadores dissidentes” e coligados ao Partido Liberal em uma aliança que funda o Partido Progressista (OLIVEIRA, 2018). Este partido esteve à frente de vários gabinetes, inclusive com um de seus principais pilares, Zacarias Góis de Vasconcelos, ocupando o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Este cenário se deu até 1868, quando Zacarias foi deposto de seu cargo, e, segundo Oliveira (2016, p. 4) “despontou um novo Partido Liberal e outra agremiação mais radical, o Partido Republicano”.

No Rio Grande do Sul, esta dicotomia entre partidos liberal e conservador já existia, embora, aponta Oliveira (2018), o primeiro estivesse enfraquecido em razão da Revolução Farroupilha. Depois de passar por reformulações internas, o Partido Liberal retornou à ativa e, de acordo com o autor, “foram capazes de articular a visão mais radical dos liberais gaúchos com o apoio à monarquia (OLIVEIRA, 2016, p. 4). Existiam, entretanto, conflitos internos dentro do partido, cujo núcleo acabou elegendo Silveira Martins e sua visão mais conservadora como representante do partido após a morte de Manuel Luís Osório.

Em 1882, entretanto, após o governo de Silveira Martins se mostrar insatisfatório, foi criado um novo partido gaúcho, Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de acordo com Oliveira (2018, p. 98), o partido contava “com uma plataforma descentralizadora e

antimonárquica” e possuía um viés ideológico positivista, que segundo Ranincheski (2007) incentivou a condução política e a organização político-administrativa. De acordo com a autora:

O positivismo no Rio Grande do Sul notabilizou-se pela defesa do progresso, incentivador da modernização, porém com a preservação da ordem estabelecida. As lideranças políticas, influenciadas pelo Positivismo, dariam ao Estado as feições de ordenador lógico-racional da sociedade, eliminando os conflitos, defensor dos interesses de todas as classes sociais e sobretudo aquela que burocraticamente controla a modernização do Estado. O poder de decisões estava centralizado no Executivo, ficando ao Legislativo apenas a função de apreciar os orçamentos encaminhados pelo governo (RANINCHESKI, 2007, p. 10).

O PRR foi fundado, principalmente, por estancieiros da região da campanha, como os advogados Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado, e médicos, Carlos Barbosa, Fernando Abbot e Ramiro Barcelos. Em contrapartida, outros dois partidos de oposição surgiram, o Partido Federalista e, posteriormente, o Partido Libertador, em 1928.

De acordo com Ranincheski (2007), somente depois do governo de Getúlio Vargas, em 1930, que ocorreu uma mudança econômica e política no país. Segundo a autora “Getúlio Vargas, juntamente com Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, formando a Aliança Liberal, iriam implantar um novo padrão - o da modernização pela via autoritária” (RANINCHESKI, 2007, p. 10). Vargas ficou 15 anos no poder, dos quais apenas sete foram de forma constitucional. Em 1945, deu fim ao seu legado como presidente, mas ainda exercia forte influência política, uma vez que seu apoio político ajudou o general Eurico Dutra a assumir a presidência da República.

A “redemocratização” que se seguiu após a era Vargas ainda era fortemente marcada por seus anos no governo e, neste período, nasceram partidos “complementares”, criados pelo próprio ex-presidente. De acordo com Ranincheski (2007), Vargas fundou dois partidos, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O PSD apoiava-se inicialmente nos políticos e burocratas que controlavam as máquinas administrativas estaduais, ou seja, nas interventorias do Estado Novo. Já o PTB tinha como objetivo a cooptação da classe trabalhadora emergente, sobretudo através do sistema previdenciário e da base sindical controlada pelo Ministério do Trabalho. O PTB nasceu com a tarefa de ser a cunha entre a classe trabalhadora e o Partido Comunista, além de ter sua força na condição de partido montado em nível federal (RANINCHESKI, 2007, p. 11).

Assim como apoiadores, existiam também os opositores ao governo Vargas e suas ramificações. Um exemplo disso é a criação do partido União Democrática Nacional (UDN), que defendia uma ideologia antigetulista, a qual, de acordo com Ranincheski (2007, p. 10), “possuía um projeto liberal modernizante”, bem como o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo a autora, no Estado, durante esse período, constituiu-se um cenário partidário incomum, em que “os partidos iriam se organizar mais em função de clivagens ligadas ao padrão político-eleitoral distinto do cenário nacional” (RANINCHESKI, 2007, p. 10), compondo, no Rio Grande do Sul, estrutura política formada pelo Partido Libertador (PL), opositor ao Getúlio Vargas, e o Partido Republicano Popular (PRP), que, de acordo com ela, é inspirado nos ideais integralistas e, também, o PTB.

Dentro deste cenário gaúcho, existia uma tendência entre os partidos, vista, antes de 1964, conforme diz Ranincheski (2007), de se dividirem entre os favoráveis e os contrários ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Por multipartidário, neste contexto, adotaremos o conceito desenvolvido por Duverger (1983), para quem o cenário de multipartidos se dá quando os concorrentes partidários não compartilham de ideias similares divididas em dois contrários grupos, mas defendem propostas diferentes. Por bipartidarismo, entretanto, o autor entende o contexto em que existem dois partidos opostos, com ideias que não permitem ideologias de centro, estes partidos seriam divididos entre direita e esquerda.

Em razão do conflito de ideias que girava em torno do PTB, é possível perceber que a polarização ideológica daquela época, cujas ideias se dividiam em prol e contra os projetos do partido, tornaram o estado do Rio Grande do Sul um ambiente propício para a instauração do sistema bipartidário, que surgiu durante o regime militar, conforme argumenta Ranincheski (2007). Tal cenário de bipartidarismo, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) *versus* Aliança Renovadora Nacional (Arena), encontrou, no Rio Grande do Sul, um lugar onde esta disputa binária entre dois centros já existia. De acordo com a autora, inclusive, “alguns traços característicos do sistema anterior, principalmente no que se refere à antiga rivalidade PTB/anti-PTB, é transferida para os dois partidos criados pelo Ato Institucional n. 2, em 1967” (RANINCHESKI, 2007, p. 12).

Esta não era uma característica regional, entretanto, as disputas baseadas neste modelo, no qual existe um partido forte e os outros contrários a este, eram vistas, também, no cenário nacional, nos anos que antecederam ao golpe. O Ato Institucional, acima citado, marcou definitivamente o início da ditadura, uma vez que foi através dele que os outros 13 partidos que se mantiveram legais, durante o período que antecedeu às eleições para

governadores, foram extintos, depois de os partidos permitidos pelo governo serem derrotados em seis estados. Neste cenário, o MDB apresentava resistência consentida ao regime político vigente e à Arena, apoio.

De acordo com dados retirados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) (2020), outros partidos existiam concomitantemente a estes considerados “legais”, porém, eles viviam às margens do sistema, uma vez que representavam uma resistência ilegal ao sistema político vigente:

Nesse período, o quadro partidário real da oposição era mais amplo e mais à esquerda. Ainda que abalados pela repressão, continuavam a existir na clandestinidade o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Popular (AP), o Partido Operário Revolucionário (Port) e a Política Operária (Polop). Essas forças políticas, e as que delas se originaram, foram protagonistas de grandes lutas contra a ditadura. Os partidos de esquerda marxista se dividiram entre a opção pela luta armada e pela resistência civil³

Houve nova abertura política quando o governo buscou fazer uma reforma partidária na tentativa de manter o partido situacionista, no caso o Partido Democrático Social (PDS), originado da Arena. Esta reforma permitiu que partidos antes afiliados aos dois pertencentes ao governo apresentassem a si mesmos, alguns deles, conforme aponta Ranincheski (2007), ainda com forte e explícito vínculo com os dois presentes no golpe militar. Esta situação também foi uma tentativa de salvar o esquema ditatorial que estava se encaminhando para o final, que aconteceu em 1985.

3.3 MDB E PSDB: FUNDAÇÃO E PERSPECTIVAS

O MDB foi formado, então, por políticos que discordavam do regime militar, em 1966. Mesmo sendo minoria, o partido foi adquirindo espaço no Congresso Nacional e Assembleias Regionais e apoiou medidas importantes que contribuíram para o fim do período ditatorial, com as Diretas Já e a Lei da Anistia. O PMDB, como também é conhecido, adquiriu a inicial de “Partido” na reforma partidária do governo militar, conforme aponta em seu site oficial, como uma obrigatoriedade imposta pelo regime.

Em 2017, entretanto, foi retirado novamente o “P” do partido. De acordo com seus representantes, esta escolha se deu em razão do resgate das raízes: “em 2017, o PMDB voltou

³ Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/partidos-politicos/>>

a ser MDB e foi buscar inspiração em suas vitórias do passado para orientar os próximos passos. Tirou o último resquício da ditadura – obrigatoriedade de uso do P – e se colocou novamente, sem vacilar, à frente das dificuldades para pavimentar um futuro melhor”.

Fundado em 1988, o PSDB é um dos mais jovens partidos brasileiros e foi criado por dissidentes do PMDB, em razão das clivagens internas existentes dentro do segundo. Conforme dados retirados do site oficial do PSDB (2020), uma fala de Fernando Henrique Cardoso é utilizada para ilustrar este período:

A tendência mais forte é para deixar mesmo o PMDB com outros colegas, partindo para a formação de um novo partido, de cunho socialista democrático”, confirmou à imprensa, em 16 de março de 1988, o então líder peemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Alvo de muitas críticas por parte da esquerda em razão de seu nome, o PSDB apresentava pouca “confluência ideológica”, fato este que foi apontado em texto divulgado no Diário Oficial da União no ano de 1988:

Amplamente para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo — por exemplo, liberais-progressistas, democratas-cristãos, sociais-democratas, socialistas-democráticos — o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro.

Por ser muito abrangente, o PSDB foi, com dificuldade, enquadrado dentro do quadro dos partidos que se encontram no centro do espectro ideológico, bem como o PMDB/MDB. Mesmo que muitos teóricos só considerem as oposições binárias esquerda e direita, vários partidos brasileiros dizem se enquadrar no centro desta disputa, se autodenominando “moderados” ou “liberais”.

Considerando esse contexto histórico, cabe lembrar, segundo Althusser, o funcionamento da ideologia, bem como do Aparelho Ideológico de Estado, que atuam em prol da manutenção dos interesses das classes dominantes. Portanto, os partidos que assumidamente se dizem de esquerda, com ideias que vão ao encontro dos trabalhadores e das classes operárias, se eleitos, transformariam a ordem da estrutura, os outros, entretanto, só a perpetuariam.

[...] ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua

e com a história em sua relação necessária, para que se signifique (ORLANDI, 1998, p. 48).

Os partidos de centro, portanto, ao defenderem ideais conhecidamente direitistas, só estariam estrategicamente “escondendo” suas posições dentro da dualidade. Dentro do Rio Grande do Sul, esta dualidade não pode ser analisada de forma extrema na última eleição, uma vez que a disputa não ocorreu entre dois partidos antagônicos, como os de direita e esquerda e sim entre dois partidos que defendem os mesmos projetos, porém, salvo alguns diferentes. A disputa pelo Governo do Estado foi entre dois candidatos pertencentes ao mesmo espectro ideológico. De acordo com Mendes e Graça (2020, p. 117), “a política externa proposta pelo PSDB é majoritariamente de centro-direita; e a política externa do MDB segue as características esperadas de qualquer política de um partido de centro inerente a um sistema multipartidário cêntrico”.

Dentro do que é demandado pelo *corpus* desta pesquisa, apresento uma síntese das trajetórias dos políticos, cujos discursos serão analisados, Sartori e Eduardo Leite. José Ivo Sartori, 69 anos, filiado ao MDB, vem de uma longa carreira política, iniciada em 1972, no movimento estudantil. Seu primeiro cargo público foi como vereador da cidade de Caxias, em 1976. Depois disso, Sartori exerceu cinco mandatos como deputado estadual, um como deputado federal, foi duas vezes prefeito de Caxias e eleito governador do estado do Rio Grande do Sul, em 2014, tentando a reeleição para o cargo, em 2018, e perdido o pleito.

Eduardo Leite, 32 anos, filiado ao PSDB, tem uma trajetória na política mais sucinta do que a de Sartori, em função, talvez, da sua pouca idade. Leite também ingressou na política como vereador, em 2008, depois disso, foi prefeito do município, em 2012. Em 2016, após o fim do mandato, Leite fez cursos de aperfeiçoamento em gestão pública e, em 2018, concorreu à eleição para governo do Estado e foi ganhador no segundo turno. Ele é o governador mais jovem eleito no país.

Velho e novo, MDB e PSDB defendem, essencialmente, propostas semelhantes, com atualizações que só são permitidas em razão da época em que surgiram. Sartori e Leite, o tradicional e o novo, que mesmo com as diferenças ideológicas fundamentadas nas experiências vividas, ainda são representantes de partidos que têm uma política de centro-direita que os insere no mesmo lado dentro da luta de classes.

4 LINGUAGEM E SUA NÃO-TRANSPARÊNCIA: A ANÁLISE DO DISCURSO

Conforme visto no capítulo sobre Foucault, somos obrigados a produzir “verdades”, nós, enquanto seres humanos, “estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro” e, por sua vez, o discurso verdadeiro é o da lei (FOUCAULT, 1979, p. 189). Verdade, entretanto, assim como todas as outras palavras dentro da teoria de Análise do Discurso, como já dito, não tem um sentido preso em si, portanto, o uso da palavra verdade, como se tivesse um sentido unívoco e homogêneo, que pudesse transmitir com clareza alguma informação, é, dentro da teoria, nada mais que um efeito ideológico. Com base no que precede, destacamos o que Orlandi (1998, p. 12) afirma:

Do ponto de vista da significação, a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta assim como a relação entre linguagem e pensamento, e linguagem e mundo tem também suas mediações. Daí a necessidade da noção de discurso para pensar essas relações mediadas. Mais ainda, é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação [...].

Os sentidos não são evidentes, não são transparentes e não iguais para todos e é por causa dessa capacidade de interpretação que estamos sempre “passíveis ao equívoco”, conforme aponta Eni Orlandi (1998, p. 9).

Em 1960, na França, Michel Pêcheux refletiu sobre a Linguagem, considerando a contribuição da Linguística de Saussure, a Psicanálise, pela releitura de Lacan sobre a teoria de Freud, e o Materialismo Histórico, em Althusser. Pêcheux fez uma releitura dessas teorias, propondo uma teoria de “entremeio”, a Análise do Discurso “remete a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias. Em que não faltam relações de sentidos, mas também relações de força, por sua relação com o Poder” (ORLANDI, 2011, A, p. 3).

Por isso, a Análise do Discurso é uma área de estudos da linguagem que não é limitada somente por aspectos linguísticos. Conforme Orlandi (2005, p. 5), a AD “não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem”; é, portanto, como o próprio nome anuncia, uma teoria que analisa a produção do discurso, considerando a materialidade da língua, enquanto base constitutivamente histórico-ideológica, que produz efeitos de sentido.

A Análise do Discurso, por seu lado, ao levar em conta tanto a ordem própria da linguagem como o sujeito e a situação, não vai simplesmente juntar o que está necessariamente separado nessas diferentes ordens de conhecimento. Ao contrário, ela vai trabalhar essa separação necessária, isto é, ela vai estabelecer sua prática na relação de contradição entre esses diferentes saberes (ORLANDI, 1994, p. 52).

De acordo com Pêcheux (1997, p. 76), por muitos anos a preocupação dos analistas ao olharem para um texto foi sobre seus aspectos gramaticais – se aquela escritura estava de acordo com os padrões ortográficos, qual era o seu significado, quais suas principais ideias. Essas questões semânticas e sintáticas foram dando espaço para outras ainda mais complexas, conforme a ciência da linguagem foi sendo estabelecida. Antes, se olhava para o interior do discurso, sua sistematicidade linguística, suas regras internas. Pêcheux propôs olhar, também, para o seu sistema extralinguístico, como sistema igualmente significativo.

No par língua/fala, o termo “fala” reage sobre o termo “língua” sobrecarregando sua sistematicidade própria (fonológica, morfológica e sintática) com a suposta sistematicidade extralinguística do pensamento como reflexo ou a visão da “realidade” (PÊCHEUX, 1995, p.61).

Em “Análise Automática do Discurso”, Pêcheux (1997, p. 77, grifos nossos) diz que todo discurso é realizado através de “*condições de produção dadas*” e usa como exemplo um deputado que poderia estar dentro do governo na oposição ou da situação: o mesmo discurso poderia ter sentidos totalmente diferentes dependendo do lado que o político se encontrasse, porque ele está dentro das “*relações de força*” existentes no campo político e também o discurso está inserido nas “*relações de sentido*” existentes, pois sempre estará relacionado a outros, direta ou indiretamente (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

Quanto às relações de sentido nas quais o discurso é produzido, podemos dizer que os discursos não têm início. De acordo com Pêcheux (1997, p. 77), ele sempre é uma resposta a outro discurso “prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima”. Dessa forma, se o objetivo for trazer à luz tópicos que já foram abordados previamente, os sujeitos utilizam termos que remetam a eles em suas falas, “ressuscitando no espírito do ouvinte o discurso no qual esse acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e na qual pode tirar partido” (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

Se usarmos como exemplo os recortes selecionados para construção de nosso *corpus*, retirados dos discursos de Sartori, há um que merece destaque: “A gurizada me disse que isso é ‘*fake news*’ de ‘*fake news*’, uma artimanha para criar engajamento. Eu chamo também de vitimismo, uma armação para criar caso a três dias da eleição” (SARTORI, 2018). Esse

discurso tem um sentido, porque é imaginado dentro de um contexto eleitoral, mesmo que não esteja posto na fala, sabemos que o discurso é uma resposta a algum assunto previamente abordado pelo outro candidato, Eduardo Leite. Ainda que os discursos nem sempre apareçam com referências tão claras, sem que exista a necessidade de responder enunciados de outros sujeitos, ao resgatar o uso do termo “*fake news*” e o colocá-lo entre aspas, ele estabelece uma distância entre o discurso dele e a expressão, assim como quando usa “*eu chamo também de vitimismo*”, Sartori delega um efeito de sentido negativo ao outro *candidato*, não ao termo, pelo uso da expressão. O discurso é uma resposta explícita e “deformada” pelo contexto de produção, que pode ser resgatado pelos interlocutores.

Ainda que o uso dos termos seja igual, é possível observar diferenças na utilização pelos candidatos. Pêcheux, em seus estudos, diferencia base linguística de processo discursivo; para ele “todo o sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas é dotado de autonomia relativa submetidas a leis internas” (PÊCHEUX, 1995, p. 91), já o processo discursivo é “desenvolvido sobre a base dessas leis” (PÊCHEUX, 1995, p. 91). De acordo com o autor:

[...] a indiferença da língua em relação à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico e que, dissimetricamente, o fato de que as pessoas não sejam indiferentes à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa luta de classes (PÊCHEUX, 1995, p. 92).

Segundo Pêcheux, um discurso não pode ser observado da mesma forma que um texto, olhando somente para seus aspectos estruturais. Para ele (1995, p. 79), “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesmo”, uma vez que ele deve ser analisado dentro de suas condições de produção, externas ao sistema de análise gramatical. Essa perspectiva teórica, portanto, engloba três diferentes áreas do conhecimento, que, por sua vez, são atravessadas por uma teoria psicanalítica. Segundo Pêcheux (1997, p. 163):

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias. 2. A Linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo. 3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Pêcheux baseia-se em Althusser (2008) para desenvolver os aspectos ideológicos que fazem parte da teoria. Para Pêcheux, existem “contradições ideológicas” dentro da “unidade da língua” e essas contradições são “constituídas pelas relações contraditórias que mantêm,

necessariamente os processos discursivos, na medida que se inscrevem nas relações ideológicas de classe” (PÊCHEUX, 1995, p. 93). Para Althusser (2008), autor cuja obra foi basilar para o desenvolvimento da AD, somos interpelados pela ideologia, que tem sua manutenção realizada por Aparelhos de Estado; e, estes, visam garantir a prevalência da classe dominante em detrimento da outra. Dessa forma, segundo Althusser (2008, p. 36):

Toda a luta de classes política gira em torno do Estado. Quer dizer: em torno da detenção, isto é, da tomada e da conservação do poder de Estado, por uma certa classe, ou por uma aliança de classes ou de fracções de classes.

Os sujeitos são levados, inconscientemente, a ocupar seus lugares na luta de classes. Os Aparelhos Ideológicos (AIE) e Aparelho Repressivo de Estado (ARE) atuam para que não haja desvios da lógica capitalista do sistema dessa ideologia. Os primeiros, dentro da teoria de Althusser, aparecem na forma da família, da religião, da escola, de instituições que atuem de forma ideológica e não repressiva, ou seja, através da violência, para manutenção da ideologia dominante. O segundo aparelho, portanto, representado pelo Estado, compreendido como polícia, exército, judiciário, prisões, instituições que funcionem através da violência física ou não, para cumprimento da ordem. É importante ressaltar que nem sempre os Aparelhos Ideológicos funcionam apenas pela ideologia, podendo fazer uso de violência, assim como o Aparelho Repressivo pode atuar através da ideologia. Dentro dessa articulação, Pêcheux (1997, p. 165) diz que:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada sujeito seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção.

Entretanto, o sujeito é analisado com base no “campo no qual ele é efeito”, conforme aponta Ferreira (2005, p. 3), o da linguagem. Através da linguagem, podemos recuperar, na materialidade discursiva dos sujeitos, aspectos ideológicos, da linguagem e do inconsciente. Dentro desses três, existem furos que são próprios, segundo Ferreira, da constituição faltante dos sujeitos, marca da sua incompletude.

O sujeito estaria assim sendo afetado, simultaneamente, por essas três ordens e deixando em cada uma delas um furo, como é próprio da estrutura de um ser-em-falta: o furo da linguagem, representado pelo equívoco; o furo da ideologia,

expresso pela contradição, e o furo do inconsciente, trabalhado na psicanálise (FERREIRA, 2005, p. 5).

O sujeito, de acordo com Orlandi (2005, p. 20), “é descentrado pois é afetado simultaneamente pelo real da língua e pelo real da história, não tendo controle como elas o afetam”. Dessa forma, a ideologia e inconsciente afetam o funcionamento dos discursos dos sujeitos e são os pilares – linguagem, ideologia e inconsciente – que representam os três círculos que se interconectam no nó borromeano⁴, proposto por Ferreira (2010).

Esse sentimento de falta, porém, segundo Ferreira (2010), é essencial para o sujeito: uma vez que o sujeito é incompleto, que os discursos são opacos, existe a possibilidade de os sentidos deslizarem, mudarem. Dessa forma, para Ferreira (2010, p. 6), o real é o lugar do possível e do impossível: “impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira – o não-todo no todo, o não-representável no representado” (FERREIRA, 2010, p. 6).

Marcado pela incompletude, esse sujeito é assujeitado ao inconsciente e à ideologia vigente, das classes dominantes, ocupando seu lugar e seu papel na disputa entre classes sem questionar. A incompletude também o faz um ser desejante de estar completo, de estar no controle, e o faz, principalmente, heterogêneo: sendo a linguagem e os sujeitos construídos pela falta, os sentidos nunca serão transparentes – tampouco os sujeitos.

Pêcheux (1995, p. 169) diz que a produção de sentido, para ele, é diretamente ligada à paráfrase, uma vez que existe uma “matriz de palavras” que são utilizadas e outras que são ressignificadas através do efeito metafórico da língua. De acordo com Pêcheux, a paráfrase “constitui um vestígio do processo de produção do discurso, isto é, da ‘estrutura profunda’ comum. Nosso empreendimento consiste, pois, em remontar desses “efeitos de superfície” da estrutura invisível que os determina” (PÊCHEUX, 1995, p. 169, grifos do autor).

Isso acontece, porque não produzimos sequências originais. Nada do que dizemos é inédito, tudo já foi dito e é ressignificado no interdiscurso – que é o local onde todos os dizeres já ditos são “armazenados”, de acordo com a Análise do Discurso. Por serem seres

⁴ Lacan introduziu esse termo em Psicanálise em 1972, com o propósito de designar, através de uma imagem pictórica, o entrelaçamento dos três registros: o do real, o do imaginário e o do simbólico. Ferreira (2005, p.71), numa abordagem discursiva, apresenta esse entrelace constituído pela ideologia, linguagem e psicanálise e, no entremeio dos anéis, encontra-se o sujeito, que é afetado pelos três pilares simultaneamente, deixando em cada um deles um furo. Essa é razão de o sujeito ser representado na teoria como um ser “em-falta”, pois se encontra incompleto e essa incompletude, conforme aponta a autora, contamina os conceitos que compõem o quadro da teoria de Análise do Discurso.

moldados por seus papéis na luta de classes, cada sujeito aciona o interdiscurso para constituir o seu eixo intradiscursivo, é nele que se manifesta o “fio do discurso” do sujeito.

O intradiscurso é, também, imbricado ao conceito de formação discursiva, que traz tudo que “pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2005, p. 132) pelos sujeitos. Esse conceito é um refinamento baseado nas Formações Ideológicas, que, por sua vez, dizem respeito ao local ocupado pelos sujeitos na luta de classes. De acordo com Orlandi (2005), elas são caracterizadas por marcas visíveis na superfície do discurso:

A formação discursiva é caracterizada pelas marcas estilísticas e tipológicas que se constituem na relação da linguagem com as condições de produção. De outro lado, podemos dizer que o que define a formação discursiva é sua relação com a formação ideológica. Assim, podemos perceber como se faz a relação das marcas formais com o ideológico (ORLANDI, 2011, B, p. 132).

As formações discursivas, de acordo com Orlandi (2005), não podem ser consideradas “blocos homogêneos, elas são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se a cada situação” (ORLANDI, 2005, p. 44). Enfim, a AD é uma “ciência não subjetiva da subjetividade” (PÊCHEUX, 1995, p. 178), uma vez que é por meio da materialidade discursiva que a materialidade ideológica se manifesta e pode ser analisada.

Essa subjetividade não pode ser encarada com algo abstrato. O discurso, segundo Orlandi, é a língua em uso, “a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas (ORLANDI, 2005, p. 16). Pêcheux (1995, p. 87) diz que a “Linguística é solicitada constantemente para fora de seu domínio” e isso é uma prova de que, apesar de sua autonomia relativa, somente seu interior, sua estrutura gramatical, não é suficiente para compreensão do que é comunicado. De acordo com Orlandi (2005, p. 52):

O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irredutível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso.

Conforme já abordado, Pêcheux (1995, p. 91) diz que a língua analisada “se apresenta como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida que os processos ideológicos simulam processos científicos”. O que Pêcheux (1995) busca destacar com essa afirmação é que o processo discursivo e a base linguística não se confundem: a segunda diz respeito a estruturas sintáticas e morfológicas, enquanto o

outro, processo discursivo, é construído a partir dessas regras, mas misturado a processos ideológicos, inserido na luta de classes, características que garantem que os sentidos não sejam iguais e transparentes para todos.

De acordo com Pêcheux (1995, p. 160), “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe em si mesmo”, ou seja, para entender os efeitos de sentido de um texto, é preciso pensar na sua condição de produção, em quem o escreveu, com que finalidade foi escrito. O sentido de um discurso, de acordo com essa teoria, nunca é transparente: ele é opaco. De acordo com Ernst-Pereira (2005, p. 25), é “ilusória a sensação de que uma palavra pode dar ordem ao caos, prover de unidade o que é de natureza heteróclita, fragmentada e diversa”. O termo *fake news*, a ser analisado no *corpus* desta pesquisa, mobiliza essa opacidade constitutiva da materialidade discursiva e aciona nos sujeitos memórias discursivas que mobilizam processos de identificação com determinados saberes, os quais produzem efeitos de sentido.

De acordo com Orlandi (2005), não existe linearidade no processo discursivo (referente – mensagem – código), a mensagem não é a mesma para todos, tampouco emissor e receptor atuam em sequência, sua participação é simultânea. Para significar, esses sujeitos são interpelados inconscientemente pela ideologia e somente a partir dela conseguem se construir e construir sentidos. Conforme diz Orlandi (2005, p. 29) “não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia”.

No âmbito da AD, como enfatizado, é preciso compreender que os sentidos, enquanto efeitos, podem ser múltiplos, mas não qualquer um e isso ocorre pela inserção do sujeito na língua, que fala através de um lugar sócio-histórico, de uma posição-sujeito, identificando-se com determinados saberes de uma Formação Discursiva (FD). Segundo Althusser (2008), a ideologia é material e afeta todos os campos e setores da sociedade, organizando-se de forma que nada fique exterior a ela. A linguagem, então, é o ponto comum entre sujeito e ideologia.

É, portanto, a partir da tomada de posição no discurso e identificação com as formações ideológicas, que o sujeito, sem se dar conta do seu modo de se relacionar com a ideologia, acredita ser fonte/origem de seu dizer. Segundo Orlandi (2005, p. 43), com base em Pêcheux, “aquilo que numa posição ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórico dada – determina o que pode e deve ser dito” são formações discursivas. Então, cada sujeito, interpelado pela ideologia, pode produzir

enunciados que se identifiquem com saberes de diferentes FD, não sendo limitados a somente uma e passando a significar o mundo a partir delas (PÊCHEUX, 1995).

A noção de FD, segundo Orlandi, é fundamental para a constituição de sentido do discurso, já que “aquilo que o indivíduo diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro” (ORLANDI, 2005, p. 43), ainda que essas escolhas não sejam conscientes, tampouco seus discursos inéditos. De acordo com essa teoria, todos os sujeitos são afetados por dois esquecimentos que lhes são constitutivos, conforme denomina Pêcheux (1995, p. 174):

Esquecimento nº 2: Todo sujeito-falante “seleciona” no interior da FD que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado forma a sequência e não um outro, que também está no campo do que poderia ser formulado. Esquecimento nº 1: O sujeito não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. “Eu sei o que estou dizendo”.

Então, respectivamente, um que acredita ser a origem do seu dizer e outro em que acredita que suas sentenças só podem ser articuladas daquela forma e não de outra. De acordo com esses conceitos, é possível afirmar que a sintaxe não é neutra, conseqüentemente, a organização dos discursos não o é, conforme (SHONS et al., 2003). A escolha, ainda que inconsciente, da inserção do termo *fake news*, mobilizado em um discurso entendido como sendo *verdadeiro*, produz significado e aciona nos sujeitos que o escutam suas representações imaginárias.

De acordo com Pêcheux (1995, p. 159), “é a *ideologia* que, através do hábito e do uso, está designando ao mesmo tempo o que é e o que deve ser”, isso funciona, pois há o “reconhecimento do imaginário” (MACHADO, 2016, p. 119), a imagem mental sobre situações e pessoas no mundo. Por essas formações imaginárias, que são um efeito social, resultantes das relações sociais e de poder, podemos, por exemplo, antecipar como funciona uma escola, um jornal ou uma notícia falsa. Também, através dessas formações imaginárias, é possível que o sujeito antecipe como deve se comportar no lugar social que ocupa e, também, como deve falar com o seu destinatário, uma vez que este pode ou não se encontrar em uma mesma posição-sujeito.

O “objeto simbólico produz sentidos” (ORLANDI, 1998, p. 32) e o sujeito é levado, inconscientemente, a interpretá-los, de acordo com Orlandi (1998). Para a autora, a interpretação é um processo de injunção, somos obrigados a “dar sentido” para aquilo que nos é apresentado. Como somos afetados pelo simbólico sem que percebamos, entretanto,

negamos que aquele sentido dado é uma interpretação baseada em condições de produção específicas, acreditamos que aquele sentido dado é o único possível e existente, conforme diz Orlandi (1998), e é desse movimento de negação de interpretação que surge a máxima dos sentidos únicos para todos.

Um dos efeitos ideológicos está justamente no fato de que, no momento em que ela se dá, a interpretação se nega como tal. Quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentido a suas próprias palavras em condições específicas. Mas ele o faz como se os sentidos estivessem nas palavras: apagam-se suas condições de produção, desaparece o modo pela qual a exterioridade o constitui. Em suma, a interpretação aparece para o sujeito como transparência, como sentido lá (ORLANDI, 1998, p. 64).

É o movimento da injunção que não permite que as interpretações também sejam fixas. De acordo com Orlandi (1998, p. 89), a interpelação dos sujeitos pela ideologia se dá de forma diferente, em diferentes momentos históricos. Portanto, a interpretação que uma pessoa da idade pré-histórica teria de um fato, logicamente, não será igual a que um sujeito contemporâneo terá, uma vez que as formas-sujeito históricas são outras. Na idade média, o assujeitamento se dava pela “determinação”, conforme diz a autora, uma vez que era fundamentalmente religiosa, atualmente se dá pela interpelação, no pensamento de ser simultaneamente “livre e submisso” à ideologia (ORLANDI, 1998, p. 89).

De acordo com Orlandi (1998), o processo ideológico é causado pela saturação representada pela ideologia. A ideologia é o excesso, é tudo que já foi dito, é ela que faz parecer que os sentidos são evidentes, óbvios, que não há opacidade na linguagem. Ainda de acordo com a autora, é nessa articulação que nasce o equívoco, que é implicado pela própria ordem do simbólico – onde existirem falta, silêncios, palavras, haverá uma interpretação própria dos sujeitos inseridos em seu lugar na luta de classes e esses sentidos podem não ser iguais mesmo para aqueles que dividem os mesmos espaços.

As palavras possuem sentidos com bordas, que não são fixas, mas que dão limites para a interpretação. Esse sentido precisa estar presente no interdiscurso, no já dito e esquecido, segundo Orlandi (1998), para que produza novos efeitos de sentido. Sem autoria, o que já foi significado por várias vozes assume novas formas, que serão também apagadas, para manter sempre o “regime de anonimato e universalidade” (ORLANDI, 1998, p. 72). Orlandi ainda diz que o efeito da interpretação é feito pela “sobrecarga”, ele é “carregado de uma relação de língua sobre a língua – interpretar é dizer o já dito – que, no entanto, aparece como grau zero (o sentido lá)” (ORLANDI, 1998, p. 87).

Reiterando, sendo essa representação imaginária constitutiva do funcionamento discursivo, acionado através da materialidade da língua, na Análise do Discurso, a língua é considerada opaca, heterogênea e passível de falhas (SHONS et al., 2003), portanto, lugar de incorporação da ideologia e do materialismo histórico, produz marcas, que podem ser captadas na análise de discursos. Uma vez que todo discurso é dito de algum lugar, por algum sujeito, dotado de carga ideológica, é preciso refletir sobre quando há a inserção de termos que permitam uma maior subjetivação dos mesmos, como, por exemplo, o uso do termo *fake news*.

5 ANÁLISE DO DISCURSO: TEORIA E MÉTODO

Dentro da Análise do Discurso, é preciso selecionar os dispositivos de análise que permitam, conforme destaca Orlandi (2005, p. 61), “atravessar o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito”. Portanto, ainda conforme a autora, esse dispositivo preestabelecido deve dar conta da opacidade da linguagem, de seus equívocos, falhas e efeitos metafóricos. É necessário que ele seja capaz de analisar, na materialidade da língua, o “trabalho da ideologia” (ORLANDI, 2005, p. 61).

[...] a proposta é a da construção de um dispositivo da interpretação. Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar como o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constituiu igualmente os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2005, p. 59).

Dessa forma, os dispositivos de análise podem e devem variar, nesta pesquisa, conforme o *corpus* que definimos para analisar o funcionamento discursivo do termo *fake news* nos discursos dos candidatos ao governo do Estado, na eleição de 2018. Para tanto, será acionado, primeiramente, o conceito de esquecimento número dois nas sequências discursivas selecionadas previamente. Desta forma, será possível estabelecer uma relação com os elementos linguísticos presentes no enunciado e nos que não foram utilizados, uma vez que, conforme a teoria, “o que é silenciado constitui igualmente o sentido do que é dito” (ORLANDI, 2005, p. 84).

Esses conceitos são fundamentais, uma vez que esta eleição foi marcada, essencialmente, pelas dicotomias verdade e mentira, certo e errado, fato e *fake*, velho e novo, e, invariavelmente, ainda que a posição-sujeito candidato X opte por uma delas e não aborde a outra, esta segunda estará invariavelmente presente em seu discurso em forma de não-dito, produzindo, igualmente, sentidos. A forma como esses elementos são articulados nos discursos também produz sentidos, uma vez que a sintaxe não é neutra, e que todos os discursos são construídos “na tensão entre mesmo e o diferente” (ORLANDI, 2005 p. 36).

Por conseguinte, os processos parafrásticos e polissêmicos se tornam essenciais para analisar os possíveis deslocamentos de sentidos presentes nos textos. Portanto, as sequências discursivas serão observadas, a fim de verificar o funcionamento desses processos e se houve (ou não) deslocamentos. Os sentidos mudam e podem ser múltiplos, pois as posições-sujeitos podem estar inseridas em diversas formações discursivas, produzindo seus sentidos a partir

das condições de produção discursiva. Cada um dos candidatos, ainda que estejam disputando o mesmo cargo e ambos falem desta posição, manifestam modos de se relacionar com determinadas FDs, significando seus discursos através delas.

Isto não quer dizer que dentro de seus discursos individuais haja homogeneidade. Por vezes, conforme mencionado, as formações discursivas são atravessadas por outros saberes presentes no interdiscurso em forma de pré-construído e, quando manifestadas através do interdiscurso, produzem sentido que são “incoerentes” com os assumidos pelos sujeitos. O termo *fake news*, portanto, pode não ter sempre o mesmo sentido dentro de seus discursos, ponto que também será analisado dentro desta pesquisa - se há ou não paridade nos seus discursos. Como mencionado aqui, o fato de não haver similaridades no uso do termo produz, também, um efeito de sentido, relacionado a posições ideológicas.

Outros aspectos que devem ser observados nos discursos são aqueles que fogem da “normalidade” do que é esperado, os elementos que, de alguma forma, não parecem estar logicamente inseridos nas sequências discursivas analisadas, tanto para mais quanto para menos. Dessa forma, segundo Ernst (2011), eles podem compor uma forma de identificação preliminar dos elementos que podem vir a constituir o *corpus* de análise (ERNST, 2011, p. 827).

De acordo Ernst (2011), os discursos devem ser analisados com base em três aspectos: falta, excesso e estranhamento. A *falta*, segundo a autora, é tudo aquilo que não aparece no enunciado, mas fica implícito. Esse conceito pode ser utilizado como forma de “encobrir pressupostos ideológicos” (ERNST, 2011, p. 829). De acordo com a autora, essa estratégia consiste:

- 1) Na omissão de palavras, expressões e/ou orações, consentida (ou não) pela gramática, que provocam determinados efeitos de sentido, diferentes daqueles que ocorreriam, caso esses elementos se fizessem presentes na linearidade significativa;
- 2) Na omissão de elementos interdiscursivos que, embora esperados em função do espaço discursivo, das formações discursivas e das condições de produção em jogo, não incidem nessa linearidade (ERNST, 2011, p. 829).

O *excesso*, em contraponto, é o que se repete, são formas textuais que aparecem demasiadamente nos enunciados, que ganham destaque justamente por sua frequência. O excesso pode aparecer, segundo a autora, na forma de testemunho, confissão, redizer, reclamar; este artifício, então, expõe elementos a mais, a fim de ocultar outros, que por não estarem presentes, conforme já apontado, também produzem sentido. Segundo a autora, o excesso se constitui:

1) No uso de incisões, considerado na gramática como um acréscimo contingente (cf. Haroche, 1992), de intensificadores ou na repetição de palavras ou expressões e orações. Tais usos, na perspectiva aqui adotada, constituem-se em acréscimo necessário ao sujeito que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem; 2) Na reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos que tomam formas diferentes no intradiscorso, mas mantêm os pressupostos ideológicos com vistas ao estabelecimento. Em suma, trata-se, nos dois casos, de buscar estabelecer provavelmente a relevância de saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição (ERNST, 2011, p. 830).

Por último, o *estranhamento*, o qual utiliza enunciados, expressões, palavras, orações que não fazem parte daquilo que está sendo dito. O estranhamento é uma forma de pré-construído. De acordo com a autora (2011, p. 830), ele “possui como características a imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado”. Desta forma, esta estratégia é uma quebra ou ruptura nos enunciados:

É estratégia discursiva que expõe o conflito entre formações discursivas e consiste na apresentação de elementos intradiscursivos – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do ex-cêntrico, isto é, daquilo que se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significante, marcando uma desordem no enunciado. Aqui se dá o efeito de pré-construído através do qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar, independentemente, rompendo (ou não) a estrutura linear do enunciado (ERNST, 2011, p. 830).

Com base nos conhecimentos teóricos e metodológicos explicitados acima, trataremos recortes de textos divulgados durante a campanha para o governo do Rio Grande do Sul, do ano de 2018, cujo embate foi entre os candidatos Eduardo Leite e Ivo Sartori.

As seqüências discursivas analisadas foram publicadas durante o período legal de campanha, entre os dias cinco de julho e 28 de outubro⁵. Dentro desses discursos, houve um recorte, o qual deu prioridade para aqueles que mobilizam o funcionamento das dicotomias verdade e mentira, certo e errado, fato ou *fake*.

⁵ Apesar de o período de escolha das convenções partidárias aos seus candidatos e coligações ser entre os dias 20/07/2018 até 5/08/2018, os políticos podem, desde o dia citado (5/07/2018), realizar autopromoção, segundo o calendário eleitoral divulgado pelo Supremo Tribunal Eleitoral em 25/01/2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Dezembro/confira-as-principais-datas-do-calendario-eleitoral-das-eleicoes-gerais-de-2018>. Último acesso em 4 de novembro de 2019.

6 O OBJETO DE ANÁLISE

Dentro da Análise do Discurso de linha francesa, o objeto de análise, as sequências discursivas determinam quais serão os instrumentos de análise que deverão ser movimentados para realização da mesma. A natureza da análise do discurso, também, segundo diz Orlandi (2005, p. 62), não deve ser “exaustiva em relação ao objeto empírico”, uma vez que os discursos sempre estão relacionados a outros discursos, formando um apanhado de inesgotáveis possibilidades. Não é possível determinar um sentido único para o discurso, é possível, através do aparato metodológico, abordar uma possibilidade, deixando o objeto de análise disponível para novas abordagens (ORLANDI, 2005). De acordo com a autora (2005, p. 66, grifos da autora), é preciso transformar:

[...] a superfície linguística (corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguístico de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas.

Com base nisso, selecionamos os discursos dos candidatos ao pleito pelo cargo de governador do Estado do Rio Grande do Sul, entre os dias cinco de julho e 28 de outubro, período permitido à realização de campanha política legal, para a realização da análise. Dentro dessa superfície linguística, realizamos a seleção de sequências discursivas, ou seja, sequências discursivas (SD) retiradas do grande *corpus* analisado, que trarão recortes dos discursos dos candidatos. Essas SD foram selecionadas a partir de entrevistas dadas pelos candidatos a veículos jornalísticos, proferidos e transcritos de debates ou publicadas pelos próprios sujeitos em suas respectivas redes sociais.

O *corpus* analisado é bastante diverso, mas necessário para se cumprir com os objetivos propostos nesta investigação, que busca examinar qual é (ou quais são) a(s) representação(ões) discursivas mobilizadas pelos candidatos ao governo do Estado, na eleição de 2018, Ivo Sartori e Eduardo Leite, referentes ao termo *fake news*. Para isso, será realizada uma análise do uso do termo *fake news* nos discursos proferidos pelos candidatos dentro dos meses de período eleitoral, a fim de verificar quais efeitos de sentido são mobilizados para se referirem ao tema.

Ainda que o objetivo deste trabalho não seja abordar questões específicas sobre os discursos serem *fakes* ou fatos, é interessante refletir sobre o conceito de *fake news*. Como vimos anteriormente, de acordo com Recuero (2019), atualmente, o conceito de *fake news* é

diretamente relacionado com o de desinformação. Dessa forma, rumores, sátiras, boatos não seriam “classificados”, dentro da abordagem da autora, como notícias falsas. Como veremos nas análises, alguns discursos apontados como *fake news* pelos candidatos, não se tratariam de notícias falsas, mas de rumores ou boatos, erroneamente, categorizados como tal.

Para Recuero, citando Shu et al. (2017), existem dois pontos-chave que devem ser analisados para identificar uma notícia falsa: “sua falta de autenticidade e seu propósito de enganar” (RECUERO, 2019, p. 32). Também, para a autora, o uso de recursos de textos jornalísticos é fundamental para que uma *fake new* tenha sucesso com seu objetivo de desinformar, uma vez que “as *fake news*, assim, tomariam emprestado do jornalismo, pela emulação de seus padrões de linguagem, a credibilidade e a legitimidade para a narrativa falsa que propagam” (RECUERO, 2019, p. 33 apud SHUDSON, 2003; BERTOLINI, 2016).

A facilidade na elaboração e disseminação de conteúdo nas redes sociais contribui para proliferação das notícias falsas, uma vez que os sujeitos tendem a se sentir mais motivados e interessados por assuntos que vão ao encontro do que pensam:

Nisso, a estrutura das *fake news* como notícias “verdadeiras” tem valor muito importante, pois cria narrativas que ecoam preconceitos e visões de mundo dos atores sociais (o chamado “bias de confirmação”). Assim, como Horta-Ribeiro et al. (2017) demonstraram em seu trabalho, as pessoas tendem a acreditar em informações que condizem com sua percepção das narrativas sociais e a desacreditar em narrativas que desconstroem essa percepção. Deste modo, a mídia social, por sua estrutura e modos de espalhamento de informação, poderia ampliar a circulação das *fake news* e, particularmente, daquelas eleitorais (RECUERO, 2019, p. 33).

Na perspectiva teórica em que se inscreve esta Dissertação, cabe enfatizar, conforme diz Orlandi (2005, p. 59), que a “Análise do Discurso não procura o sentido verdadeiro, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica”. Por isso, esta pesquisa visa examinar a paridade e disparidade sobre o termo *fake news*, a partir da posição-sujeito ocupada por cada um dos sujeitos da pesquisa e a mobilização de suas respectivas (ou não) formações discursivas, bem como a mobilização da noção de Real da língua, a partir de Pêcheux (1988), conforme visto anteriormente, a qual diz que sempre há possibilidade de se dizer o mesmo, com outras palavras, para examinar os efeitos de sentido das escolhas discursivas mobilizadas nos dizeres dos candidatos.

As sequências discursivas apresentadas abaixo, separadas por candidato, para facilitar a compreensão e análise, mostram a mobilização de conceitos que vão muito além do uso do termo *fake news*, outros elementos igualmente importantes foram essenciais para

os desdobramentos discursivos. Velho e novo, maturidade e imaturidade, esperança e “velhos hábitos”, verdade e mentira, *parole* ou não, muitos são os saberes evocados que serão analisados dentro dessas sequências discursivas. O embate, apesar de tolhido pelo uso das redes sociais e de novas “estratégias de campanha”, ainda diz muito sobre a política que vem sendo desenvolvida na sociedade ao longo dos séculos.

À vista disso, as Formações Imaginárias mobilizadas, inconscientemente, por cada sujeito eleitor, são chamadas a participar e antecipar possíveis efeitos de sentidos. A partir disso, cada um deles, com suas formações ideológicas, acionará um movimento que poderá concordar ou reprovar o que lhe é proposto, cabendo aos candidatos invocarem nesses sujeitos uma das opções e ao analista do discurso, a possibilidade de investigar, através da pesquisa. Tanto os estudos aristotélicos quanto os foucaultianos contribuem para a retomada dos processos de construção do imaginário sobre o que é ser um político, sobre como deve se portar um político e sobre sua relação com a verdade. Entretanto, nenhum desses conceitos e perspectivas abordados pelos autores, mesmo que ressoem nos discursos dos candidatos, servirá para fins de análise – papel este que será exclusivo da teoria pecheutiana.

Ainda que não aplicadas à análise dos enunciados, essas visões do campo da filosofia são importantes para a reflexão sobre as Formações Imaginárias, portanto, serão recuperadas em um quadro abaixo, no qual apresentamos as diferentes abordagens sobre o sistema político e a noção de verdade, bem como a fundamental e balizadora noção sobre os sentidos das palavras dentro da Análise do Discurso.

As análises compreenderão as sequências discursivas de cada candidato, separadamente, para organizar o processo analítico. As sequências discursivas também irão conter letras para identificar a quem pertencem: as do candidato Eduardo Leite irão ser descritas como “SDL” e respectivo número; a mesma classificação será aplicada às sequências discursivas do candidato Ivo Sartori, que aparecerão na forma de “SDS” e número. A seguir, então, separadas por candidato, as sequências discursivas.

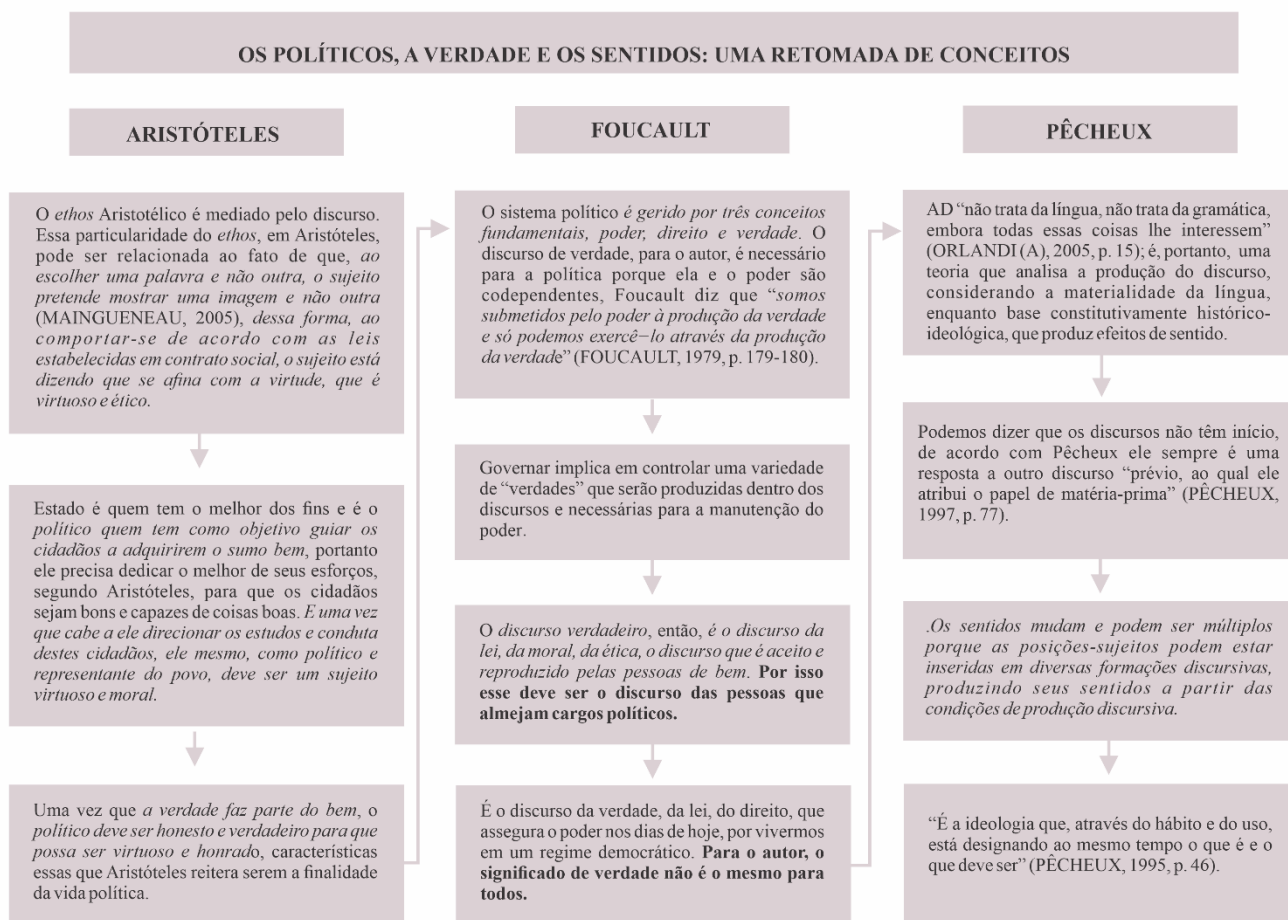


Figura 1. Quadro com as abordagens sobre o sistema político em Aristóteles, a verdade pela perspectiva de Foucault e a noção de sentido por Pêcheux.

6.1 SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDL) REFERENTES AOS DISCURSOS DO CANDIDATO EDUARDO LEITE

SDL1: — “Infelizmente, no primeiro turno, o candidato Sartori em alguns momentos descambou para a política das *fake news*. Distorcendo fatos, informações. Nós repusemos a verdade e a população manifestou essa compreensão nos dando a liderança.”

SDL2: “A justiça já se manifestou e várias *#FakeNews* já foram retiradas do ar, inclusive *fake news* divulgadas por pessoas com altos salários no atual governo”.

SDL3: “Nos últimos tempos, enfrentamos mentiras, enfrentamos *fake news*, boatos, que de fato estreitaram a diferença que se via nas pesquisas. Mas o povo gaúcho demonstrou em sua maioria que não quer mentiras, que quer verdade, que quer a esperança no lugar do medo.”

SDL4: “Infelizmente meus adversários vêm com *fake news*, com mentiras, com boatos, ataques de todos os lados, porque querem roubar de ti a esperança. E nós já perdemos coisas demais no nosso estado para perder também a esperança.”

SDL5 “Uma foto de família vira uma *fake news* de baixo nível e preconceituosa. O desespero pela derrota não tem limites. Quem não consegue lidar com as verdades, precisa lançar mão de mentiras sobre os outros!”.

SDL6: Pessoas nos relatam que estão recebendo ligações como se fosse de nossa campanha, induzindo-as a acreditar que sou favorável à legalização das drogas. É MENTIRA!!

6.2 A “VERDADE” CONTRA A “MENTIRA”: ANÁLISE DAS SEQUÊNCIAS

Conforme definido anteriormente, primeiro, será feita a análise dos discursos de cada candidato separadamente, para efeito de organização. Começaremos com o discurso do candidato Eduardo Leite.

Durante uma campanha eleitoral, então, sabemos que o grande objetivo é convencer o maior número possível de eleitores sobre quem está capacitado para ocupar o cargo de governante do Estado. Eduardo Leite concorria ao pleito com o candidato Sartori, que era o atual governador do Estado na época. Durante sua campanha, Leite fez uso de diversas expressões que visavam atrair votos, com o intuito de levar os eleitores a perceberem um contraste entre o momento atual vivido no Rio Grande do Sul, com o governo Sartori e o possível novo futuro, com ele, Eduardo Leite, governador.

Conforme visto em Foucault, assim como os discursos, as formas de governar também não são transparentes, tampouco únicas, e é preciso decidir qual se aplica melhor ao todo (FOUCAULT, 1979, p. 281). Tal pluralidade de “governos” é aludida nos discursos de Leite, por meio das expressões “velha política” ou “política das *fake news*”. Esta última aciona a ideia de que a política do outro candidato é mentirosa e ultrapassada. Esse discurso, que usa de uma estratégia direcionada ao candidato oponente, para acusá-lo de fazer uso de informações “mentirosas” ou que há “manipulação da verdade”, aproxima-se do que abordamos em Aristóteles, ao se referir que um bom governante deve ser honrado e virtuoso, dizer a verdade, pois isso equivale a ser um político de bem. Como podemos ver na SDL1:

“Infelizmente, no primeiro turno, o candidato Sartori em alguns momentos descambou para a política das fake news. Distorcendo fatos, informações. Nós repusemos a verdade e a população manifestou essa compreensão nos dando a liderança.”

Primeiramente, olharemos para esse discurso partindo do sentido de falta proposto por Ernst (2011), que diz que a falta se configura “na omissão de palavras, expressões e/ou orações, consentida (ou não) pela gramática, que provocam determinados efeitos de sentido, diferentes daqueles que ocorreriam, caso esses elementos se fizessem presentes na linearidade significativa” (ERNST, 2011, p. 829). Dentro desse fragmento, compreendemos que houve generalização no que foi dito pelo candidato, uma vez que não há a retomada desses fatos e informações “distorcidas”, somente sua citação na forma de hiperônimos, ou seja, o leitor/eleitor poderá complementar as informações distorcidas que não foram mencionadas nesse discurso.

De acordo com Ernst (2011), não é somente na forma de apagamento de informações que a falta pode aparecer nos textos, ela acontece quando algo “previsto pela estrutura gramatical” não aparece no discurso (ERNST, 2011, p. 829), nesse caso, a colocação de hiperônimos, que não especificam, somente fornecem uma “pista” do que é referido pelo candidato, ocultam um efeito de sentido que não é explicitado, mas demarcam uma falta. Segundo Ernst (2011, p. 829), a falta pode ser um instrumento para:

[...] mascarar as diferenças entre posições-sujeito diferenciadas, dando, ao enunciado, um efeito de consensualidade. Alguns desses processos normalmente são interpretados, aos olhos da gramática tradicional, como formas de dizer, vinculadas às intenções estéticas de quem as usa. Aqui elas têm outro estatuto. Ligam-se às determinações históricas de quem as produz.

Ainda que haja uma estabilidade, uma vez que são citados episódios como utilização de *fake news* pelo outro candidato, entendemos que a generalidade do que foi dito impossibilita a recuperação dos acontecimentos por ele mencionado e deixa em aberto diversos efeitos de sentido a serem interpretados. O conceito de falta, conforme aponta Ernst (2011, p. 829), “se constitui num lugar em que são criadas zonas de obscuridade e incompletude na cadeia significativa com fins ideológicos determinados”, então, podemos entender que a não especificação do que foi retomado pelo candidato se mostra como uma estratégia de articulação sobre o preenchimento de sentidos a respeito do que será recuperado.

Existem, entretanto, algumas pistas no discurso do candidato Leite sobre o teor do que deve preencher aquele silêncio. Acionando os conceitos de Pêcheux, compreendemos que os discursos são respostas diretas ou indiretas a outros discursos (PECHEUX, 1997, p. 77). Sendo assim, o discurso do candidato diz que “o candidato Sartori em alguns momentos *descambou* para a *política das fake news*. *Distorcendo* fatos, informações”, foi elaborado em resposta a algum acontecimento prévio e, ainda que não possa ser diretamente recuperado, deve ser classificado de forma negativa pelos eleitores, uma vez que há o uso dos verbos “descambar” e “distorcer” para se referir aos episódios.

Conforme visto em Orlandi (2005, p. 84), “o que é silenciado constitui igualmente o sentido do que é dito”, a ideologia é que faz as pessoas acreditarem que os sentidos das palavras já estão ali, colado nelas, como se fossem evidentes. Nesse caso, ao operar com o apagamento de informações, que ficam implícitas no texto, essa lacuna é preenchida com silêncio e, uma vez que, de acordo com Orlandi, “os homens são “condenados” a significar, com ou sem palavras, diante do mundo, há um injunção à “interpretação”: tudo tem que fazer sentido [...]” (ORLANDI, 2011, B, p. 29), esse silêncio será preenchido com informações que corroborarão ou não com o discurso de Leite.

Retomando a mesma SDL1, percebemos que o discurso está dividido em dois momentos: o primeiro, no qual a frase é elaborada sobre o sujeito “Sartori”, um “ele”; e, um segundo momento, que há um novo sujeito, “o nós”, Eduardo Leite e sua equipe. Mesmo que no discurso do candidato haja uma elipse no lugar do “mas” para ligação dessas duas ideias, é possível recuperar sua utilização nesse discurso, uma vez que são mostradas duas ideias contrárias sobre os sujeitos da frase. O uso da adversativa, na Língua Portuguesa, se relaciona à ideia de oposição, portanto “Sartori descamba para política das *fake news*, *distorce* fatos e informações”, “*mas* Leite *repõe* a *verdade*”. Enquanto há a associação de um deles com mentiras e desinformações, o outro se autodenomina verdadeiro e correto por manter a verdade e, como consequência, obter apoio popular “porque a população manifestou a compreensão disso lhes dando a liderança”.

Isso corrobora a noção de verdade vista em Foucault (1979): somos obrigados a produzir verdades, uma vez que o discurso da verdade é o discurso da lei. Essa ideia de que a verdade é o discurso dos bons, dentre estes estariam os políticos, faz parte de saberes ainda muito mais antigos do que os vistos em Foucault, como estudado em Aristóteles, por exemplo, e esses discursos ressoam/reproduzem-se em nossa sociedade e se relacionam à imagem que os políticos devem transparecer até os dias de hoje. Conforme afirma Orlandi

(2005, p. 49) “o sujeito discursivo é pensado como uma “posição” entre outras; não é uma forma de subjetividade, mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz” e, ainda que ocupe esse lugar, não tem acesso à forma que o faz ao ocupar, não se trata de algo consciente – assim como o que é defendido em AD, todos os processos são inconscientes.

Ao ocupar a posição-sujeito conservadora, de acordo com Orlandi (2005, p. 49), “deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que está inscrevendo suas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição”, são essas posições-sujeito que, segundo a autora, dão identidade e causam identificação com determinados saberes. Portanto, Eduardo Leite, enquanto político-candidato, deve mobilizar os saberes que garantirão, em seu discurso, que ele tem o controle sobre a verdade, que ela estará sempre em seu devido lugar, porque seu discurso será transparente, verdadeiro e honesto e, enquanto político, ele não será uma ameaça, mas alguém que guiará a população para a prosperidade. Em se tratando de um processo eleitoral, sabemos que há muita publicidade em torno da imagem dos candidatos, através do uso de estratégias condizentes com a imagem que se pretende divulgar e disso os candidatos sabem e buscam certo alinhamento ao que lhes favoreça, a fim de convencerem os/as eleitores/as e obterem maior número de votos.

Podemos entender que o discurso de Leite mobiliza saberes referentes à imagem do que é ser um bom político e, ainda que se mostre identificado, aparentemente, com uma Formação Discursiva direcionada ao que se alude como uma Nova Política, isso não se sustenta quando percebemos que, em seu discurso, reproduzem-se concepções antigas sobre governar. Em uma disputa política, como dissemos, os discursos têm como objetivo o convencimento do eleitorado para que seja possível atingir o mais alto fim, a vitória na eleição. No caso do discurso de Leite, o convencimento se alicerça na promessa de que a transparência do dito é extensiva ao espelhamento do governante que prima por proteger/defender o povo contra possíveis ameaças.

De acordo com Pêcheux, somos submetidos a dois esquecimentos dentro do processo ideológico, um deles que diz que não somos fontes ou origem do que dizemos, uma vez que tudo já foi dito anteriormente; e outro que demonstra que não temos controle sobre o que é dito, tudo que dizemos deve estar adequado com saberes de determinada FD com a qual nos identificamos, através da tomada de uma posição-sujeito (PÊCHEUX, 1995, p. 174). Ainda de acordo com o autor, mesmo que a base linguística seja igual para todos, os processos

discursivos não o são, então “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe em si mesmo” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

A ideia de que um discurso pode “repor uma verdade” é um efeito do sistema ideológico ao qual estamos submetidos. De acordo com Ernst-Pereira (2005, p. 24), isso demonstra “a ilusória sensação de que a palavra pode dar ordem ao caos, prover de unidade o que é de natureza heteróclita, fragmentada e diversa”. Não existe a possibilidade de controle do que é dito na língua, só se é responsável pelo discurso produzido, a interpretação dos demais sujeitos é um processo particular. É a ideologia que atua dissimulando os sentidos como sendo evidentes, apesar de não serem. Reiterando, é através do assujeitamento que temos a ideia de sermos fontes do dizer e de termos controle sobre o que é dito.

SDL2: “A justiça já se manifestou e várias #FakeNews já foram retiradas do ar, inclusive fake news divulgadas por pessoas com altos salários no atual governo”.

Na SDL2, o termo *Fake news* é utilizado de forma a desvalorizar e diminuir o outro candidato enquanto governante da situação. Assim como na SDL1, na qual Leite utiliza o termo com o verbo “descambar”, que, de acordo com o dicionário, dentro de determinado contexto, pode significar “sofrer mudanças para pior; degenerar: uma situação que pode descambar para total perda de controle”, dizendo que o outro candidato declinou para uma política das *fake news*, nesse sentido uma política de baixo nível.

Na SDL2 é utilizado o advérbio “inclusive” para inserir uma segunda ideia, aditiva à primeira, na qual acusa funcionários, com altos salários no atual governo, de divulgarem *fake news*. Uma vez que Leite menciona pessoas com significativos vencimentos do governo atual de terem participado da divulgação de *fake news*, mentiras, também tenta demonstrar a sua superioridade enquanto candidato. Se Sartori é mentiroso, não é capaz de assumir novamente a gestão do Estado, porque se ele e sua equipe compactuam com a “política das *fake news*”, conforme menção no discurso de Leite, logo, Sartori não deveria estar no poder.

Retomando, conforme é visto em Orlandi (2005, p. 42), “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido, conforme as posições daqueles que as empregam”. Ao se utilizar de um discurso que é essencialmente relacionado ao bom sujeito, político e governante, Leite busca mostrar-se “politicamente correto”. Desse modo, alinhado a essa formação discursiva, cujo interior abriga saberes conservadores sobre

política, Leite, enquanto candidato, incorpora os saberes sobre o que é esperado de um político nesse cenário, ou seja, um político fiel à verdade e aos bons costumes.

Como podemos observar nas sequências discursivas até aqui analisadas, há um forte apelo do candidato aos termos verdade e mentira. Há uma repetição excessiva desses saberes e, como vemos em Ernst-Pereira (2011, p. 830, destaques do autor), trata-se de um “acréscimo necessário ao sujeito que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem”. Então, ao estar alinhado com uma posição-sujeito, na qual, historicamente, ressoam saberes sobre verdade, honradez e virtude, é necessária uma autoafirmação para se mostrar consoante a esse perfil. Ainda que pretenda demonstrar aos eleitores seu alinhamento com uma suposta Nova Política, demonstra um perfil conservador, que se vincula a uma política conservadora. Com isso, podemos dizer, segundo Ernst-Pereira (2011), que a repetição contribui para fortalecer, frente aos eleitores, a relevância da verdade nos discursos dos políticos e, por sua vez, a sua respectiva formação discursiva através da insistência.

Nessa mesma SDL, observamos, também, um estranhamento (ERNST-PEREIRA, 2011, p. 829) da ordem do discurso, quando é mencionado “inclusive *fake news* divulgadas por pessoas com altos salários do atual governo”. De acordo com a autora, o estranhamento é a estratégia que utiliza enunciados, expressões, palavras, orações que não fazem parte daquilo que está sendo dito. Ao refletirmos sobre esse fragmento, ao adjetivar as pessoas do governo atual que divulgam *fake news* como portadora de “altos salários”, Leite lança suspeita sobre os motivos por esse compartilhamento. Ao disseminar *fake news* que prejudiquem o novo possível governador, essas pessoas manteriam seus cargos e seus altos salários, compactuando de forma proposital com a disseminação de notícias falsas para benefício próprio.

A utilização do termo *fake news* como um sinônimo de “mentira” é recorrente, em todas as Sequências Discursivas desse *corpus*, para desqualificar o outro candidato e, ainda que saibamos que as *fake news* são utilizadas como estratégia pela oposição em campanhas políticas, as notícias falsas não têm uma raiz facilmente identificável. As *fake news* são um fenômeno da internet e podem atingir milhares de pessoas em minutos, determinar a autoria de *uma fake news* é um processo que demanda tempo e investimento de especialistas em tecnologia. Além disso, o próprio termo *fake news* produz efeitos de sentido, conforme a Formação discursiva na qual é (re)produzido. Observemos a SDL3 e SDL4:

SDL3: “Nos últimos tempos, enfrentamos mentiras, enfrentamos fake news, boatos, que de fato estreitaram a diferença que se via nas pesquisas. Mas o povo gaúcho demonstrou em sua maioria que não quer mentiras, que quer verdade, que quer a esperança no lugar do medo”.

SDL4: “Infelizmente meus adversários vêm com fake news, com mentiras, com boatos, ataques de todos os lados, porque querem roubar de ti a esperança. E nós já perdemos coisas demais no nosso estado para perder também a esperança”.

Nessas Sequências citadas, podemos perceber um funcionamento diferente do termo. Dentro da SDL3: *fake news* aparece como algo também enfrentado, além de mentiras. Nessa SDL, *fake news* aparece como semelhante direto a boato, entretanto, na SDL4, a mobilização discursiva dos termos é realizada como complementares e não iguais. Ao utilizar a oração coordenada aditiva, a qual sinaliza a ideia de soma, podemos ver que “*fake news*, mentiras, boatos e ataques” não tratam da mesma coisa, ainda que façam parte do mesmo “conjunto” – neste caso, com base na fala de Leite, artimanhas realizadas pela oposição.

Tanto na SDL4 quanto na SDL3, além das semelhanças na articulação do termo *fake news*, Leite faz uso de outro termo que deve ser destacado, que é o caso de “esperança”. Na SDL3, a articulação da palavra esperança é feita em contraposição à palavra “medo”. O uso do termo medo, dentro dessa articulação, pode ser encarado como estranhamento (ERNST-PEREIRA, 2011), uma vez que ele produz efeito de sentido específico neste discurso em relação aos demais. Em Orlandi (2005), podemos encontrar um movimento analítico que a autora faz do enunciado “vote sem medo”, no discurso de um dos candidatos à reitoria na Unicamp. De acordo com ela, o uso de “medo” pode proporcionar vários efeitos de sentido, por exemplo: “1. Lançam a suspeita sobre algum dos candidatos (que estaria ameaçando os que não votassem nele) ... 2. Falam em medo sugerindo algum perigo, alguma ameaça” (ORLANDI, 2005, p. 29), ao mesmo tempo, segundo a autora, que o uso dessas palavras, pela “oposição”, sugere que eles estão indo contra o candidato que ameaçaria os eleitores.

Pensando nesse exemplo e no uso de “medo” aliado à “esperança”, no discurso de Leite, vemos que essas palavras mobilizam sentidos que “acionam” memórias nos demais sujeitos e essa “memória também faz parte da produção de sentido” (ORLANDI, 2005, p. 30). Várias memórias podem ser recuperadas com a articulação desses dois termos: Leite pode estar se colocando como aliado da esperança, do novo, do transformador de antigos hábitos, de libertador, da mesma forma que coloca Sartori no lugar do medo, da ameaça, de quem rouba a esperança. Cabe ressaltar, discursivamente, a noção de memória, aqui, como parte de

um processo histórico, resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos.

Nessa análise, por exemplo, o medo, dentro do âmbito da política, pode ser relacionado a diversos acontecimentos anteriores, como o período vivido na ditadura militar, por exemplo; bem como a palavra esperança, como seu contraponto, pode produzir diversos significados: esperança de dias melhores, esperança de mais prosperidade, esperança de um governo mais justo, de uma sociedade mais igual, enfim. Há, também, uma paráfrase no discurso de Leite, *quer a esperança no lugar do medo*”, com uma frase dita em 27 de outubro de 2002, no primeiro pronunciamento do ex-presidente Lula, “a esperança venceu o medo”. Considerando as diferentes filiações partidárias de ambos os políticos, sabemos que, ainda que sejam as mesmas palavras, não produzem os mesmos efeitos de sentido.

A partir dessa SDL4, considerando as condições de produção desse dizer, podemos acionar saberes relacionados ao governo anterior, o de Sartori, com o medo e a mentira e o possível governo dele com o da esperança e verdade. Leite diz que o “povo gaúcho, em sua maioria, não quer mentiras, quer verdade [...]”, o uso do regionalismo também evoca uma memória discursiva. Conforme visto em capítulo anterior, o Rio Grande do Sul foi marcado por muitos conflitos internos e externos e o povo gaúcho é conhecido por ser engajado politicamente na defesa de seus ideais. O imaginário sobre o povo gaúcho o relaciona com um homem de tradições, que mantém antigos costumes, que é orgulhoso de sua história, que esteve em várias lutas em defesa do que acreditava e que é bastante conservador.

Assim, percebemos que, embora o candidato Leite aluda ao “novo” modo de governar, ele promete assegurar o lugar do político que conservará a imagem do homem honesto, que não surpreenderá o povo, nem promoverá o medo, já que é correto e não mente. Dessa forma, com base em seu discurso, observamos que Leite se encontra identificado com uma Formação Discursiva que demanda saberes conservadores acerca do que vem a ser um bom político.

SDL5 “Uma foto de família vira uma fake news de baixo nível e preconceituosa. O desespero pela derrota não tem limites. Quem não consegue lidar com as verdades, precisa lançar mão de mentiras sobre os outros!”.

SDL6: Pessoas nos relatam que estão recebendo ligações como se fosse de nossa campanha, induzindo-as a acreditar que sou favorável à legalização das drogas. É MENTIRA!!

Nas SDL 5 e 6, podemos ver como a articulação do discurso do candidato aciona saberes de forma conhecidamente conservadora, como a legalização das drogas e a homossexualidade. A legalização das drogas é um tópico bastante discutido na sociedade atual, geralmente entre os mais jovens, e que causa controvérsia. Segundo dados divulgados pela Secretaria de Planejamento Governança e Gestão do Estado (2019), o Rio Grande do Sul tem o maior percentual de idosos do Brasil, o qual representa 18,8% da população total do Estado. Segundo o Atlas Socioeconômico, o número de idosos superou o de nascimento de crianças, em 2019. Dessa forma, dentre um eleitorado que é sabidamente mais conservador, temas como a legalização de drogas podem ser responsáveis pela perda de credibilidade por parte dos possíveis eleitores, por isso, a necessidade da palavra “mentira” em letras maiúsculas, de forma a destacar de forma mais contundente a inverdade, do que a “acusação” de terceiros. Desse modo, a justificativa demonstra, mais uma vez, o alinhamento do candidato com uma Formação Discursiva Conservadora.

Na SDL5, entretanto, há a mobilização de dois aspectos bastante contraditórios: “Uma foto de família vira alvo de uma *fake news* de baixo nível e preconceituosa”. Dentro do contexto visto acima, em um Estado conhecidamente conversador, o uso da palavra família é bastante controverso nesse discurso. Como vimos em Althusser, a família é compreendida como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado, assim como a igreja e a escola, que atuam reproduzindo determinados saberes, a fim de manter relações de poder, dentro do sistema capitalista. Em Vergnières (1998), também vimos que a família é encarregada de apresentar os valores às crianças. Segundo a autora, “mostra-se a elas, através dos exemplos, o que é justo e o que não é, de modo que elas se conformem às normas em curso na cidade” (VERGNIÈRES, 1998, p. 29). A ideia da família como eixo imaculado, detentora de valores, que devem ser preservados e reproduzidos, pode ser vista no discurso conservador de Leite.

A *fake new* que suscitou tal discurso foi veiculada nas redes sociais no período de campanha eleitoral e tinha os seguintes dizeres “É isso que queremos para o Rio Grande do Sul? O primeiro Governador homossexual do Brasil?”, os dizeres eram sobrepostos a uma imagem de Eduardo Leite junto a outro homem. A foto original, cortada para a elaboração do conteúdo, era uma imagem de Leite com sua família: seus dois irmãos e mãe na praia. Como resposta à exposição de sua família, Leite diz que “uma foto de família vira uma *fake new* de baixo nível e preconceituosa”, trazendo, novamente, os saberes que reforçam a imagem de família, como já mencionamos, enquanto instituição equivalente ao que

Althusser nomeia como sendo um Aparelho Ideológico do Estado, o qual atua de forma a auxiliar no assujeitamento à ideologia vigente.

Em Aristóteles, a família é apresentada como uma antecipação à educação formal, responsável pelo ensinamento de valores que deverão ser incorporados aos indivíduos. A família, então, é apresentada como algo que deve ser preservada, uma vez que atua, também, de forma a manter os interesses do Estado e do sistema vigente – e, ao observamos o nosso *corpus* analítico, percebemos que esses saberes ainda ressoam nos discursos atualmente.

Foucault (1979) também defende que os “pais de família” sabem comandar suas famílias economicamente quando um Estado é bem governado; em contraponto, um governante deve gerir o Estado da mesma forma que administraria sua família: atendendo suas demandas, suprimindo suas necessidades e com igualdade de oportunidades para todos os seus membros. Sendo os efeitos de sentido dos discursos repassados e ressignificados através dos tempos, a defesa da família por Leite é também uma defesa da sua capacidade de governar, uma vez que uma gestão se mostra interligada à outra. Estando identificada com uma Formação Discursiva Conservadora, na qual os valores familiares são basilares, essa defesa se mostra ainda mais necessária.

Essa SDL5, entretanto, carrega uma contradição da ordem do discurso quando o candidato faz uso de dois adjetivos para caracterizar o termo *fake news*, que já carrega consigo um efeito de sentido pejorativo. Ainda que diga que a “*fake news* era preconceituosa”, o discurso de Leite também diz que era uma *fake news* de “baixo nível”, gerando um estranhamento (ERNST-PEREIRA, 2011) em relação aos saberes que estão sendo evocados, uma vez que este termo equivale a um sentido relacionado a algo “que possui o nível abaixo do normal, abaixo do esperado”, que, nessa condição de produção da campanha eleitoral, portanto, pode tanto aludir à estratégia da *fake news* usada pelo candidato oponente quanto pode referir-se à homossexualidade.

Ainda que tenha sido acionado um discurso endereçado a uma campanha que promete uma Nova Política, afirmando que a imagem utilizada na *fake news* é “preconceituosa”, Leite acaba por mobilizar uma posição-sujeito que demonstra um discurso que aciona uma Formação Discursiva Conservadora, através da designação que dá ao termo *fake news*, ou seja, de “baixo nível” e que foi necessário repor a verdade e esta verdade se constitui numa reposta em defesa de uma família cis-heteronormativa, uma família “tradicional”, a fim de garantir nesta imagem, recomposta, que cada membro de sua família

está no devido lugar. Desse modo, ele busca defender, discursivamente, o núcleo, base de toda sociedade.

Conforme vimos em Orlandi (1998), as palavras não têm sentidos presos a elas e estamos sempre “passíveis ao equívoco”. Portanto, ainda que tenhamos visto que o discurso de Leite traz a tentativa de ser coerente, há um sentido que escapa e que foge do esperado. Ainda que ele busque atingir a oposição pela elaboração de uma *fake news* de “baixo nível”, deixa transparecer em seu discurso um preconceito que busca “mascarar”. Aqui, cabe ressaltar que as formações discursivas não são “blocos homogêneos, elas são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se a cada situação” (ORLANDI, 2005, p. 44). Dessa forma, mesmo mantendo um padrão, há falhas e equívocos que são comuns na linguagem, que podem ser observados na SDL5, quando o candidato utiliza o termo “família” como espaço imaculado, sem possibilidade de receber ofensas.

Eduardo Leite é candidato pelo PSDB, como já visto em capítulo anterior, vinculado a um partido jovem, fundado por dissidentes do PMDB, agora MDB, por divergências internas. Além de o partido ser um dos últimos a ser fundado, se autodeterminando o “caçula”, o candidato Leite é um homem jovem, principalmente em relação aos demais políticos. Segundo dados divulgados pelo Jornal Folha de São Paulo (2018), ele é o mais jovem governador do país e um dos mais jovens já eleitos no Rio Grande do Sul. Por ser um político jovem, é esperado que ele seja responsável por trazer novas formas de governo, mais modernas e inovadoras.

A ideia de pessoas jovens como transformadoras e responsáveis por mudanças vai ao encontro do senso comum de uma sociedade que valoriza a juventude, aspecto abordado na candidatura de Leite como um elemento que deveria funcionar a favor do candidato. Entretanto, quando observamos seu discurso, percebemos que ideias a respeito de política disseminadas há muitos anos se mantêm presentes nos dizeres, não configurando novidade no que é apresentado. Ao contrário, os saberes que ressoam nos discursos do candidato Leite são conservadores e alinhados a uma FD Conservadora, retomando o que se define por tradicional.

6.3 SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDS) REFERENTES AOS DISCURSOS DO CANDIDATO IVO SARTORI

SDS1: “Passei quatro anos enfrentando *fake news*, inclusive contra a minha família, mas tive maturidade suficiente. Não entendo a permanente agressividade e o vitimismo do Eduardo Leite. Me culpa de todas as *fake news* que surgem na internet. Eu não crio isso, muito menos minha equipe.”

SDS2: “É preciso maturidade para, justamente, lidar com as críticas e com as pessoas. Acredito que também ninguém precisa se vitimizar”, afirmou.

SDS3: “A gurizada me disse que isso é “*fake news*” de “*fake news*”, uma artimanha para criar engajamento. Eu chamo também de vitimismo, uma armação para criar caso a três dias da eleição.”

SDS4: “Sou daqueles que entende que a boa política é falar a verdade, ter coerência, conhecer os números como eu conheço e não fazer demagogia”.

SDS5: “Meu oponente me acusa irresponsavelmente de divulgar *fake news*, minha história, minha vida pública, não permitem que ele faça tal acusação.”

SDS6: “(...) Pode se irritar um pouco aí, mas *parole, parole, parole*, palavras bonitas, não explica que tomou uma decisão eleitoreira”

SDS7: “Em uma semana de campanha, fui vítima de duas mentiras: o fechamento do Jardim Botânico e de escolas públicas estaduais. Falei sobre o perigo das *fake news* na entrevista desta manhã. A covardia da velha política aparece no formato de mentiras. Vou denunciar e combater as *fake news* sem trégua.

6.4 A “EXPERIÊNCIA” VERSUS “IMATURIDADE”: ANÁLISE DAS SEQUÊNCIAS

Rio Grande do Sul é conhecidamente um Estado que não reelege seus governadores. Esse contexto, portanto, era pouco favorável para o candidato Ivo Sartori no pleito para o governo de 2018, uma vez que ele era a situação antes da eleição. De acordo com a construção imaginária sobre o povo gaúcho, como já vimos, são, também, um povo marcado pela constância de combates, desde a origem do Estado, o que fez com que a politização entre os gaúchos sempre fosse muito intensa, bem como a polarização entre partidos. Isso

não significa, necessariamente, que dois candidatos de partidos opostos assumam posições-sujeito também opostas.

O discurso de Sartori, que passará a ser analisado neste capítulo, de acordo com o referencial teórico da AD, tem grande enfoque em sua carreira, enquanto político com experiência, com uma trajetória antiga, o que lhe daria uma suposta vantagem em relação ao candidato Eduardo Leite. Tal discurso vai ao encontro da formação imaginária que nos leva a acreditar que idade é sinônimo de conhecimento. Seu discurso, entretanto, também mobiliza saberes que apareceram no discurso do candidato Leite, como os referentes ao imaginário de família enquanto núcleo familiar tradicional, como um grupo de pessoas, uma instituição, um aparelho ideológico de Estado, que deve ser respeitado pela oposição. Na SDS1 Sartori diz:

SDS1: *“Passei quatro anos enfrentando fake news, inclusive contra a minha família, mas tive maturidade suficiente. Não entendo a permanente agressividade e o vitimismo do Eduardo Leite. Me culpa de todas as fake news que surgem na internet. Eu não crio isso, muito menos minha equipe.”*

Como já vimos antes, “é a *ideologia* que, através do hábito e do uso, está designando ao mesmo tempo o que é e o que deve ser” (PÊCHEUX, 1995, p. 46, grifos do autor). Dessa forma, através da ideologia, criamos representações imaginárias, as quais são um efeito social, que podem antecipar como funcionam determinados lugares ou como devem se comportar determinados sujeitos ou grupos – como alunos, professores, políticos, etc; isso acontece em razão do “reconhecimento do imaginário” (MACHADO, 2016, p. 119). Portanto, todos os sujeitos sabem que a família deve ser preservada, pois é uma instituição íntima e privada. Ao dizer “mas tive maturidade suficiente”, o candidato Sartori ressalta um aspecto negativo do candidato Eduardo Leite, a falta de maturidade.

Foucault (1979), ao analisar a instituição familiar, diz que os “pais de família” devem saber comandar e guiar suas famílias, pois a prosperidade no Estado está relacionada ao comportamento correto das famílias, dentro do que é esperado do comportamento dos cidadãos. Para que isso aconteça, um governador, enquanto representante responsável por determinada comunidade, deve gerir de forma correta, a fim de suprir as necessidades de todos os seus membros, para que possam, também, prosperar junto de suas famílias.

Ao observarmos o discurso de Sartori, que enquanto homem, “pai de família”, deve ser responsável por prezar os seus membros, vemos a mobilização de um imaginário que

também implica em saber defender os interesses de seu grupo familiar, capaz de atender aos interesses do Estado.

Na SDS1, ao utilizar o advérbio “inclusive”, que significa sem que haja exclusão/até mesmo, ele acusa a oposição de não pouparem nem sua família, enquanto instituição imaculada, mas diz que teve “maturidade suficiente”. Como sabemos, na Análise do Discurso, os sentidos são ressignificados e ressoam, ainda que de modo inconsciente, quando há identificação com determinadas posições-sujeito, ou seja, as pessoas reproduzem comportamentos e discursos do que se é esperado para aquela posição. Identificado com uma posição-sujeito de direita conservadora, Sartori traz o discurso da família, da mesma forma que Leite, mas mantém particularidades que são peculiares à posição.

Ao estar identificado com essa posição-sujeito, esses saberes ressoam em seu discurso de forma conjunta, uma vez que se encontram em três linhas diferentes, porém interligadas: ele tem capacidade para gerir sua família e resolver seus problemas, uma vez que foi atacado durante quatro anos e “teve maturidade suficiente”, demonstrando, também, que tem domínio sobre si próprio, portanto, seu temperamento está de acordo com o que é esperado de um político, uma vez que não entende a “permanente agressividade e vitimismo” de Leite e, também, ao fazer menção aos “quatro anos” que esteve enfrentando *fake news*, Sartori alude ao período que esteve à frente do governo do Estado, tentando expor sua capacidade enquanto gestor, que é equilibrado e maduro, portanto, mais adequado ao cargo de comando.

Sartori se mostra plenamente identificado com uma posição-sujeito que busca demonstrar discursivamente que é detentor da experiência, da maturidade, conhecedor da realidade, que é mais velho e, por isso, mais capaz. Também, ao reafirmar repetidas vezes, configurando um excesso (ERNST-PEREIRA, 2011), sua posição como maduro, como homem, Sartori enaltece outra característica em seu discurso: a masculinidade de sua figura, em uma sociedade patriarcal, cujo imaginário a retrata como conservadora. Sartori não só chama Leite de inexperiente, inconsequente, uma vítima e um “guri”, mas também intenta diminuir sua capacidade enquanto homem.

Podemos observar nessa SDS uma elipse, uma falta (ERNST-PEREIRA, 2011), quando o candidato diz que passou “quatro anos enfrentando *fake news*, inclusive contra a minha família, mas tive maturidade suficiente”, sem especificar para o que teve maturidade suficiente. Apesar de inferirmos que foi para lidar com a situação, a não especificação, “a omissão de palavras, expressões e/ou orações, [...] provocam determinados efeitos de

sentido, diferentes daqueles que ocorreriam, caso esses elementos se fizessem presentes na linearidade significativa” (ERNST-PEREIRA, 2011, p. 829). Essa lacuna deixada por Sartori possibilita que os sentidos deslizem para muitos outros campos. Além “lidar com as *fake news*”, Sartori “teve maturidade suficiente” no geral, não somente na situação específica. O candidato, enquanto político, neste discurso, sinaliza que tem maturidade suficiente para permanecer governando.

Da mesma forma que a falta (ERNST-PEREIRA, 2011) implica em uma fuga de sentidos e uma ocultação do que é dito, gerando uma não-estabilização dos sentidos, que já não são estáveis, a estratégia de excesso de Ernst-Pereira (2011) opera de forma contrária: através da repetição, é visado no discurso que haja a estabilização de determinados saberes em detrimento de outros. Como percebemos nas Sequências Discursivas abaixo:

SDS2: *“É preciso maturidade para, justamente, lidar com as críticas e com as pessoas. Acredito que também ninguém precisa se vitimizar”*, afirmou.

SDS3: *A gurizada me disse que isso é “fake news” de “fake news”, uma artimanha para criar engajamento. Eu chamo também de vitimismo, uma armação para criar caso a três dias da eleição.*

Conforme visto anteriormente, todos os discursos são respostas a outros discursos, diretas ou indiretas (PECHEUX, 1997). De acordo com Pêcheux (1997, p. 77), “o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado”. Sendo assim, acusa o candidato Leite de “imaturo” e “que se vitimiza” frente às situações, ao invés de enfrentá-las, como ele faz. Pensando, primeiramente, sobre “vitimização”, as falas de Sartori vão ao encontro de um discurso conservador e muito disseminado nos dias de hoje, o discurso contra o “mimimi”, expressão informal, facilmente encontrada na internet, em debates sobre temas polêmicos relacionados a minorias, que descreve, de forma pejorativa, quem “reclama” de determinadas situações.

Essa expressão, ainda que não seja mencionada pelo candidato, atua como uma possível paráfrase para o “vitimismo” de Leite, descrito pelo candidato. O discurso conservador de Sartori, uma vez que é alinhado a saberes conhecidamente conservadores quando acusa Leite de “se vitimizar sobre as *fake news*”, evoca, também, esses acontecimentos presentes em processos discursivos anteriores, antecipando relações de força e de sentido, usando estratégias discursivas referentes ao fato de que há uma imaturidade em quem reclama, em quem expõe problemas, em quem não lida com a situação de forma

silenciosa. O discurso de Sartori evoca, também, o fato de o candidato ser jovem, o que implica, pensando nas formações imaginárias, em pouca experiência.

De acordo com o imaginário social, mencionado nesta pesquisa, pessoas mais velhas são mais experientes. No capítulo sobre a filosofia, foram destacados dois tipos de virtudes essenciais para se viver em comunidade: uma delas é a moral, adquirida pelo hábito; a outra é a intelectual, a qual é ensinada e pode ser ampliada com a educação, mas precisa de tempo para ser desenvolvida. Aludindo a esse pensamento, não necessariamente essa segunda característica está relacionada à idade, uma vez que algumas pessoas são expostas a muitas experiências quando jovens. Ainda que a visão dos filósofos atue nessa pesquisa somente para repensarmos estruturas que são repetidas, esse pensamento de experiência aliada à idade vai ao encontro do que é defendido pelo candidato Sartori em seus discursos, como pode ser visto na SDS1 e SDS3:

SDS4: *“Sou daqueles que entende que a boa política é falar a verdade, ter coerência, conhecer os números como eu conheço e não fazer demagogia”.*

SDS5: *“Meu oponente me acusa irresponsavelmente de divulgar fake news, minha história, minha vida pública, não permitem que ele faça tal acusação.”*

Considerando que, no imaginário social, pessoas mais jovens são apontadas como imaturas e pouco preparadas para, por exemplo, assumirem o governo de um Estado, uma vez que é necessária “maturidade” para ocupar determinados cargos. Como podemos perceber, Sartori manifesta isso de diversas formas em seu discurso, operando o que Ernst-Pereira (2011) nomeia como um excesso no texto, de forma que os termos vitimização e maturidade apareçam no texto sinalizando o mesmo propósito, já que o excesso aparece “na reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos que tomam formas diferentes no intradiscorso, mas mantêm os mesmos pressupostos ideológicos com vistas ao estabelecimento de sentidos” (ERNST-PEREIRA, 2011, p. 830). Percebemos, então, que ainda que haja uma mudança na forma de o candidato Sartori elaborar o seu discurso, os efeitos de sentido que buscam ser estabelecidos se entrelaçam e se determinam ideologicamente e isso é possível, pois, conforme é visto em Pêcheux (1995, p. 146):

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Também, na SDS4, Sartori diz que: “entende que a boa política é falar a verdade, ter coerência, *conhecer os números como eu conheço* e não fazer demagogia”. Essas quatro caracterizações da “boa política” remetem ao pensamento filosófico, visto que a finalidade da vida pública é a virtude e honradez e, que para sermos detentoras destas, devemos ser honrados e verdadeiros. Como já abordado, um dos tipos de virtude é a adquirida através da educação e desenvolvida pelo hábito, discursos que ecoam nas falas do candidato Sartori. Novamente, podemos citar o conceito de excesso, para observarmos a Formação Discursiva com a qual Sartori se identifica, que é a FD Conservadora, ou seja, a que abriga saberes sobre o político tradicional.

Essa FD apresenta um político como alguém que tem larga experiência na área, estabelecendo, com isso, um jogo de antecipação de imagens dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam numa formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados, conforme Pêcheux (1995) nos ensina. Desse modo, temos o ideal de um político que deve atuar de acordo com a moral e bons costumes, um político que tenha “maturidade” adquirida e comprovada pela vida pública. A presença do excesso, nos discursos de Sartori, visa “buscar estabelecer provavelmente a relevância de saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição” (ERNST-PEREIRA, 2011, p. 830), então, por meio de demonstrativos sobre sua experiência na “vida pública”, “sua história”, “sua maturidade suficiente”, elementos que se repetem, reproduzindo esse discurso da necessidade de experiência e de tempo para se tornar um bom político, justamente o que seu adversário não tem, pois é jovem.

Outra característica vista no discurso de Sartori é a utilização do excesso, em forma de repetição, com o objetivo de esvaziar o discurso da oposição. Como podemos ver na SDS6:

SDS6: “[...] *Pode se irritar um pouco aí, mas parole, parole, parole, palavras bonitas, não explica que tomou uma decisão eleitoreira*”

O uso de “*parole*”, palavra de origem italiana, cuja tradução direta é “palavra”, apresenta um estranhamento (ERNST-PEREIRA, 2011) para o discurso, uma vez que a palavra estrangeira não faz parte do que é esperado. O termo *parole*, que remete ao exterior, ao povo italiano, aos “gringos”, como Sartori se autodenomina na campanha, remete, também, à história vivenciada por aqueles imigrantes. De acordo com o imaginário social, o povo italiano é um povo de origem trabalhadora, que demonstrou ter muita persistência e

superação para que se tornassem prósperos. Ao regatar esse aspecto discursivo e cultural, Sartori explora a possibilidade desse futuro para o Estado, caso fosse reeleito governador.

O uso de *parole*, ao mesmo tempo, é feito de forma repetitiva mobilizando um efeito de sentido referente a uma minimização do que foi dito anteriormente pelo candidato Leite, ou seja, neste contexto objetiva um “acréscimo necessário ao sujeito que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem” (ERNST-PEREIRA, 2011, p. 830). Dessa forma, ao repetir que o candidato Leite somente fala, não tem ações ou que suas palavras não estão de acordo com as suas “decisões”, Sartori busca estabelecer a sua interpretação como a única possível. O uso da conjunção adversativa “mas” contribui para essa compreensão, uma vez que se opõe ao que foi dito anteriormente.

Em seu discurso, tanto o uso da adversativa “mas” quanto do “*parole, parole, parole*” endereçam-se para questionar o que foi dito anteriormente pelo candidato Leite, o que, segundo Sartori, foi uma “decisão eleitoreira”. Sartori tenta esvaziar a fala de Leite com a repetição, baseando-se, também, em saberes que são conhecidos e que podemos ver em Birman (2010), quando ele fala sobre o “falar franco”. Assim como vimos em Foucault (1979), que a verdade é um elemento fundamental, que é a linguagem da lei, segundo Birman, ela também foi responsável por destruir a democracia grega, uma vez que as pessoas passaram a usar a mesma convicção de frases que transmitiam verdades, em quaisquer outras que eles quisessem que parecessem reais, estas segundas seriam usadas somente para persuasão (BIRMAN, 2010, p. 196).

Ao dizer, então, que Leite faz uso de “palavras bonitas” para justificar as suas ações que não são condizentes com o cargo que tenta ocupar, no discurso do Sartori ressoam esses saberes sobre o “falar franco”. Esses saberes também estão de acordo com outro bastante comum, presente nas formações imaginárias, sobre a imagem do político como um sujeito que é “político ao falar”, que diz coisas de forma a não se comprometer, de forma a convencer o eleitorado. Ao dizer que tomou uma “decisão eleitoreira”, então, Sartori também sinaliza que seu oponente está fazendo uso de um discurso puramente persuasivo, não sendo verdadeiro.

No discurso de Sartori, voltando à SDS1, vemos que é dito que “não entendo a permanente agressividade e o vitimismo do Eduardo Leite. *Me culpa de todas as fake news que surgem na internet. Eu não crio isso, muito menos minha equipe*”, parece que há uma indefinição referente ao termo pelo candidato, uma vez que ele utiliza o pronome

demonstrativo “isso” para tratar das *fake news*. Dessa forma, o candidato se mostra não identificado com os saberes e com a produção de notícias falsas. Sartori também aponta uma “vitimização” do outro candidato, Eduardo Leite, em relação ao termo, como vemos nas sequências discursivas 1, 2 e 3, ao dizer que seu opositor se faz de “vítima” ao falar que teve *fake news* divulgadas sobre ele, ressaltando a necessidade de experiência para adquirir maturidade. Dessa forma, o termo “vitimismo”, empregado por Sartori, funciona enquanto parte da estratégia de apontar aspectos considerados negativos do seu oponente na campanha eleitoral.

Nos discursos de Sartori, há, então, uma identificação com uma FD da Política Conservadora, justificada pelos discursos que reforçam seu tempo na política, sua maturidade, ou seja, ele alude a si, à sua história na vida como representante público. Também a sua identificação com essa FD está relacionada com o seu partido, o MDB, conhecido como um dos partidos mais antigos da história do Brasil. Conforme discutido anteriormente, o próprio partido reconhece seu passado, ao dizer que, “em 2017, o PMDB voltou a ser MDB e foi buscar inspiração em suas vitórias do passado para orientar os próximos passos. [...] e se colocou novamente, sem vacilar, à frente das dificuldades para pavimentar um futuro melhor”. Ao ser um representante deste partido e filiado, desde o início da sua carreira, em 1974, Sartori, então, mobiliza uma identificação plena com esses saberes que configuram sua imagem enquanto político e candidato que tem uma trajetória na vida política.

Ao afirmar que o outro candidato “se faz de vítima” ao divulgar que foi exposto por *fake news*, Sartori minimiza a situação como indigna de exposição. Entretanto, quando ele mesmo divulga que está sendo citado em uma, ele diz na SDS7: “Em uma semana de campanha, fui vítima de duas mentiras: o fechamento do Jardim Botânico e de escolas públicas estaduais. Falei sobre o perigo das *fake news* na entrevista desta manhã. A covardia da velha política aparece no formato de mentiras. Vou denunciar e combater as *fake news* sem trégua”. Aqui ele se considera uma vítima, portanto, alguém que é, de alguma forma, lesado pela situação e não mais a minimiza. Há, então, um discurso conflitante com o que vinha sendo divulgado anteriormente e entendemos que esse funcionamento discursivo seja possível, pois, conforme Orlandi (2005), o real da língua é um local de falhas, de equívocos, de incoerência, uma vez que a linguagem não é transparente.

Da mesma forma que há uma incoerência quando Sartori diz que a “covardia da velha política aparece no formato de mentiras. Vou denunciar e combater as *fake news* sem trégua”,

ao se colocar como um desconhecedor do termo *fake news* e relacioná-la a um fenômeno atual, conhecido pela “gurizada”, Sartori, enquanto um político tradicional, “com anos de carreira”, distancia-se da culpa de sua produção, mas ao dizer que essa articulação faz parte da velha política, não está sendo coerente com o que foi posto anteriormente. Há um conflito entre os dizeres e a formação discursiva com a qual se encontra alinhado, isso é possível de acontecer, porque, de acordo com Pêcheux (1995, p. 162, grifos do autor):

[...] toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas.

Sartori, ainda que acione um discurso de acordo com a formação discursiva que está identificado, apresenta um discurso que não é condizente com o que foi apresentado anteriormente. Isso acontece, porque como sujeito, assujeitado, não tem acesso direto a todos os dizeres que ressoam no eixo interdiscursivo, pois há o atravessamento do inconsciente, daí a possibilidade de o sentido vir a ser outro. Não existe controle total do que é dito.

Retornando à SDS1, Sartori se distancia do termo *fake news* ao denominá-la de “isso”, bem como na SDS3 quando utiliza abordagem semelhante para dizer que possui pouco conhecimento sobre o que é o termo: “A gurizada me disse que isso é “*fake news*” de “*fake news*”, uma artimanha para criar engajamento. Eu chamo também de vitimismo, uma armação para criar caso a três dias da eleição”, dentro deste fragmento, Sartori diz que “a gurizada me disse que é *fake news* de *fake news*”, colocando a responsabilidade da nomenclatura do acontecimento na “gurizada”, um público mais jovem, que entende, de fato, o que é esse tipo de articulação.

Dentro dessa condição de produção, o discurso sobre *fake news* retorna ao visto anteriormente, como algo indefinido, distante, que não está de acordo com os saberes com os quais se identifica. Nesse discurso, Sartori apresenta duas versões sobre a *fake news*: a da gurizada, que diz que é “*fake news* de *fake news*, uma artimanha para criar engajamento”; e, também, a sua própria, de um candidato que está há muitos anos na vida política “Eu chamo também de vitimismo, uma armação para criar caso a três dias da eleição”.

Contudo, esse silêncio é preenchido por saberes existentes e preestabelecidos pelas formações imaginárias. De acordo com Orlandi (1998, p. 32), “objeto simbólico produz sentidos”. Somos levados a dar sentido para tudo que nos é apresentado, tudo deve ser interpretado. Com o termo *fake news* não é diferente. Percebemos que no discurso dos dois candidatos há um embate sobre o que é *fake news*, apesar de os dois discursos apresentarem

o termo como algo negativo. Sartori, em alguns momentos, minimiza a existência das *fake news*, ao dizer que o candidato Leite as utiliza de forma a se vitimizar perante a situação. Entretanto, reconhece que se trata de algo “perigoso”, assim como as relaciona a um discurso de “crítica” e, também, com um discurso “mentiroso”. O discurso de Leite não minimiza as *fake news*, mas se aproxima bastante do de Sartori, em alguns momentos, quando diz que o termo é relacionado a um discurso “mentiroso”, também o relacionando com “boatos”.

As palavras não têm bordas fixas, os sentidos são fluidos, não há limite para a interpretação. De acordo com o que vimos, na teoria pecheutiana, a ideologia atua no excesso, é ela que mascara a opacidade da língua e faz parecer que os sentidos estão lá, presos às palavras, quando não estão. De acordo com Orlandi, o excesso, que é “carregado de uma relação de língua sobre a língua – interpretar é dizer o já dito – que, no entanto, aparece como grau zero (o sentido lá)” (ORLANDI, 1998, p. 87).

Ainda que existam diferenças sobre o termo no discurso dos dois candidatos, percebemos que ambos estão relacionados com a mesma Formação Discursiva Conservadora. Em Orlandi (2005), dentro dos discursos dos sujeitos, as palavras adquirem sentidos diferentes e ao se ligarem a formações discursivas diferentes; da mesma forma que esses sentidos são temporários, só existindo enquanto relacionados a uma formação discursiva e não a outra. Ambos os candidatos demonstram alinhamento com os mesmos saberes quando elaboram seus discursos.

A relação com verdade e mentira também é muito abordada no discurso dos dois candidatos, embora seja de forma mais incisiva no discurso de Leite. Como vimos em Chauí (2000, p. 7):

Na briga, quando alguém chama o outro de mentiroso porque não estaria dizendo os fatos exatamente como aconteceram, está presente a nossa crença de que há diferença entre verdade e mentira. A primeira diz as coisas tais como são, enquanto a segunda faz exatamente o contrário, distorcendo a realidade. No entanto, consideramos a mentira diferente do sonho, da loucura e do erro porque o sonhador, o louco e o que erra se ilude involuntariamente, enquanto o mentiroso decide voluntariamente deformar a realidade e os fatos.

A relação entre verdade e mentira, dentro da Análise do Discurso, manifesta-se de forma muito específica: uma vez que os sentidos não são presos às palavras e que os sujeitos são sempre levados a interpretar, não há uma verdade absoluta, os discursos apresentam pontos de vista, interpretações, mas não há uma versão mais certa que a outra ou mais

verdadeira que a outra. O objetivo dessas articulações dentro dos discursos é de descredibilizar o oponente. Como visto no capítulo sobre Foucault (1979, p. 189):

No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder.

Dessa forma, uma vez que o discurso da lei é o discurso da verdade, é imprescindível que o candidato seja verdadeiro em seus discursos e seja fiel à “verdade dos fatos”, ainda que esse objetivo seja inalcançável, exceto na condição de efeito ideológico, uma vez que é o governante que será responsável pela elaboração das leis. Conforme saberes da filosofia vistos nesta pesquisa, sob nova roupagem, produzem efeitos relativos a ser um bom político, um modelo a ser seguido, capaz de levar a sociedade ao sucesso e a elaborar as leis de convívio. Esta seria uma forma de um candidato não ter sua imagem maculada por inverdades, daí a busca de ambos, Sartori e Leite, por (des)mentir, (re)por a (pre)tensa verdade.

7 UM EFEITO DE CONCLUSÃO

O dizer é aberto. É só por ilusão que se pensa dar a “palavra final”.

(Eni Orlandi)

Com essa pesquisa, nosso objetivo foi compreender o funcionamento discursivo do termo *fake news* nos discursos produzidos pelos candidatos Eduardo Leite e Ivo Sartori, na disputa eleitoral para o cargo de governador do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2018. Tomando por base a Análise do Discurso de linha francesa, analisamos os efeitos de sentido produzidos na materialidade do *corpus* coletado, seis Sequências Discursivas do candidato Leite e sete do candidato Sartori. Buscamos observar como foram mobilizados os processos de identificação com determinados saberes, para sustentação de um posicionamento político, elegendo a dicotomia falso/verdadeiro para referir o termo *fake news*.

Para darmos início à discussão teórica, elegemos, primeiramente, alguns aspectos filosóficos referentes à concepção atual que temos sobre os políticos, ou seja, discursivamente, remetem a saberes resultantes de processos discursivos anteriores, não em sua origem, mas que atuam no jogo de imagens dos sujeitos entre si e dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social. Conforme visto, é na conjuntura ideológica que ocorre o confronto entre posições e formações discursivas, portanto, a ideologia permite criarmos certas formações imaginárias sobre determinadas situações e posições-sujeito, como devem ser e se comportar determinadas pessoas. Esse reconhecimento advém da crença dos sujeitos de que dominam seu discurso e os sentidos dele advindos.

Para falarmos, então, dessa imagem que deveria ser passada no discurso, estudamos o que é esperado de um político, acionando alguns dos conceitos de Aristóteles, que estabelece uma separação entre os homens em dois tipos: os vulgares e os sábios. Os primeiros buscam uma felicidade momentânea (a cura quando se está doente, abrigo quando se sente frio); já os sábios almejam a felicidade que é adquirida através do bem viver e bem agir. Portanto, são os sábios que seriam os homens da vida política, pois possuem “grande refinamento e índole ativa” e relacionam a felicidade com honra, que seria o princípio da vida política.

De acordo com a perspectiva desse filósofo, existem ressalvas que devem ser consideradas, entretanto: para um homem ser honrado, ele precisa ser *reconhecidamente* honrado, mas, segundo Aristóteles, o bem é inerente aos que são bons, portanto, não pode

lhe ser arrebatado. Uma vez que a verdade faz parte do bem, o político, para que possa ser virtuoso e honrado, deve ser honesto e verdadeiro, características essenciais e fundamentais para a vida política.

A partir das análises realizadas das sequências discursivas, percebemos, nessa disputa pelo governo do Rio Grande do Sul, a mobilização de alguns dos saberes sobre o que vem a ser um bom político e como o mesmo deve agir. Tais saberes manifestaram-se discursivamente na forma de tomada de posição-sujeito e, conseqüentemente, identificação com uma Formação Discursiva que confirmasse e demonstrasse “como certa garantia de não estarem enganando seus possíveis eleitores” a integridade e a honra de ambos os candidatos em foco, Leite e Sartori.

Pudemos observar que Eduardo Leite, identificado com uma posição-sujeito de direita conservadora, apresenta um discurso no qual ressoam os saberes do que é desejado em um político. A questão de “repor verdades” e combater “*fake news*” mobiliza, discursivamente, uma tentativa de convencimento de público de ser a melhor opção, pois se encontra alinhado com o que é esperado dos bons políticos. Sartori, também, a seu modo, destaca sua “trajetória”, sua “experiência” e seu “conhecimento dos números” para demonstrar sua capacidade, sua honra, uma vez que se encontra identificado também com uma posição-sujeito conservadora. Ainda que ambos estejam alinhados a uma formação discursiva conservadora, como observamos anteriormente em seus discursos, buscam convencer os/as possíveis eleitores/as de que há diferenças ao debaterem/defenderem sua reputação e integridade política.

Para abordar a noção de verdade, termo bastante recorrente no discurso dos candidatos, acionamos a perspectiva foucaultiana, a qual considera que o sistema político é gerido por três pilares: poder, verdade e direito. Para Foucault, “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade” (FOUCAULT, 1979, p. 179-180), dessa forma, o discurso de verdade e o poder são codependentes, sendo a verdade entendida como o discurso da lei, da moral, da ética, “estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 189).

As verdades que serão produzidas e utilizadas na manutenção do poder são controladas pelo representante do Estado e os que almejam cargos políticos devem ter o mesmo discurso da verdade, considerando que é o discurso da verdade, da lei, do direito,

que assegura o poder nos dias de hoje, em razão de vivermos em um regime democrático. Conforme vimos nesse capítulo, as verdades, para o autor, não são absolutas, estão em relação ao poder, real e simbólico, que administram não só a lei jurídica, mas também estabelecem as condutas disciplinares que devem ser seguidas em prol do bem viver. Para Birman (2010), o “falar franco” acabou sendo substituído por “falar por falar” e tornou-se, com o tempo, uma técnica de persuasão.

Outro aspecto apontado por Foucault (1979), mencionado nesta Dissertação, é o relacionado à família. Para ele, os “pais de família” têm êxito ao gerir suas famílias, quando o Estado prospera. Para isso, um governante deve ser capaz de direcionar o Estado para o bem coletivo, visando o benefício do Estado e não o de si próprio. A importância da boa gestão é que as famílias, tendo suas necessidades básicas atendidas, manterão um comportamento adequado ao esperado e o objetivo de um soberano é, justamente, de guiar a população à submissão das regras. Para que ambos prosperem, Estado e família, Foucault (1979) diz que o governante precisa governar da mesma forma que administraria sua família: com oportunidades iguais para todos da comunidade.

Isso também é observado no discurso dos candidatos durante as análises, tanto Leite quanto Sartori articulam discursos sobre a família. A família, mencionada por ambos os candidatos, é a tradicional, que está de acordo com a Formação Discursiva Conservadora com a qual os candidatos se encontram identificados. Em seus discursos, nos quais ressoam os saberes vistos em Foucault, os dois políticos defendem suas respectivas famílias. Como podemos perceber na análise, essa compreensão de família enquanto instituição imaculada, que deve ser mantida longe de debates políticos, aparece como uma “estratégia de convencimento” de que os candidatos são capazes de gerir o Estado, uma vez que um governador deve saber gerir o Estado como faria com sua família. Os políticos devem se mostrar capazes de oferecer oportunidades iguais a todos os seus membros, bem como um “pai de família” faria.

Para corroborar os saberes que ressoam nos discursos dos candidatos ao governo do Rio Grande do Sul, trouxemos, também, um pouco da história que contextualiza o embate, tanto dos gaúchos quanto dos partidos dos candidatos. O povo gaúcho é conhecidamente um povo marcado por combates e polarização, tanto no nível físico quanto intelectual. Segundo Luzivotto (2009), foi essa constância de embates que obrigou os gaúchos a desenvolverem essa consciência política, tornando muito intensas e acirradas as disputas partidárias.

Antes de 1964, no Estado, existiam dois grupos políticos com ideologias opostas: os que concordavam e os que se opunham ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), conseqüentemente os de esquerda e os de direita. De acordo com Duverger (1983), nesse contexto não eram permitidos partidos de centro. Depois do golpe militar, o qual dividiu o país por anos em um sistema bipartidário entre Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido em prol dos militares, contra o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, o Brasil pôde ter mais abertura política e surgiram novas opções – ainda que essas opções, pensando em questões ideológicas, não sejam realmente “novas”.

O MDB, como já vimos, é um dos partidos mais antigos do Brasil, fundado em 1966 por políticos que iam contra o regime militar. Em contrapartida, o PSDB é um dos mais jovens partidos brasileiros e foi criado a partir de clivagens internas existentes dentro do MDB, ou seja, são frutos do mesmo lugar e da mesma ideologia. Como sabemos, existem “cinco” posicionamentos políticos: o de esquerda, o de direita, no qual o MDB diz se enquadrar, o centro-esquerda, centro-direita e o centro, com o qual o PSDB se identifica. Entretanto, segundo vimos em Althusser (2008), a manutenção da ideologia é feita com a finalidade de manter os interesses da classe dominante. Uma vez que somente os partidos de esquerda são conhecidos por operar a favor dos interesses dos trabalhadores, essa fragmentação ideológica de direita e centros acaba por manter a ideologia vista na direita, a do favorecimento da classe dominante.

Toda a luta de classes política gira em torno do Estado. Quer dizer: em torno da detenção, isto é, da tomada e da conservação do poder de Estado, por uma certa classe, ou por uma aliança de classes ou de frações de classes (ALTHUSSER, 2008, p. 36).

Leite e Sartori se encontram, portanto, dentro do mesmo viés ideológico, ainda que tentem, discursivamente, mostrarem-se diferentes. Como vimos, a ideologia nos interpela a ocupar nosso lugar na luta de classes e são os Aparelhos Ideológicos (AIE) e Aparelho Repressivo de Estado (ARE), que trabalham para que não existam desvios dentro da lógica capitalista do sistema dessa ideologia. Da mesma forma, como vimos em Orlandi (2005), o sujeito na Análise do Discurso “é descentrado pois é afetado simultaneamente pelo real da língua e pelo real da história, não tendo controle como elas o afetam” (ORLANDI, 2005, p. 20). Na AD, então, tanto a ideologia quanto o inconsciente afetam o funcionamento dos discursos dos sujeitos, e eles não têm controle sobre os seus dizeres.

Nesse batimento entre teoria e prática, buscamos demonstrar que não existe uma verdade absoluta, uma vez que na AD, “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe em si mesmo” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Consequentemente, tudo já foi dito em algum outro local anteriormente e está presente no interdiscurso. Por essa razão que ressoam saberes sobre políticos, por essa razão, também, que antecipamos como um político tem que se comportar. Se todos os sujeitos são assujeitados à ideologia e assumem seus lugares na luta de classes, cada sujeito recupera no interdiscurso os saberes com que se identificam para construir seu eixo intradiscursivo e, partir dele, se alinha a determinadas Formações Discursivas.

Observamos, nas SD dos candidatos, que tanto Leite quanto Sartori dizem não se identificarem com posições conservadoras, que remetam à velha política, mas o que apresentam discursivamente vai ao encontro dos saberes relativos à “velha política”. Como vimos, o “objeto simbólico produz sentidos” (ORLANDI, 1998, p. 32) e somos, inconscientemente, instados a interpretá-los.

Nas análises, ainda, percebemos que as dicotomias que marcam os discursos dos candidatos são utilizadas de formas semelhantes, como se houvesse um “modelo” preestabelecido do que deve apresentar o discurso de candidatos que visa ocupar esses cargos. Podemos dizer que nessas falas antagônicas, utilizadas com tanta constância entre os candidatos, ressoam os saberes vistos em Luzivotto (2009) sobre a polarização gaúcha. Ambos os candidatos, ao se identificarem com a mesma Formação Discursiva de Direita Conservadora, nos fazem refletir sobre aspectos culturais que estão enraizados e são (re)passados através das gerações. Sartori é um político com mais de quarenta anos de carreira e Leite possui apenas treze como representante público, mas em seus discursos há semelhanças, exceto algumas mudanças.

Em um texto de Orlandi (2005), há a reestruturação da questão normalmente colocada quando nos deparamos com textos “O que este texto significa?” para “*Como* este texto significa?”, o “*como*” é a chave da interpretação, é o que, de fato, contribui para compreensão do que está sendo proposto, é através dele que podemos entender os processos discursivos que estão além da superfície, além do que está sendo exposto. As palavras que são expostas são somente uma pista relacionada ao que não está sendo dito. Retomando a epígrafe, aqui citada, as palavras são também ausência: ausência de outras que podiam estar em seu lugar, ausência do silêncio que igualmente significa, ausência de sentidos que não são estáveis, por isso não cessam de se movimentar e de produzir seus efeitos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma pesquisa). In: **Sobre a reprodução**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 253-294.

BIRMAN, J. A problemática da verdade na psicanálise e na genealogia. **Tempo psicanalítico**, n. 42, v. 1, p. 183-202, 2010.

BRASIL, L. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem: Estud Pesqui.**, n. 15, v. 1, p. 171-82, 2011.

CHASIN, M. **Política, limite e mediania em Aristóteles**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 253 f. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04122007-110142/publico/TESE_MILNEY_CHASIN.pdf. Acesso em: 9 jan. 2020. DOI:10.11606/T.8.2007.tde-04122007-110142.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

DEMOCRACIA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/democracia/>. Acesso em: 07 jan. 2021.

DOZE países com maior exposição a fake news. Forbes, 2018. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2018/06/12-paises-com-maior-exposicao-a-fake-news/>. Acesso em: 9 maio 2021.

DRESCH, M. **A voz que nos incomoda**: um estudo sobre o discurso do réu. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. 190 f.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Brasília: Ed. da UNB, 1983.

EDELMAN Trust Barometer 2020. Edelman, 2020. Disponível em: <https://www.edelman.com.br/estudos/edelman-trust-barometer-2020>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ERNST-PEREIRA, A. G. O Casaco de Arlequim. Uma Reflexão sobre a Semântica Proposta por Michel Pêcheux (Le Manteau de Arlequim une Réflexion sur la Sémantique Proposée

par Michel Pêcheux). **Estudos da Língua(gem)**, n. 1, v. 1, p. 23-30, jun. 2005. ISSN 1982-0534.

ERNST-PEREIRA, A. G. O Analista de Discurso em Formação: apontamentos à prática analítica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011.

FERREIRA, M.C.L. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS. 2001.

FERREIRA, M.C.L. **Linguagem, Ideologia e Psicanálise**. Estudos da Linguagem, Vitória da Conquista, n.1. p. 69-75, Junho, 2005.

FERREIRA, M.C.L. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, n. 48, p. 17-34, Porto Alegre: UFRGS, 2010.

FIORINDO, P. Ethos: um percurso da retórica à análise do discurso. *Revista Pandora Brasil*, n. 47, p. 1-8. 2012. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/ethos/priscila.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2. Available from SciELO Books.

MACHADO, R. D. S. Entrecruzando discursos sobre a prática docente: a língua analisada em sua heterogeneidade constitutiva. In: **Estudos da linguagem: diferentes olhares**. 1 ed. São Paulo: Pontes Editora, 2016, v.1, p. 115-128.

MAINGUENEAU, D. “Ethos, cenografia, incorporação”. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

MENDES, G.; GRAÇA, L. F. G. A diferenciação ideológica na política externa partidária eleitoral: PSDB, PT e MDB (1994-2018). **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** Brasília, n. 31, p. 83-122, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/6MDnqTxYjVZS6jqrzCj843N/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MOVIMENTO democrático brasileiro (MDB). FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-democratico-brasileiro-mdb>. Acesso em: 11 jan. 2021.

OLIVEIRA, A. N. C. O Sistema Partidário do Rio Grande do Sul de 1835 a 2014. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 8., 2016, Porto Alegre. [Anais...]. Porto Alegre: FEE; PUC/RS, 2016.

OLIVEIRA, A. N. C. Os Sistemas Partidários do Rio Grande do Sul: do Império à Nova República. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 25, p. 87-132, jan. 2018. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

33522018000100087&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220182503>.

ORLANDI, E. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Revista Em Aberto**. Ano 14, n. 61, p. 52-59. Brasília, jan/mar 1994.

ORLANDI, **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ, Vozes Editora. 2ª edição. 1998.

ORLANDI E. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2005 (A).

ORLANDI, E. A análise de discurso e seus entremeios: notas para a sua história no Brasil. Caderno de Estudos Lingüísticos, Campinas, n. 42, p.21-40. jan./Jun, 2011 (A).

ORLANDI, E. **As Formas do Silêncio: No movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011 (B).

PARTIDO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/partido/>. Acesso em: 07 jan. 2021.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (1969). Trad. Eni Orlandi. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª edição. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1997.

PEREIRA, A. E.; MUTTI, R. V. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. **Educação e Realidade**, v. 36, p. 817-833, 2011.

Pirâmides Etárias e Envelhecimento da População. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/piramides-etarias-e-envelhecimento-da-populacao>. Último acesso em 9/06/2021.

POST-TRUTH. **Oxford Dictionaries**, 2017. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/pmaio> 2021.

RAMOS, Cesar Augusto. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. **Kriterion [online]**, v. 55, n. 129, p. 61-77, 2014. ISSN 0100-512X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2014000100004>.

RANINCHESKI, Sonia Maria. A história política do Rio Grande do Sul: breve comentário. **Biblos**, v. 11, p. 7-15, dez. 2007. ISSN 2236-7594. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/507>. Acesso em: 01 set. 2020.

RECUERO, R.; GRUZD A. Cascatas de “Fake news” Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia (PUCSP)**, v. 41, p. 31-47, 2019. Disponível

em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/n41/1519-311X-gal-41-0031.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-25542019239035>

SHONS, RASIA, MOREIRA, MACHADO. Uma interface produtiva entre sintaxe e discurso. **Cadernos do I.L.**, Porto Alegre, n. 26, p. 19-25, 2003.

TIERNO, Patricio. **Aristóteles: a teoria política da constituição e a deliberação**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10022009-131156/pt-br.php>. Acesso em: 1 set. 2020. DOI:10.11606/T.8.2008.tde-10022009-131156.

VERGNIÈRES, Solange. **Ética e Política em Aristóteles: physis, ethos, nomos**. Tradução de Constança Marcondes César. São Paulo: Paulus, 1998.

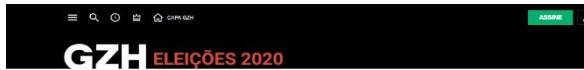
WEBER, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. *Caleidoscópio*, Lisboa, n. 10, p. 189-203, jun. 2013.

ANEXOS

BLOCO 1

SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDL)
REFERENTES AOS DISCURSOS DO
CANDIDATO EDUARDO LEITE

SDL1: — “Infelizmente, no primeiro turno, o candidato **Sartori** em alguns momentos descambou para a política das *fake news*. Distorcendo fatos, informações. Nós repusemos a verdade e a população manifestou essa compreensão nos dando a liderança.”



Leite chega na frente e projeta reforçar diferenças com Sartori no segundo turno

Ex-prefeito de Pelotas pretende repetir a fórmula da primeira parte da eleição



Eduardo Leite acompanhado a esposa em sua casa, na cidade de Pelotas, ao lado do prefeito Paulo Mascarenhas (PSDB).

Da arancada com apenas um dígito nas pesquisas de intenção de voto à vitória de virada no primeiro turno, **Eduardo Leite (PSDB)** conduziu a campanha se apresentando como o candidato leve e dinâmico capaz de impedir um novo ritmo à economia do Estado. No embate decisivo com **José Iva Sartori (MDB)** no segundo turno, o tucano pretende repetir a fórmula bem sucedida:

— Vamos debater propostas, não que conselho do Eduardo, ele não vai mudar o tom nem a forma de agir. O importante é se comunicar com a população — diz a prefeita de **Pelotas**, **Paula Mascarenhas (PSDB)**, uma das maiores amigas do tucano.

Em uma rápida entrevista coletiva, concedida na porta de casa logo após a confirmação do segundo turno, Leite sinalizou como será a campanha na próxima etapa. Destacou que quase 70% dos eleitores não votaram em Sartori no primeiro turno, criticou a lentidão do governo nas concessões e disse que pretende buscar novas alianças.

— (A busca por apoio) É uma conversa para os próximos dias. A eleição tem dois caminhos, um que já está posto, está aí, e um caminho novo, alternativo. A população quer mais, quer uma evolução. Então vamos conversar com os partidos que estiverem no primeiro turno.

Leite também reclamou dos ataques vindos de **Sartori**, a quem atribuiu a divulgação de fake news a seu respeito.

— Infelizmente, no primeiro turno, o candidato **Sartori** em alguns momentos descambou para a política das *fake news*. Distorcendo fatos, informações. Nós repusemos a verdade e a população manifestou essa compreensão nos dando a liderança.

O candidato manifestou preocupação com o futuro do PSDB, cujo candidato a presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, obteve o pior desempenho da história do partido numa disputa nacional, mas afirmou que não apela o PT num eventual segundo turno.

— Vou buscar ajuda no processo de renovação e autocrítica do PSDB, acho que isso foi mal conduzido no ano passado. O senador Tasso Izevalski tentou mas houve reações internas. Vamos discutir internamente quem apoiar no segundo turno, mas uma coisa eu garanto: o PT não pode voltar ao poder. É um retrocesso para o nosso país.

Nas últimas semanas, à medida que subia nas pesquisas, **Leite** foi alvo de ataques crescentes dos adversários. Na véspera da votação, obteve direito de resposta por causa de acusações de **Miguel Rosseto (PT)**. No debate da **RBS TV**, **quarta-feira**, ele já havia sido alvo de ataques por **Sartori**, **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)** e **Roberto Robalino (PSOL)**. Em quase todas as oportunidades, a crítica central era por suposta negligência nas suspeitas de irregularidades nos exames de câncer de colo de útero em Pelotas.

— Claro que, se esses ataques continuassem, ele não vai ficar quieto — avisa Paula.

Segundo alguns dos estrategistas do PSDB, a ordem no segundo turno é reforçar as diferenças entre **Leite** e **Sartori**. O objetivo é mostrar o governador como um gestor lento, preso e refém da folha de pagamento dos servidores, cujos atrasos somam 34 meses. Já **Leite** irá aparecer como um administrador moderno e ético, sincretizado com práticas da iniciativa privada.

— A diferença é a seguinte: **Sartori** se preocupou demais com a pauta fiscal e não fez mais nada. Ele não tem plano de desenvolvimento, demora muito para agir. Até hoje não ficaram uma concessão sequer. Vamos mostrar que o Eduardo tem capacidade de colocar o Estado pra crescer, com muita parceria com o setor privado e buscando os impostos a partir do segundo ano de governo — resume um integrante do staff tucano.

Para a cientista política Elis Radmann, a virada de **Leite** sobre **Sartori** no primeiro turno se deve justamente a esta imagem de um governador com coragem e atitude, símbolo de uma nova política projetada por eleições esperanças.

— As Intenções de voto de **Eduardo Leite** se destacaram entre todos os tipos de eleitores, mas, preferencialmente, entre a população de menor renda e entre as mulheres, que são as mais esperanças. Durante todo o processo eleitoral, ele se manteve com uma média de 60% dos votos da região sul e conforme sua campanha crescia, ampliava a sua inserção nas demais regiões do Estado — explica Elis, diretora do Instituto de Pesquisas de Opinião (IPO).

Com sete partidos na coligação e tendo **Sartori** como adversário, Leite não tem muitas alternativas de aliança no segundo turno. A parceria mais provável, inclusive pela proximidade ideológica, seria com o Novo Vencido do PSDB no passado, **Luiz Inácio Lula da Silva**. Leite tem uma agenda similar à de Leite, embora seja mais radical em questões como privatizações e tamanho do Estado.

O tucano, contudo, não pretende pedir apoio do contrariário — ambos nasceram em Pelotas. Buscando o mesmo perfil de eleitor, **Bianella** escolheu o ex-prefeito como principal alvo de suas investidas no debate do primeiro turno. Já a busca de uma aliança com o PT divide o núcleo da campanha.

— O PT tinha dois candidatos. Um oficial e outro distanciado — afirma um influente assessor sob o pedetista — Os caras comparem todas as pontes — completa.

Outros articuladores olham para o futuro e pensam na governabilidade do pós-eleição. Paula cita a necessidade de se obter apoio na **Assembleia Legislativa** para se aprovar as medidas de maior impacto.

— Não vamos de guarda míopia. O apelo é bem-vindo, mas qualquer conversa será feita com base no programa. Podemos aceitar contribuições, sem abrir do nosso projeto — pontua a prefeita.

Após passar a manhã em Porto Alegre, onde votou ao lado do vice, **Bianello Vieira Júnior** e concedeu entrevistas à imprensa, **Leite** votou para **Paulista** no início da tarde. Ele votou no **colégio eleitoral**, acompanhou o voto de Paula e se resolveu à casa dos pais.

Reunido com a família, amigos e assessores, acompanhou o início da apuração em meio aos instrumentos com os quais costuma promover rodas de samba. Num canto da sala, o suado. Sobre um dos braços do sofá, um pandeiro. Logo ao lado, um violão e caixas de som. Durante a contagem dos votos, todos permaneceram imóveis. O barulho vinda da TV e das conversas entrecortadas, todas sobre o mesmo assunto: a liderança, do início ao fim, na contagem dos votos.

— Pela nossa vontade, ele não teria seguido essa carreira. Fica exposto à má fé dos adversários, é complicado. Mas logo percebemos que era inconformável. Hoje somos pais entusiasmados. Ele tem firmeza, honestidade e sabe receber críticas. É o tipo de bem político — emocionava-se o pai, o advogado José Luiz Maracó Cavalheiro Leite.

More notícias | [Eduardo Leite](#) | [Eleições para governador](#)

Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/10/leite-chega-na-frente-e-projeta-reforçar-diferenças-com-sartori-no-segundo-turno-cjmzgalt602yv01pii9c6civr.html>

SDL2: “A justiça já se manifestou e várias *#FakeNews* já foram retiradas do ar, inclusive *fake news* divulgadas por pessoas com altos salários no atual governo”.



SDL3: “Nos últimos tempos, enfrentamos mentiras, enfrentamos *fake news*, boatos, que de fato estreitaram a diferença que se via nas pesquisas. Mas o povo gaúcho demonstrou em sua maioria que não quer mentiras, que quer verdade, que quer a esperança no lugar do medo.”



Fonte: <https://twitter.com/kellymatos/status/1056676246929793027>

SDL4: “Infelizmente meus adversários vêm com *fake news*, com mentiras, com boatos, ataques de todos os lados, porque querem roubar de ti a esperança. E nós já perdemos coisas demais no nosso estado para perder também a esperança.”



Candidatos ao governo do Rio Grande do Sul se confrontam em debate na RBS TV

Eduardo Leite (PSDB) e José Ivo Sartori (MDB) compararam propostas a três dias do segundo turno das eleições. Segurança, contas públicas, estradas, privatizações e recuperação da economia foram alguns dos temas.

Por G1 RS
25/10/2018 20:06 - Atualizado há 2 anos



Veja a trilha do debate entre os candidatos ao governo do RS em 2º turno

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Os candidatos que disputam o segundo turno das eleições para o governo do Rio Grande do Sul participaram, na noite desta quinta-feira (25), do debate na RBS TV. Eduardo Leite (PSDB) e José Ivo Sartori (MDB) apresentaram, durante cerca de 1h30, propostas para áreas como: segurança, contas públicas, estradas, privatizações e recuperação da economia **(o G1 acompanhou o debate em tempo real)**.

O debate, mediado pelo jornalista Elói Zorzetto, foi realizado no estúdio da emissora em Porto Alegre. Foram quatro blocos em que os candidatos fizeram perguntas entre si. Os temas foram livres no 1º e 3º blocos, e o 2º e 4º blocos tiveram temas pré-determinados a partir do sorteio feito na hora do debate. No 4º bloco, também houve espaço para as considerações finais dos candidatos.



Eduardo Leite e José Ivo Sartori posicionados para o debate do segundo turno do governo do RS — Foto: João Henrique/CPA

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Veja quais foram as regras:

- Cada candidato fez uma pergunta sobre um tema diferente.
- Em todos os blocos, cada candidato teve direito a fazer duas perguntas.
- O tempo para a pergunta foi de 30 segundos.
- O tempo para a resposta foi de um minuto e meio.
- A réplica foi de um minuto, e a tréplica também foi de um minuto.

A ordem em que os candidatos fizeram as perguntas foi sorteada em reunião realizada em 16 de outubro, com a presença de representantes dos candidatos participantes.

Considerações finais dos candidatos, na ordem do sorteio:

José Ivo Sartori (MDB)

Eu sei o que sente a família gaúcha. E sou otimista com o Rio Grande do Sul. Tenho certeza que a nossa gente trabalhadora, a nossa agricultura, as nossas empresas, os nossos jovens estão aí para dar uma demonstração de que o caminho tem que ir para frente. E ir para frente é também uma oportunidade que eu peço. E agradecer pelos quatro anos que me doaram até agora e os próximos quatro. Conto com vocês para esta atividade. Quero falar para você que votou em mim na última eleição. Eu não esqueci de ti. Fiz o que precisava ser feito e disse isso. Quero continuar mudando o RS junto com o Cairolí, junto com aqueles que nos apoiam, todos os partidos do primeiro turno, mais com dois candidatos a governador que participaram, o Jairo Jorge e o Mateus Bandeira, mais o deputado federal Marcel van Hattem, a Carmen Flores e todos vocês, principalmente, as pessoas mais simples que esperam, evidentemente, que o poder público não esteja mais voltado para si mesmo, mas voltado para a sociedade. Nós fizemos um esforço e nunca tivemos receio de fazer mudanças, mesmo com desgastes políticos, sim, é verdade, mas nós temos um plano e não promessas eleitorais. E aderir ao Regime de Recuperação Fiscal. Por isso eu diria, nós queremos recuperar junto com vocês todos a esperança pelo nosso Rio Grande. Eu sou otimista, disse já, com o nosso Rio Grande, pela força que tem do trabalho, do acreditar, de todos os gaúchos e as gaúchas que ajudaram, inclusive, a desenvolver o nosso país. Por isso, eu diria para todos, vamos recuperar a esperança. O Rio Grande e o Brasil vão ficar de pé. Vote 15 para governador e 17 para presidente.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Eduardo Leite (PSDB)

Não vou ler o que a assessoria tenha preparado, até porque não preparei. Acho que esse momento é de expressão dos nossos sentimentos. Eu quero muito ser governador do Rio Grande do Sul. Não é por exigência partidária, é sentimento de missão. Eu não me contento com pouco que nosso estado tem. Você acha que tá certo hospitais fechando leitos por falta de repasses? Nossa educação estagnada, perdendo posição para outros estados porque não estamos fazendo a nossa lição de casa. Você acha que tá certo servidores públicos recebendo salários atrasados há mais de 30 meses? Você acha que tá certo a gente andar nas ruas com medo da criminalidade? Eu não acho que tá certo. Acho que o estado precisa entrar num outro ritmo. E quero muito dar a minha colaboração. Eu já vi como prefeito de Pelotas o quanto a política tem de efeito transformador na vida das pessoas. Pode tocar na vida de milhares de pessoas na minha cidade para melhor. Com melhor atendimento de saúde, com evolução da educação que melhorou mais que outros municípios de mesmo porte do estado. Com o centro de atenção ao autista, que atende as pessoas que mais precisam, e suas famílias. A política pode transformar a vida das pessoas para melhor. E não é sobre resolver todos os problemas, é sobre não se acomodar. É sobre encontrar soluções, é sobre levar a esperança à nossa gente. Infelizmente meus adversários vêm com fake news, com mentiras, com boatos, ataques de todos os lados, porque querem roubar de ti a esperança. E nós já perdemos coisas demais no nosso estado para perder também a esperança. Eu quero que nos próximo domingo tu leveis para a urna não apenas o teu voto, mas a tua esperança. Não apenas em mim e na minha capacidade de fazer mudanças. Mas na sua capacidade de fazer mudanças. Nosso estado pode muito mais porque você pode mais, os gaúchos podem mais e juntos, vamos transformar o Rio Grande. É 45.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/10/25/candidatos-ao-governo-do-rio-grande-do-sul-se-confrontam-em-debate-na-rbs-tv.ghtml>

SDL5 “Uma foto de família vira uma *fake news* de baixo nível e preconceituosa. O desespero pela derrota não tem limites. Quem não consegue lidar com as verdades, precisa lançar mão de mentiras sobre os outros!”.



FONTE: https://twitter.com/EduardoLeite_/status/1055202602659602442

SDL6: Pessoas nos relatam que estão recebendo ligações como se fosse de nossa campanha, induzindo-as a acreditar que sou favorável à legalização das drogas. É MENTIRA!!



FONTE: <https://twitter.com/viccaritiago81/status/1055580129521528838>

BLOCO 2

SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDS)
REFERENTES AOS DISCURSOS DO
CANDIDATO IVO SARTORI

SDS1: “Passei quatro anos enfrentando *fake news*, inclusive contra a minha família, mas tive maturidade suficiente. Não entendo a permanente agressividade e o vitimismo do Eduardo Leite. Me culpa de todas as *fake news* que surgem na internet. Eu não crio isso, muito menos minha equipe.”



Fonte: <https://twitter.com/JoseIvoSartori/status/1055423907388370944>

SDS2: “É preciso maturidade para, justamente, lidar com as críticas e com as pessoas. Acredito que também ninguém precisa se vitimizar”, afirmou.

Sartori aciona Justiça devido à montagem envolvendo Eduardo Leite

Postagem utilizou fotos da família de tucano e é visto por emedebistas como campanha de vitimização

Imagem foi postada pela campanha de Leite acusando fake news | Foto: Reprodução / CP

O candidato à reeleição José Ivo Sartori (MDB) acionou a Justiça para que seja retirada das redes sociais uma postagem que atribui ao governador a propagação de fake news envolvendo seu adversário Eduardo Leite (PSDB). O post foi feito pelo próprio tucano e é visto pelo emedebista e por sua campanha como uma vitimização. A coligação de Sartori - Rio Grande no Rumo Certo - ingressou com pedido de liminar para suspensão, com urgência e multa. O atual chefe do Piratini ainda entrou com representação junto à Justiça Eleitoral, solicitando que o Ministério Público Eleitoral e a Polícia Federal investiguem a origem da notícia falsa.

A postagem feita por Leite no final da tarde de quarta-feira mostra duas versões de uma mesma fotografia. A primeira, na qual o tucano aparece ao lado de outro homem, vem acompanhada da seguinte frase: “É isto que queremos para o Rio Grande do Sul? O primeiro governador homossexual do Brasil?”. A imagem vem com um carimbo indicando que se trata de fake news. Abaixo, ampliada, a foto original mostra que, junto ao ex-prefeito de Pelotas, estão outro homem e uma mulher, e que tratam-se de seus irmãos e sua mãe em Punta del Este, em 2012. Ao postar, o candidato do PSDB escreveu: “Uma foto de família vira uma fake news de baixo nível e preconceituosa. O desespero pela derrota não tem limites. Quem não consegue lidar com as verdades, precisa lançar mão de mentiras sobre os outros!”.

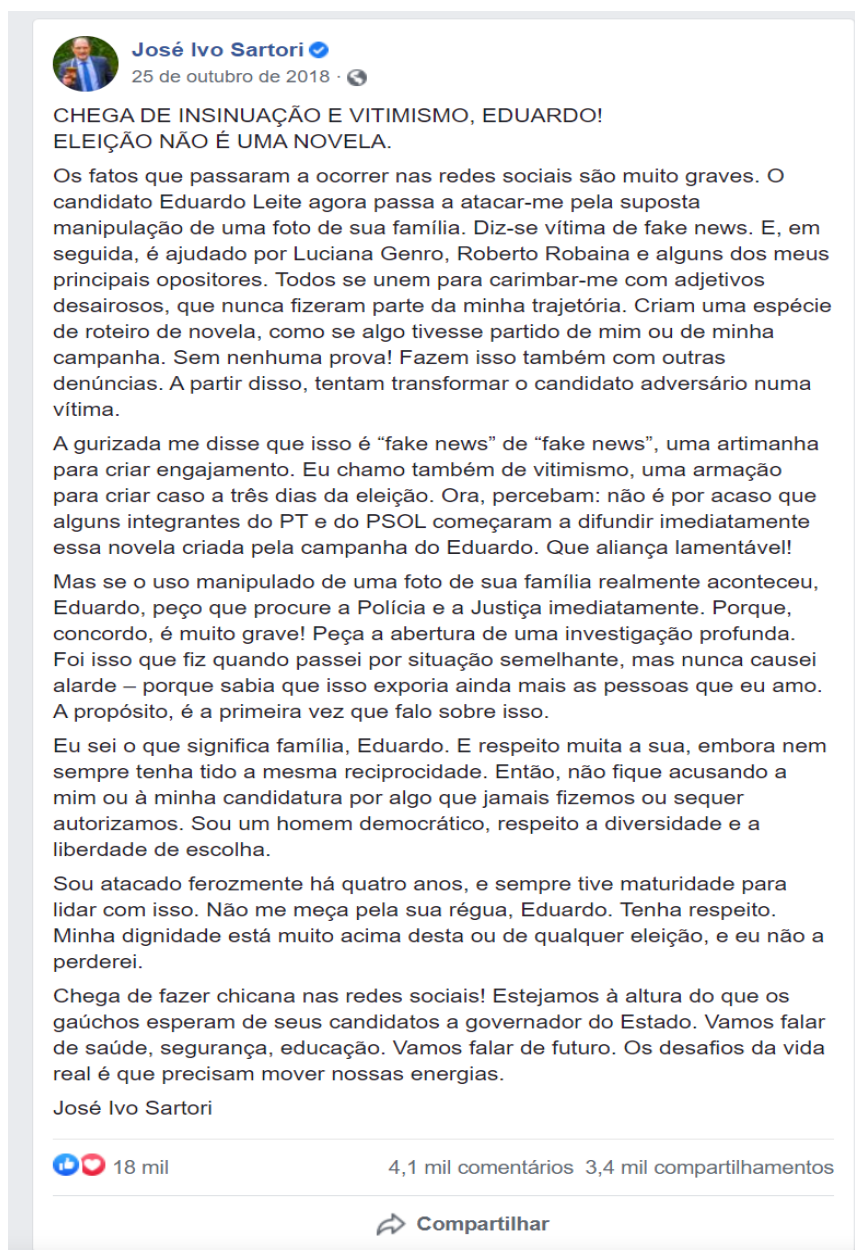
A publicação causou revolta na campanha emedebista. Em entrevista ao Correio do Povo, ao ser questionado se entendia que o adversário insinuava que ele era o responsável pela divulgação das notícias falsas, José Ivo Sartori enfatizou: “Fez isso diretamente. Qualquer coisa que acontece, ele quer colocar no meu nome”. De acordo com o atual governador, que considera a acusação uma irresponsabilidade, o adversário precisa demonstrar mais respeito à sua trajetória. “Sou daqueles que entende que a boa política é falar a verdade, ter coerência, conhecer os números como eu conheço e não fazer demagogia”, declarou.

Para Sartori, a postagem faz parte de uma postura de vitimização por parte do candidato tucano. O emedebista ainda afirmou que já foi vítima de fake news ao longo de sua vida pública e que sua reação foi de procurar as autoridades, sem fazer alardes. “É preciso maturidade para, justamente, lidar com as críticas e com as pessoas. Acredito que também ninguém precisa se vitimizar”, afirmou.



Fonte: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/sartori-aciona-justi%C3%A7a-devido-%C3%A0-montagem-envolvendo-eduardo-leite-1.279950>

SDS3: “A gurizada me disse que isso é “fake news” de “fake news”, uma artimanha para criar engajamento. Eu chamo também de vitimismo, uma armação para criar caso a três dias da eleição.”



José Ivo Sartori ✓
25 de outubro de 2018 · 🌐

**CHEGA DE INSINUAÇÃO E VITIMISMO, EDUARDO!
ELEIÇÃO NÃO É UMA NOVELA.**

Os fatos que passaram a ocorrer nas redes sociais são muito graves. O candidato Eduardo Leite agora passa a atacar-me pela suposta manipulação de uma foto de sua família. Diz-se vítima de fake news. E, em seguida, é ajudado por Luciana Genro, Roberto Robaina e alguns dos meus principais opositores. Todos se unem para carimbar-me com adjetivos desairosos, que nunca fizeram parte da minha trajetória. Criam uma espécie de roteiro de novela, como se algo tivesse partido de mim ou de minha campanha. Sem nenhuma prova! Fazem isso também com outras denúncias. A partir disso, tentam transformar o candidato adversário numa vítima.

A gurizada me disse que isso é “fake news” de “fake news”, uma artimanha para criar engajamento. Eu chamo também de vitimismo, uma armação para criar caso a três dias da eleição. Ora, percebam: não é por acaso que alguns integrantes do PT e do PSOL começaram a difundir imediatamente essa novela criada pela campanha do Eduardo. Que aliança lamentável!

Mas se o uso manipulado de uma foto de sua família realmente aconteceu, Eduardo, peço que procure a Polícia e a Justiça imediatamente. Porque, concordo, é muito grave! Peça a abertura de uma investigação profunda. Foi isso que fiz quando passei por situação semelhante, mas nunca causei alarde – porque sabia que isso exporia ainda mais as pessoas que eu amo. A propósito, é a primeira vez que falo sobre isso.

Eu sei o que significa família, Eduardo. E respeito muita a sua, embora nem sempre tenha tido a mesma reciprocidade. Então, não fique acusando a mim ou à minha candidatura por algo que jamais fizemos ou sequer autorizamos. Sou um homem democrático, respeito a diversidade e a liberdade de escolha.

Sou atacado ferozmente há quatro anos, e sempre tive maturidade para lidar com isso. Não me meça pela sua régua, Eduardo. Tenha respeito. Minha dignidade está muito acima desta ou de qualquer eleição, e eu não a perderei.

Chega de fazer chicana nas redes sociais! Estejamos à altura do que os gaúchos esperam de seus candidatos a governador do Estado. Vamos falar de saúde, segurança, educação. Vamos falar de futuro. Os desafios da vida real é que precisam mover nossas energias.

José Ivo Sartori

👍❤️ 18 mil 4,1 mil comentários 3,4 mil compartilhamentos

➦ Compartilhar

Fonte: <https://www.facebook.com/joseivosartori/posts/1878249182282445>

SDS4: “Sou daqueles que entende que a boa política é falar a verdade, ter coerência, conhecer os números como eu conheço e não fazer demagogia”.



Sartori aciona Justiça devido à montagem envolvendo Eduardo Leite

Postagem utilizou fotos da família de tucano e é visto por emedebistas como campanha de vitimização



Imagem foi postada pela campanha de Leite acusando fake news | Foto: Reprodução / CP

O candidato à reeleição José Ivo Sartori (MDB) acionou a Justiça para que seja retirada das redes sociais uma postagem que atribui ao governador a propagação de fake news envolvendo seu adversário Eduardo Leite (PSDB). O post foi feito pelo próprio tucano e é visto pelo emedebista e por sua campanha como uma vitimização. A coligação de Sartori - Rio Grande no Rumo Certo - ingressou com pedido de liminar para suspensão, com urgência e multa. O atual chefe do Piratini ainda entrou com representação junto à Justiça Eleitoral, solicitando que o Ministério Público Eleitoral e a Polícia Federal investiguem a origem da notícia falsa.

A postagem feita por Leite no final da tarde de quarta-feira mostra duas versões de uma mesma fotografia. A primeira, na qual o tucano aparece ao lado de outro homem, vem acompanhada da seguinte frase: “É isto que queremos para o Rio Grande do Sul? O primeiro governador homossexual do Brasil?”. A imagem vem com um carimbo indicando que se trata de fake news. Abaixo, ampliada, a foto original mostra que, junto ao ex-prefeito de Pelotas, estão outro homem e uma mulher, e que tratam-se de seus irmãos e sua mãe em Punta del Este, em 2012. Ao postar, o candidato do PSDB escreveu: “Uma foto de família vira uma fake news de baixo nível e preconceituosa. O desespero pela derrota não tem limites. Quem não consegue lidar com as verdades, precisa lançar mão de mentiras sobre os outros!”.

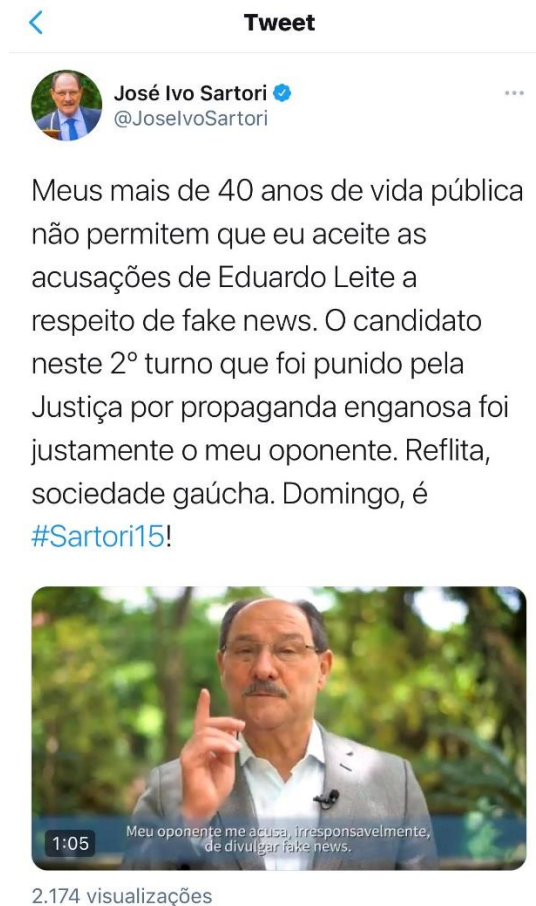
A publicação causou revolta na campanha emedebista. Em entrevista ao Correio do Povo, ao ser questionado se entendia que o adversário insinuava que ele era o responsável pela divulgação das notícias falsas, José Ivo Sartori enfatizou: “Fez isso diretamente. Qualquer coisa que acontece, ele quer colocar no meu nome”. De acordo com o atual governador, que considera a acusação uma irresponsabilidade, o adversário precisa demonstrar mais respeito à sua trajetória. “Sou daqueles que entende que a boa política é falar a verdade, ter coerência, conhecer os números como eu conheço e não fazer demagogia”, declarou.

Para Sartori, a postagem faz parte de uma postura de vitimização por parte do candidato tucano. O emedebista ainda afirmou que já foi vítima de fake news ao longo de sua vida pública e que sua reação foi de procurar as autoridades, sem fazer alardes. “É preciso maturidade para, justamente, lidar com as críticas e com as pessoas. Acredito que também ninguém precisa se vitimizar”, afirmou.



Fonte: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/sartori-aciona-justi%C3%A7a-devido-%C3%A0-montagem-envolvendo-eduardo-leite-1.279950>

SDS5: “Meu oponente me acusa irresponsavelmente de divulgar *fake news*, minha história, minha vida pública, não permitem que ele faça tal acusação.” (vídeo segundo 0 ao 12)



Fonte: <https://twitter.com/JoselvoSartori/status/1055534468830846986>

SDS6: “(...) Pode se irritar um pouco aí, mas *parole, parole, parole*, palavras bonitas, não explica que tomou uma decisão eleitoreira”

Candidatos ao governo do Rio Grande do Sul se confrontam em debate na RBS TV

Eduardo Leite (PSDB) e José Ivo Sartori (MDB) compararam propostas a três dias do segundo turno das eleições. Segurança, contas públicas, estradas, privatizações e recuperação da economia foram alguns dos temas.

Por G1 RS

25/10/2018 23h36 · Atualizado há 2 anos



Reveja a íntegra do debate entre os candidatos ao governo do RS em 2º turno

Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/10/25/candidatos-ao-governo-do-rio-grande-do-sul-se-confrontam-em-debate-na-rbs-tv.ghtml> (minuto 47, 59 até 48,09)